

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A LUTA E A CONSCIÊNCIA PROLETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL
(1880-1919)**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

MATHEUS BRAZ HORSTMANN

Monografia apresentada na Universidade Federal do Pampa – (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Dr. Rafael Balardim

Sant'Ana do Livramento

2018

MATHEUS BRAZ HORSTMANN

**A LUTA E A CONSCIÊNCIA PROLETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL
(1880-1919)**

Monografia apresentada na Universidade Federal do Pampa – (UNIPAMPA), como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de Concentração: História Econômica e Economia Política

Orientador: Dr. Rafael Balardim

Sant'Ana do Livramento

2018

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

H8191 Horstmann, Matheus Braz
A LUTA E A CONSCIÊNCIA PROLETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL
(1880-1919) / Matheus Braz Hortsman.
108 p.

Trabalho de Conclusão de Curso(Graduação)-- Universidade Federal do Pampa, CIÊNCIAS ECONÔMICAS, 2018.
"Orientação: Rafael Balardim".

1. Dialética Materialista. 2. Estruturas Econômico-Políticas no RS. 3. Transição capitalista. 4. Lutas de classes. 5. Consciência de Classe. I. Título.

MATHEUS BRAZ HORSTMANN

**A LUTA E A CONSCIÊNCIA PROLETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL
(1880-1919)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientador: Dr. Rafael Balardim

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/___.

Banca examinadora

Prof. Dr. Rafael Balardim

Orientador

(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Guilherme Howes Neto

(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Frederico Duarte Bartz

(UFRGS)

AGRADECIMENTO

O presente trabalho é resultado de um conjunto de esforços, mas, decisivamente, é motivado por um único ideal, construir uma sociedade materialmente justa a todos. Tal esforço seria em vão sem a colaboração de inúmeras pessoas, as quais, direta ou indiretamente, fizeram parte da minha trajetória pessoal rumo ao conhecimento. Tendo isto em vista, reservo este curto espaço, para deixar meus agradecimentos sinceros aos vários colegas e amigos que surgiram ao longo de quatro anos de construtivas aulas de meu período de formação em Ciências Econômicas na UNIPAMPA.

Gostaria de conferir agradecimentos especiais à minha família e à família de minha namorada, que é também minha família. Deixo meus agradecimentos especiais ao professor Rafael Balardim, quem prontamente aceitou orientar esta pesquisa, incentivando-me a todo momento. Sua ajuda foi determinante no auxílio de bibliografias chaves para a execução da pesquisa, retiradas com pesar de sua biblioteca pessoal, ainda que em seu íntimo reconfortava-se. Pois em suas palavras, “é uma pesquisa que vale a pena”. Gostaria de destacar também sua prontidão e disponibilidade em me auxiliar, e a eficiência e rigor nas correções. Mas, sobretudo, ao ambiente confortável e tranquilo em que travávamos nossas conversas, agradeço ao professor por tornar possível a realização da pesquisa.

À minha namorada, Yasmin Pereira, gostaria de dedicar o mais especial de todos os agradecimentos. Por tantos motivos, o primeiro é que jamais estaria tratando desse tema se não fosse a nossa primeira conversa. Precisei desconstruir meu pensamento, negar o que eu tinha como certeza racional para me colocar no caminho da busca pelo conhecimento material. E esse caminho vamos traçar juntos, pois quando estamos juntos, estamos em casa. Tua companhia transformou-me. Ademais, este trabalho é fruto diário de nossas conversas. Contudo, não posso deixar de expressar minha gratidão a todos os trabalhadores que se colocaram à luta. A todos vocês, muito obrigado!

*“Apesar de você
Amanhã há de ser
Outro dia
Você vai ter que ver
A manhã renascer
E esbanjar poesia
Como vai se explicar
Vendo o céu clarear
De repente, impunemente
Como vai abafar
Nosso coro a cantar
Na sua frente...”*

Chico Buarque

RESUMO

O presente trabalho trata-se de um estudo sobre a luta da classe proletária no Rio Grande do Sul (RS), no período entre 1880 até 1919. O ano de 1880 marca o início desta pesquisa pois neste ano foi fundada a primeira associação entre proletários no Estado, e o ano de 1919 delimita seu término pois depois desse ano o movimento proletário perde força. Para tratar deste tema, o método científico escolhido é a dialética materialista, assim sendo, necessitamos remontar as transformações da estrutura econômica-política para revelar o segredo da acumulação primitiva de capital por parte da classe dos detentores do capital. Expomos na pesquisa que a acumulação de capital se deu a partir da expropriação das terras da população rural, no interior do estado, e pela ação ativa do governo do Partido Republicano Rio-Grandense. Delimitamos como problema de estudo interpretar o impacto econômico-político das lutas de classes proletária para a formação da sociedade capitalista no RS, entre os anos de 1880 e 1919. Concluimos que a lutas de classes no RS tem um importante impacto para a formação da estrutura econômica política sul-rio-grandense. Dito isto, aceitamos parcialmente a hipótese deste trabalho pois o movimento proletário de lutas de classes no RS mostrou-se um importante elemento para a conquista de melhores condições sociais de existência para esta classe, contudo, não conseguiu suprimir as relações capitalistas de exploração do mais valor da classe trabalhadora. Por fim, este trabalho justifica-se por pretender a análise dos desafios que se apresentam nas lutas de classes e, por conseguinte colaborar com novas perspectivas à compreensão teórica do objetivo teleológico e histórico da classe proletária, a superação do modo de produção capitalista.

Palavras-chave: economia política; proletariado no RS; consciência de classe; fetichismo.

ABSTRACT

El presente trabajo se trata de un estudio sobre la lucha de la clase proletaria en Rio Grande do Sul (RS), en el período entre 1880 hasta 1919. El año 1880 marca el inicio de esta investigación pues este año se fundó la primera asociación entre proletarios en el Estado, y el año 1919 delimita su término pues después de ese año el movimiento proletario pierde fuerza. Para tratar este tema, el método científico escogido es la dialéctica materialista, así que necesitamos remontar las transformaciones de la estructura económico-política para revelar el secreto de la acumulación primitiva de capital por parte de la clase de los tenedores del capital. Expuso en la investigación que la acumulación de capital se dio a partir de la expropiación de las tierras de la población rural, en el interior del estado, y por la acción activa del gobierno del Partido Republicano Rio-Grandense. Delimitamos como problema de estudio interpretar el impacto económico-político de la lucha de clases proletaria para la formación de la sociedad capitalista en el RS entre los años 1880 y 1919. Concluimos que la lucha de clases en el RS tiene un importante impacto para la formación de la estructura económica política sur-riograndense. Dicho esto, aceptamos parcialmente la hipótesis de este trabajo pues el movimiento proletario de lucha de clase en el RS se mostró un importante elemento para la conquista de mejores condiciones sociales de existencia para esta clase, sin embargo, no logró suprimir las relaciones capitalistas de explotación del más el valor de la clase trabajadora. Por último, este trabajo se justifica por pretender el análisis de los desafíos que se presentan en las luchas de clases y, por consiguiente, colaborar con nuevas perspectivas a la comprensión teórica del objetivo teleológico e histórico de la clase proletaria, la superación del modo de producción capitalista.

Palabras clave: economía política; proletariado en el RS; conciencia de clase; fetichismo.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- MAPA DAS MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL.....	52
--	----

Sumário

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 OBJETIVOS	14
1.1.1 Objetivo Geral	14
1.1.2 Objetivos Específicos	14
1.2 JUSTIFICATIVA	15
1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2. A TEORIA DIALÉTICA MATERIALISTA DE MARX, PARA O ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS MATERIAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	19
2.1 O MÉTODO DA DIALÉTICA MATERIALISTA DE MARX PARA COMPREENSÃO ECONÔMICO-SOCIAL DA ECONOMIA POLÍTICA.....	19
2.2 A TEORIA DO VALOR-TRABALHO PARA MARX E O FETICHISMO DA MERCADORIA	24
2.3 A LUTA E A CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA	32
3. DA ORIGEM PRÉ-CAPITALISTA À FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA NO RS.....	42
3.1 A FORMAÇÃO DIALÉTICA DA ESTRUTURA ECONÔMICA POLITICA DO RS... ..	42
3.2 A REGIÃO DA CAMPANHA.....	51
3.3 A REGIÃO COLONIAL/.....	55
3.4 A SÍNTESE DIALÉTICA DA HISTÓRIA PRÉ-CAPITALISTA DO RS.....	55
4. O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RS.....	57
4.1 O PROCESSO DE TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO RS.....	58
4.2 A SUPERESTRUTURA ECONÔMICA-POLÍTICA NO RS.....	66
4.3 A PRIMEIRA FASE DA INDÚSTRIA SUL-RIO-GRANDENSE.....	75
4.4 A GENÊSE DO PROLETARIADO NO RS	82
5. A LUTAS DE CLASSES PROLETÁRIA NO RS.....	84
5.1 À LUTA.....	84
5.2 A CONSCIÊNCIA DE CLASSE PROLETÁRIA.....	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	100

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é uma pesquisa histórica econômica e economia política do estado do Rio Grande do Sul (RS), que visa a exposição e aplicação de conceitos da economia política, para que se possa compreender as transformações ocorridas nesta estrutura econômica. Para isso, o objeto de estudo será a lutas de classes, visto tratar-se do elemento motor das transformações da sociedade civil, apresentado sob a luz de referencial teórico marxista. Exploraremos com maior ênfase a sociedade capitalista, marcada pela oposição entre burguesia e proletariado¹, entre os anos de 1880 e 1919, período compreendido pela primeira fase da indústria sul-rio-grandense. Pretendemos inferir, também, o estado em que se encontrava a consciência proletária de ser social² durante o conflito, pois trata-se de um elemento necessário para que se efetive as transformações históricas.

As lutas de classes no RS iniciam-se por volta do ano de 1880, pois conforme Petersen e Lucas (1992), data desse ano a criação legal da Associação Beneficente Classes Laboriosas na cidade de Pelotas, como a primeira organização proletária no RS. Sua delimitação final é o ano de 1919, pois nesse ano houve uma grande greve no interior da sociedade capitalista sul rio-grandense que contou com a participação de 3.000 dos 9.000 operários de Porto Alegre, e constitui “a culminância da mobilização operária na Primeira República” (PETERSEN; SCHIMIDT, 2004, p.222).

Segundo Marx (1996), a investigação que revelará a essência das transformações históricas no RS, tem início a partir da identificação do elemento categórico fundamental que medeia a relação entre o homem e a humanidade, ou seja, transforma o homem enquanto indivíduo em ser social. Esta categoria mediadora é o trabalho, uma vez que é “[...] uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de

¹ No sentido estrito do conceito, tomamos o proletariado como a classe dos assalariados modernos que, não tendo meios de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver (ENGELS, F., 1888, apud MARX; ELGELS, 2007b, p.40).

² O conceito de consciência de classe de ser social presente no texto é reformulado por Marx a partir do conceito original de consciência de ser “em e para si” desenvolvido por Hegel em sua obra *A fenomenologia do Espírito* está exposto de maneira sintética por A. Kojève (2002, p.39), onde A, B e C revelam três aspectos da consciência do homem: A. O homem se opõe ao mundo: Consciência “em si”; B. O homem é consciente de sua posição ao mundo e, portanto, consciente de si: Consciência “para si”; C. O homem toma consciência de sua interação com o mundo, toma consciência de si no mundo: Consciência “em e para si”. A partir destas categorias da consciência desenvolvida por Hegel, Marx apropria-se desse conceito e o adapta a sua teoria dialética materialista, em que a essência do homem é o trabalho e a história revela-se como o horizonte teórico de investigação das transformações materiais da sociedade. Assim, cabe ao proletariado lutar para compreender-se enquanto ser social histórico e agente das transformações materiais na sua sociedade.

sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana” (MARX, 1996, p.172).

Na sociedade a ser por nós analisada, a categoria trabalho engendra relações sociais objetivas previamente determinadas pela relação capitalista de produção. Haja visto que no capitalismo, o trabalho transforma-se em mercadoria e o trabalhador transforma-se em propriedade do capital (MARX, 2011).

Entretanto, explica Cardoso (2003), na análise de Marx as relações históricas objetivas são expostas levando em conta a dialética materialista entre o abstrato e o concreto. Isto posto, dependem que o ponto de chegada seja também o verdadeiro ponto de partida. Assim sendo, a lutas de classes proletária inicia-se materialmente na sociedade capitalista, contudo sua compreensão teórica remonta às primeiras formas de aparição das relações privadas de produção, e a evolução dialética materialista desse processo desmistificará o ponto de chegada, novamente a lutas de classes.

A investigação dialética materialista revela o estabelecimento do capital como uma categoria econômico-política complexa que domina todas as demais categorias sociais. Expõe, com isso, a contradição essencial presente no modo capitalista de produção que divide a sociedade em duas classes de interesses contraditórios: uma classe formada pela maioria dos indivíduos composta por trabalhadores que não detém os meios de produção; e outra classe minoritária, formada por quem detém os meios de produção, mas não trabalha. Sobretudo, por deter os meios de produção, estes últimos, são também, os proprietários de todo o produto do trabalho realizado (MARX, 1996).

O modo de produção capitalista produz-se a si mesmo enquanto regime de produção da ordem social. Haja visto que, segundo Marx (2011), a distribuição do capital econômico, precede e determina a produção, como um fato pré-econômico. Dito de outra forma, a origem primitiva do capital repousa sobre uma relação social pré econômica que expropria da classe dos trabalhadores o produto do seu trabalho e também os meios para a obtenção autônoma de sua subsistência. A medida que se inicia o processo de acumulação deste capital, reproduz-se este ordenamento social, diante da produção do trabalhador como trabalhador assalariado e do detentor dos meios de produção como capitalista.

Consequentemente, Marx (1996) desmistifica, também, o mecanismo ideal de dominação do capital, que está cristalizado nas relações econômicas e sociais, e assim revela o caráter fetichista da mercadoria que cria uma máscara nas relações sociais baseadas no trabalho humano, enquanto coloca no centro a circulação de mercadorias.

Contudo, a natureza mistificante do caráter fetichista da mercadoria está em impedir a interiorização da consciência de classe do proletariado necessária para a assimilação de sua condição como sujeito histórico revolucionário. Conforme Netto (1981), Lukács acrescenta que a ação da alienação fetichista na sociedade capitalista, explica a “tendência de que as classes espoliadas permaneçam refratárias em sua situação” (NETTO, 1981, p.31).

Assim, explica Marx e Engels (2007b), resta à classe do proletariado entendida como sujeito histórico revolucionário, lutar contra a classe dos detentores dos meios de produção até sua supressão, para dar continuidade ao conflito essencial que é o motor da história da humanidade, a lutas de classes.

Contudo, convém, em primeiro lugar, desmistificar as relações socialmente construídas que se baseiam na exploração capitalista e no fetichismo da mercadoria. Para que, assim, se possa apresentar a história material da classe proletária no RS, de modo a apreender as transformações ideais que revelam o movimento real do objeto.

Desse modo, entre os anos de 1880 a 1919 o RS passa por profundas transformações em sua estrutura econômica que conformam a formação da indústria manufatureira, tratada nesse estudo como sendo a primeira fase da indústria no RS, (HERRLEIN JR., 2004). Juntamente com a primeira fase da indústria no RS, nascem os primeiros movimentos proletários neste Estado. Para entender como se deu a formação histórica econômica desta sociedade, este trabalho pretende responder: **Qual o impacto econômico-político das lutas de classes proletária para a formação da sociedade capitalista no RS, entre os anos de 1880 e 1919?**

A lutas de classes revela-se como o conflito social essencial proveniente do desenvolvimento material das forças produtivas e, sobretudo, denota também as contradições intrínsecas às relações sociais de produção em dado momento histórico.

Haja visto que o exame das lutas de classes possibilita a compreensão material das transformações históricas essenciais ocorridas no interior da estrutura social. Levantamos a hipótese de que **o movimento proletário de lutas de classes no RS foi um importante elemento para a conquista de melhores condições sociais de existência para esta classe, por conseguinte, freou o ímpeto de exploração capitalista durante o período pesquisado.**

Para interpretar a totalidade deste conflito social, entre a classe proletária e a classe dos proprietários dos bens de produção, de maneira dialética materialista, esta pesquisa

está dividida entre cinco capítulos e por fim apresentamos as considerações finais apreendidas desta pesquisa.

1) No primeiro capítulo encontram-se a introdução, o objetivo geral e os objetivos específicos, a justificativa e a delimitação da metodologia utilizada para a execução desta pesquisa; 2) No segundo capítulo investigamos a obra marxiana de modo a compreender o objeto de pesquisa aqui tratado, a lutas de classes e a consciência proletária de classe; 3) no terceiro capítulo, examinamos historicamente o desenvolvimento das estruturas econômico-políticas do RS, de maneira dialética materialista, para que possamos apontar o segredo da acumulação primitiva de capital; 4) no quarto capítulo, analisaremos a estrutura econômica política própria da sociedade capitalista para que possamos construir e expor o desenvolvimento interno do modo de produção capitalista durante o período pesquisado; 5) no quinto capítulo, investigaremos a história das lutas de classes e a consciência de classe que se formou no interior do movimento proletário estudado, ressaltando os aspectos dialéticos materialistas deste fenômeno; As considerações finais auferidas no fim desta pesquisa apresentam conclusões em resposta ao problema de pesquisa e ao objetivo geral deste estudo.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

O objetivo geral do estudo consiste em compreender como a lutas de classes proletária no RS, entre 1880-1919, influenciou na formação da sociedade capitalista do RS de modo a estabelecer relações de produção próprias a essa região.

1.1.2 Objetivos Específicos

- 1) Investigar a obra marxiana de modo a expor a teoria econômica-política das lutas de classes.
- 2) Apresentar a história econômica do RS até o início do período analisado, dando ênfase ao processo de estabelecimento das relações de produção capitalistas, revelando com isso, a acumulação primitiva do capital.

- 3) Descrever a sociedade capitalista gaúcha no período de 1880 a 1919 e, deste modo, expor a primeira fase da indústria sul rio-grandense, de modo a apontar o fortalecimento econômico-político da classe burguesa no RS.
- 4) Analisar a formação histórica do movimento de lutas de classes proletária, buscando interpretar o estado da consciência de classe proletária para que, por fim, possamos explicar os ganhos e as perdas econômicas da classe proletária durante o período pesquisado, à luz da teoria econômica-política das lutas de classes.

1.2 JUSTIFICATIVA

O presente trabalho justifica-se por se tratar de uma contribuição crítica ao entendimento da economia política do Rio Grande do Sul e da história econômica deste Estado. Utilizamos, para tanto, fundamentos da teoria econômica de Marx para compor sua análise, com o objetivo de acrescentar para a compreensão teórica dos desafios que envolvem as lutas operárias contra o modo de produção capitalista.

De acordo com Marx (2011) a lutas de classes é um fenômeno inerente ao desenvolvimento social, e a sua investigação é fundamental para o proletariado. Para que, diante de seu resultado teórico- dialético, histórico e material- o proletariado perceba as relações capitalistas de produção como relações não naturais e passe a lutar pela supressão das contradições essenciais do capitalismo- o sistema de assalariamento e a propriedade privada dos meios de produção

A necessidade de colocar a identidade de classe nas lutas dos trabalhadores é um problema fundamental às novas pesquisas, apontado também pela pesquisadora Silvia Petersen (2016), visto que o trabalho precisa ser reafirmado diante da evidência de sua submissão ao capital e da presença de teses atuais que propugnam a perda da identidade de classe em vista da criação de novas identidades com caráter individualistas. Para a autora, é de imprescindível importância problematizar o conceito de Trabalho e incluí-lo na produção científica. Mattos (2007), também expõe a necessidade de definição de novas problemáticas que afirmem o papel central do trabalho, e dos trabalhadores enquanto classe, para a transformação da estrutura econômica-política capitalista.

No campo da ciência econômica importantes marxistas contemporâneos preocupam-se com as questões das lutas de classes. De modo exemplar, Harvey (2008), explica que a lutas de classes como fenômeno geral quando estudada empiricamente revela características idiossincráticas em suas manifestações particulares. Diante disso,

deve-se pensar o materialismo histórico de maneira a explicar as trajetórias geográficas particulares, e aponta para que novas pesquisas nesse sentido sejam feitas.

Para além disso, compreendemos que em tempos de redução dos direitos trabalhistas (precarização do serviço, terceirização e mudanças na previdência social a nível nacional e estadual), é oportuno e urgente o desenvolvimento de pesquisas que compreendam a formação da classe proletária para analisar o caráter de suas ações em defesa de seus interesses.

Desse modo, este estudo aplica-se ao campo da história econômica e da economia política, e apresenta relevância econômica e social para que se possa compreender de modo complexo os efeitos materiais do processo econômico de implantação da indústria na sociedade gaúcha. Assim, busca-se contribuir para os estudos nessas áreas em um momento histórico de dificuldades e desafios para a classe proletária.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa explicativa que utiliza referencial teórico marxista para o enfrentamento lógico do problema de pesquisa. Enquanto, para o entendimento e exposição do tema será realizada uma composição dialética materialista do objeto de pesquisa, utilizando o método técnico de revisão bibliográfica de literatura específica.

De acordo com Gil (2008), um estudo explicativo, busca aprofundar o conhecimento da realidade, ao explicar a essência da manifestação de um determinado objeto pesquisado. A proposta do estudo é interpretar a formação histórica econômica e social do RS, durante o período pesquisado, a partir da análise dos condicionantes materiais e ideias da industrialização sobre a formação do movimento proletário, que visa, teoricamente, combater a exploração econômica no modo capitalista de produção. E, com isso, ampliar o entendimento desta sociedade.

O método lógico que possibilitará o tratamento econômico do fenômeno das lutas de classes é o método da dialética materialista. Isso posto, o pensamento dialético em Marx significa a separação da investigação em dois momentos: “o primeiro, que parte do todo concreto e chega ao conhecimento abstrato de suas partes; e o segundo, que parte das abstrações feitas pelo pensamento, e retorna ao todo concreto, agora reconstruído pelo pensamento” (CORAZZA, 2009, p.15). Assim sendo, o método da dialética materialista compreende a dedução em seu primeiro momento e a indução em seu segundo momento,

para formar um único caminho ao conhecimento. Corazza (2009) afirma que no método da dialética materialista: a análise significa abstração; e a síntese significa concreção.

Segundo Cardoso (2003), a interpretação dialética é totalizadora e objetiva, pois a elaboração das categorias retém, ao mesmo tempo, as contradições materiais em termos de categorias histórico-sociais efetivas (categorias empíricas) e categorias indefinidas empiricamente. Assim, a realidade objetiva transfigura-se dialeticamente num conjunto de mediações em que as determinações imediatas e simples (abstrações parciais) podem ser sintetizadas inteligivelmente. Desse modo o método dialético materialista é capaz “de desvendar as relações essenciais que aparecem de imediato, como afirmava Marx, ‘mistificadas’” (CARDOSO, 2003, p. 32).

Para a realização de pesquisas sob o método lógico da dialética materialista, as autoras, Marconi e Lakatos (2003) apontam quatro princípios, mas advertem que dependendo do intérprete do método dialético materialista os princípios podem ser classificados apenas em três. Sejam eles: **Ação recíproca**, “tudo se relaciona”, necessidade de avaliar o objeto dado mediante o entendimento de um processo; **Mudança dialética**, “negação da negação”: Parte-se da tese como proposição positiva, que se nega (transforma-se) na sua proposição contrária, denominada antítese negativa que é a segunda fase do processo, a diante uma nova negação ocorre desta vez por meio de uma antítese positiva dando origem a síntese; **Mudança qualitativa**: De acordo com os autores, a mudança quantitativa é entendida como o aumento ou a diminuição da quantidade, enquanto a mudança qualitativa revela uma mudança de estados; **Luta dos contrários**: o método dialético revela o motor da mudança, pois, a contradição é interna ao funcionamento do todo, ela é inovadora no sentido de estabelecer mudanças profundas, e a contradição encerra-se, por resultar na união dos contrários.

Já Gil (2008), classifica o método do materialismo dialético sob a determinação de três grandes princípios³: **A unidade dos opostos**, a contradição é inerente ao objeto e revela-se um estado de luta interna permanente; **Quantidade e qualidade**, em meio ao processo, mudanças quantitativas geram alterações graduais enquanto mudanças

³ Entendemos que é necessário fazer referência a Alexander Cheptulin neste ponto, haja visto que esta definição se refere a sua interpretação sobre a dialética materialista. Para este autor, o universal exprime as contradições do objeto. A medida que oculta sua contradição, revela uma determinada imagem ideal. Determinando uma falsa unidade entre o subjetivo e o objetivo. Assim, os teóricos não-marxistas incorrem ao erro de analisar os fenômenos que compreendem o objeto a partir de sua manifestação aparente. Ainda conforme o autor, a teoria marxista, portanto, distingue-se da destes teóricos, por tratar da contradição dialética como oposição e dependência. Dessa maneira a transformação dialética coincide com o movimento de negação da negação, manifestado pela sua essência objetiva (CHEPTULIN, 1982).

qualitativas revolucionam o estado do objeto; **Negação da negação**, a mudança nega o que é negado, enquanto que a segunda negação conduz ao desenvolvimento, e não ao retorno.

Ainda assim ambas esquematizações (GIL, 2008; MARCONI, LAKATOS, 2003) confirmam a lógica apresentada por Corazza (2009). Assim, definimos que o método dialético materialista compreende o todo e as partes, sob constante influência e contradição interna. Esta contradição revela que o todo é um processo permanente de luta, e que as mudanças revelam alterações profundas em sua forma (MARCONI; LAKATOS, 2003; GIL, 2008). De modo, que a análise dialética materialista, segundo Corazza (2009), inicia-se por abstrair o todo material até encontrar sua parte essencial, e assim, expor seu desenvolvimento interno para formar o todo abstrato.

Para a realização desta pesquisa, optamos, primeiramente, por investigar a literatura marxista e construir o referencial teórico que dará suporte a interpretação dos resultados desta pesquisa; a partir disto, fez-se um levantamento bibliográfico sobre a formação histórica econômica do RS; bem como, um levantamento histórico do movimento de lutas de classes neste Estado. Para ao fim, interpretar qualitativamente o fenômeno das lutas de classes enquanto fenômeno econômico-político para a superação do modo de produção capitalista que tem como agente a classe do proletariado, entendido como sujeito histórico revolucionário. Pois, de acordo com o método lógico tratado, a contradição interna à sociedade capitalista expõe a necessidade de seu enfrentamento fundamental presente na relação dialética do modo de produção material. Esta luta será revolucionária no sentido de romper dado estado histórico sintético, resultando, portanto, numa nova estrutura econômica, a partir da mudança dialética.

Logo, a fim de reforçar, o método técnico que possibilitará a execução da produção de dados para este estudo é a consulta bibliográfica. Pois, segundo Gil (2008) a pesquisa bibliográfica se dá pela análise de livros e artigos científicos. Sua vantagem está em cobrir um número maior de fenômenos do que se poderia investigar ao realizar a pesquisa diretamente.

A exposição da revisão bibliográfica compreenderá a evolução do objeto de pesquisa, a lutas de classes, de maneira que possamos interpretar este processo histórico de acordo com o método lógico da dialética materialista em conjunto com o referencial teórico exposto no capítulo 2.

2. A TEORIA DIALÉTICA MATERIALISTA DE MARX, PARA O ENFRENTAMENTO DOS PROBLEMAS MATERIAIS DA SOCIEDADE CAPITALISTA

A revisão bibliográfica trará todo o aporte teórico que dará sustentação à investigação do fenômeno histórico das lutas de classes proletária na sociedade capitalista pela teoria econômica marxiana.

2.1 O método da dialética materialista de Marx para compreensão econômico-social da economia política.

A grande obra de Karl Marx é, sobretudo, um estudo completo sobre as ciências sociais voltado ao enfrentamento de problemas materiais da vida humana. Deste modo, contempla, de maneira crítica, a área da ciência econômica ao definir que o seu objeto de estudo é o exame da sociedade burguesa.

A sociedade burguesa é a organização histórica da produção mais desenvolvida, mais diferenciada. As categorias que exprimem suas condições, a compreensão de sua própria organização, a tornam apta para abarcar a organização e as relações de produção de todas as formas de sociedade desaparecidas, sobre cujas ruínas e elementos se acha edificada, e cujos vestígios, não ultrapassados ainda, leva arrastando, enquanto tudo o que fora antes apenas indicado se desenvolveu, tomando toda a sua significação etc. A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco. O que nas espécies animais inferiores indica uma forma superior, não pode, ao contrário, ser compreendida senão quando se conhece a forma superior. [...] a sociedade burguesa não é em si mais do que uma forma antagônica do desenvolvimento, certas relações pertencentes a formas anteriores nela só poderão ser novamente encontradas completamente esmaecidas, ou mesmo disfarçadas (MARX, 2008, p. 264).

Sua evolução histórica representa a forma antagônica do desenvolvimento da sociedade civil, conseqüentemente, seu sentido é a afirmação da sociedade burguesa. Contudo, a interpretação filosófica da dialética que Marx faz uso não é originada pelo autor, mas sim uma interpretação original da dialética hegeliana. Para Hegel (1997), o Estado é uma categoria universal e civilizatória, enquanto que em Marx (2017) o Capital é a categoria civilizatória.

Na obra hegeliana, sendo o Estado uma categoria universal, ou desenvolvida, manifesta a unidade objetiva das vontades individuais subjetivas, tendo em vista a evolução humana do espírito da racionalidade. Logo, a universalidade expressa no Estado

significa que a vontade racional humana está em condição de objetivação, ou seja, a sociedade civil pode, então, interiorizar a consciência do Estado, civilizar-se. Desse modo, o método hegeliano é a dialética, entre o Espírito racional (consciência) e a sociedade civil. Diante do desenvolvimento do espírito da racionalidade, novas formas de organização civis se dão. Desse modo, a sociedade burguesa iluminista compreende a expressão máxima de desenvolvimento do Espírito, visto que nela, a consciência pode se objetivar a ponto de estar ao alcance da sociedade civil. Assim, os indivíduos interiorizam o Estado, como categoria universal (HEGEL, 1997).

Na obra marxiana, a dialética é movida pelas lutas de classes, que se origina das contradições presentes no modo de organização social da produção material das condições de existência humana em sociedade, desse modo, esta é uma interpretação materialista da dialética hegeliana. O caráter materialista advém da compreensão de que “a dialética hegeliana ‘se encontra de cabeça para baixo’. Logo, para descobrir o cerne racional dentro de seu invólucro místico, é preciso desvirá-la, pois, “o ideal não é mais do que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (MARX, 1996, p.128). Destarte, para investigar a realidade concreta, é necessário incorporar as forças de produção materiais dadas em cada período histórico, e os interesses de classes resultantes.

Marx caminha com Hegel até a recusa da partição kantiana do mundo, até a percepção da existência como determinação, até a possibilidade da posição pensada. Mas a transgressão para por aí. Marx rejeita a passagem da posição pensada à posição objetiva, pois, para ele, é a posição objetiva que regula a posição determinada e não o inverso. [...] Portanto, era para ele mais importante mostrar que “as categorias exprimem formas de modos de ser, determinações de existência” (FAUSTO, 1997, apud in PAULANI, 2000, p.101).

Assim, a dialética em Marx (1996) é o oposto da dialética de Hegel (1997), haja visto que em Marx, a superestrutura (o que em Hegel seria o Estado), é uma representação das relações sociais que resultam das forças materiais de produção. Pois, “[...] o sujeito, aqui a moderna sociedade burguesa, é dado tanto na realidade como na cabeça, e que, por conseguinte, as categorias expressam formas de ser, determinações de existência” (MARX, 2011, p. 85).

Na sociedade capitalista, “o capital é a potência econômica da sociedade burguesa, que domina tudo” (MARX, 2008, p. 267). Ou seja, o capital é uma categoria universal,

um processo civilizatório⁴ (IANNI, 2001). O caráter civilizatório indica que o modo de produção capitalista compreende as condições de existência social. Assim, “as mais diversas formas de organização das atividades produtivas e da vida social tendem a ser recobertas, subordinadas, modificadas ou dissolvidas por esse processo” (IANNI, 2001, p. 148). Com isso, somente depois do capital manifestar-se completamente como categoria acabada, as demais categorias simples, que conformam as relações econômico-sociais subordinadas, podem ser entendidas diante de seu sentido histórico real.

Dessa maneira, o autor origina um novo método de interpretação científica, a dialética materialista, assim, o conhecimento teórico deriva da compreensão da reprodução ideal do movimento real do objeto. Müller (1982) aponta que a concepção metodológica da dialética materialista se caracterizaria por ser uma “exposição crítica, progressivo-regressiva das contradições do capital a partir de sua contradição fundamental” (MÜLLER, 1982, p.2).

Conforme as pretensões marxianas, é fundamental a distinção entre investigação e exposição, ou seja, demonstração da análise e a síntese da exposição. Na medida que a investigação exigirá o máximo de esforço no domínio do material factual a exposição será a reprodução ideal da vida da matéria. Segundo Gorender (1996), Marx expõe o resultado de sua pesquisa de modo a representar a lógica interna das relações entre categorias presente em seu objeto. Pois,

[...] a exposição deve figurar um “todo artístico”. Suas diversas partes precisam se articular de maneira a constituírem uma totalidade orgânica e não um dispositivo em que os elementos se justapõem como somatório mecânico. Ora, a realização do “todo artístico” ou da “totalidade orgânica” pressupunha a **aplicação do modo lógico e não do modo histórico de exposição**. Ou seja, as categorias deveriam comparecer não de acordo com a sucessão efetiva na história real, porém conforme as relações internas de suas determinações essenciais, no quadro da sociedade burguesa (GORENDER, 1996, p.25, grifos nossos).

De acordo com Kosik (2002) o pensamento dialético como atividade mediadora deve captar a lei do fenômeno que está por trás da aparência externa do fenômeno e, assim, compreender a essência de sua manifestação. Deste modo a dialética é “o

⁴ Segundo Ianni (2001), o capitalismo é um modo de produção e reprodução material da vida social e, desse modo, um processo civilizatório. Assim, o autor, compreende sua manifestação de maneira complexa como: processo histórico-social, político, econômico e cultural. À medida que avança o capitalismo, historicamente, este domina o Estado Nação ocidental. Mas o seu avanço internacional ocorre em paralelo ao avanço do modo de vida ocidental. Logo, no século XXI, a manifestação deste processo civilizatório toma a aparência de globalismo. Desse modo, o capital define-se como uma categoria civilizatória.

pensamento crítico que se propõe a compreender a ‘coisa em si’ e sistematicamente se pergunta como é possível chegar a compreensão da realidade” (KOSIK, 2002, p.20).

Assim, demonstra Cardoso (2003), o entendimento da dialética em Marx entre o abstrato e o concreto, depende que o ponto de chegada seja também o verdadeiro ponto de partida. No entanto, se as categorias são expressões de relações históricas, disso não ocorre que o ponto de partida e o ponto de chegada apresente relações de identidade, ou que seja possível pensar o objeto independente da teoria. Pois, na obra marxiana, “a realidade é um todo e as determinações recíprocas entre o todo e as partes constituem a essência do método dialético marxista” (CORAZZA,1996, p.36).

A investigação, em Marx e Engels (2007a), define que as relações de produção de cada sociedade determinam as condições de organização da sociedade como um todo. Pois, “ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. [...] O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção” (MARX; ENGELS, 2007a, p. 87). Desse modo, havendo contradição nas relações de produção haverá contradição na constituição desta sociedade.

A partir disso, as relações de produção contraditórias formam classes com interesses antagônicos no interior do processo produtivo e resultam na exploração dos produtos do trabalho de uma classe por outra. Ainda assim, desta contradição das relações materiais se revelam também diferentes concepções ideais, as quais são determinadas pela posição dos indivíduos durante o processo produtivo. Portanto, “as ideologias expressam situações e interesses radicados nas relações materiais, de caráter econômico, que os homens, agrupados em classes sociais, estabelecem entre si” (GORENDER, 1996, p.11).

Assim, as relações sociais de produção engendram as forças materiais de produção e formam a base econômica, ou seja, a estrutura econômica política objetiva de uma sociedade. Alterando a base econômica altera-se o modo de produção da vida social. Segundo Paulani (2000), Marx aponta que, “se alguma “totalidade” ainda era digna desse nome, na acepção hegeliana do termo, ela estava com a economia política” (PAULANI, 2000, p.98).

Contudo, nem sempre essas concepções ideais tornam-se perceptíveis para os diferentes indivíduos, pois a contradição ideal desvela-se num enfretamento de ideias em que a imposição ideológica reproduzirá a dominação de uma classe sobre a outra. Ou seja, “o homem é um ser social determinado pela história das relações sociais por ele próprio criadas” (GORENDER, 1996, p.11).

Por isso a economia clássica tende a tomar como aistóricos e como atributos da natureza humana uma série de comportamentos e fenômenos que só se justificam e se explicam no contexto social que os produziu. Mas esta naturalização do social, o pensamento clássico não a inventa, senão que a reproduz da própria realidade social. Ele é, por isso, vítima do fetichismo, que Marx tratou de desvendar (PAULANI, 2000, p.102).

Segundo Marx e Engels (2007a), parte-se das questões materiais para a abstração, assim, a consciência dos homens é determinada pelas condições materiais de existência e não o contrário. Destarte, no pensamento marxiano é necessário analisar profundamente a concepção ideológica como manifestação superestrutural necessária e contraditória do modo de produção presente em cada momento histórico e, de mesmo modo, revelar seu caráter histórico e mutável.

[...] na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser, ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Conforme Netto (1981) esta recolocação de método, instrumentos e de problema, está efetivamente ligado à prática política: “busca revalidar a empresa revolucionária [...] como realização da filosofia na intervenção prática-concreta, a consciência de classe do proletariado emergindo como condutor da teleologia histórica” (LUKÁCS, 1967, apud NETTO, 1981, p. 24). Assim, a filosofia de Marx pretende sua aplicação para a intervenção prática na economia política, pois, o mundo real é o mundo da praxis humana.

Como afirma Corazza (1996), partindo da mercadoria, como objeto essencial do fenômeno da troca, Marx extrairá sua lei lógica e histórica. Para assim, “reconstruir o todo vivo e complexo das relações capitalistas que é o próprio modo de produção capitalista” (CORAZZA, 1996, p.40). Por isso mesmo, a relação essencial tem como *locus* preferencial a fábrica capitalista, “o tema principal é o processo de criação e acumulação da mais-valia. A modalidade exponencial do capital é o capital industrial, pois somente ele atua no processo de criação da mais-valia” (GORENDER, 1996, p.25).

Logo, para intervir na sociedade capitalista é necessário primeiro captar suas contradições e delas abstrair a sua célula econômica mais simples. A partir do entendimento da mercadoria como o germe central do modo de produção capitalista então

realizar-se-á a investigação de seu desenvolvimento interno de modo a revelar sua unidade comum de valor. Resulta do exercício de abstração a necessidade teórica de retornar ao concreto, agora como concreto abstraído, para assim compreender o efeito de sua manifestação na sociedade materialmente organizada e, também, no ideário social.

2.2 A teoria do valor-trabalho para Marx e o fetichismo da mercadoria

Para Marx (2011b) analisar o modo como se realiza a produção material na sociedade burguesa resulta na compreensão de fenômenos econômicos políticos próprios ao momento histórico desta sociedade, pois a análise da produção em geral revela-se em uma abstração. Entretanto, para o autor, ainda que a produção se distingue ao longo da história, a partir do estudo da produção revelar-se-ão características econômico-sociais comuns, mesmo que em diferentes épocas históricas ou na mesma época histórica, porém em contextos econômicos diferentes. Adiante, quando se aplicar o conceito de produção, será definido como produção referente a um determinado estágio do desenvolvimento social, de modo que compreenda a evolução das formas históricas de propriedade.

As diferentes fases de desenvolvimento da divisão do trabalho significam outras tantas formas diferentes da propriedade; quer dizer, cada nova fase da divisão do trabalho determina também as relações dos indivíduos uns com os outros no que diz respeito ao material, ao instrumento e ao produto do trabalho (MARX; ENGELS, 2007a, p. 89).

Assim sendo, a produção material será realizada por indivíduos sociais detentores de instrumentos de produção, válidos somente em um dado nível de desenvolvimento histórico da humanidade. Assim sendo, para fins de análise da sociedade capitalista, Marx (1996) afirma que sua investigação parte da mercadoria e leva em consideração os aspectos qualitativos e quantitativos desta, compreendidos historicamente. Nesta sociedade a riqueza aparece como uma imensa produção de mercadorias.

Em todas as formas em que domina a propriedade de terra, a relação natural ainda é predominante. Naquelas em que domina o capital, predomina o elemento social, historicamente criado, [...]. Tem de constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada (MARX, 2011b, p. 60).

Somente depois do capital manifestar-se completamente como categoria acabada, as demais categorias simples, que conformam as relações econômico-sociais subordinadas, podem ser entendidas diante de seu sentido histórico real. Assim sendo,

“população é uma abstração se deixo de lado as classes que a compõem. Essas classes são, por sua vez, uma palavra sem sentido se ignoro os elementos sobre os quais repousam: trabalho assalariado, o capital, etc.” (MARX, 2008, p. 258). O desenvolvimento material das forças de produção carrega consigo o sentido por traz do desenvolvimento histórico social.

De acordo com Marx (2008), a lógica econômica de produção segue uma série de momentos específicos, identificada pelo autor como circulação do capital. O primeiro momento só é possível pois o processo de produção é um processo dialético e histórico, assim, o seu começo é a continuidade de outros processos. Logo, inicia-se com o capitalista contratando trabalho e meios de produção. No segundo momento, produz-se as mercadorias, e no terceiro momento realiza-se as vendas, colocando as mercadorias em circulação, e reiniciando o processo de circulação do capital.

Ainda assim, a acumulação do capital se dá, conforme Marx (2008), no entendimento de que o crescimento econômico depende da criação de novos valores de uso. Com isso, enquanto, o mecanismo de produção capitalista aprisiona o trabalhador individual na forma de trabalhador assalariado, o capitalista está livre para utilizar o trabalho no sentido de criar novos meios de produção e criar novos valores de uso mercantis. Para, dessa forma, manter a reprodução do capital a medida que todo aumento de valor no fim da circulação do capital retorna ao capitalista. Deste modo, o mais valor transforma-se na “renda procedente do capital” (MARX, 2008, p.175).

Para Marx a teoria do valor é o conceito fundamental para a análise material da sociedade, ainda que, esta teoria seja formulada pelos teóricos da economia política clássica. Assim, Marx recebe de Smith a ideia de que “o trabalho exigido pela produção das mercadorias mede o valor de troca entre elas e constitui o eixo em torno do qual oscilam os preços expressos em dinheiro” (GORENDER, 1996, p.27). E, de Ricardo receberá a formulação final do conceito de valor-trabalho, que se trata do tempo de trabalho incorporado às mercadorias, representante da medida do valor de troca. Logo, para Marx, “a ideia de valor implica, por necessidade lógica, a troca de equivalentes” (GORENDER, 1996, p.27).

Segundo Marx (1996) a mercadoria carrega consigo duas manifestações de valor, o valor de uso e o valor de troca. Sendo assim, “a utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. “[...] Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles [os valores de uso] constituem, ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca” (MARX, 1996, p. 166). Por conseguinte, Marx (1996) afirma que a equivalência dos valores de troca

presentes nas mercadorias deve ser uma propriedade igual a todos ao mesmo tempo. Portanto, em essência, esta propriedade comum será o representante do valor. Logo,

[...] um valor de uso ou bem possui valor, apenas, porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato. Como medir então a grandeza de seu valor? Por meio do quantum nele contido da “substância constituidora do valor”, o trabalho. [...] O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem. Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma força média de trabalho social, e opera como tal força de trabalho socialmente média, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em média necessário ou tempo de trabalho socialmente necessário. Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho. [...] Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho, têm, portanto, a mesma grandeza de valor (MARX, 1996, p.168-169).

Paulani (2000) demonstra que a ideia de valor em Marx tem como fundamento ser o equivalente universal de trocas, enquanto a sua forma abstrata assume o caráter de substância de valor. Dessa forma,

O trabalho simples, trabalho abstrato e socialmente necessário, é a substância do valor, não seu fundamento. O valor é que é, ele próprio, o fundamento da equação de troca e da forma valor de troca. O que há de comum entre x de A e y de B que me possibilita colocar o sinal de igual entre os esses dois termos não é que em ambos os lados há trabalho abstrato, mas que tanto A quanto B portam valor. Mais uma vez o predomínio é da forma (PAULANI, 2000, p.107).

Para Marx, “os valores das mercadorias são diretamente proporcionais aos tempos de trabalho empregado na sua produção e são inversamente proporcionais às forças produtivas do trabalho empregado” (MARX, 2008, p.48). Pois,

[...] a força produtiva do trabalho é determinada por meio de circunstâncias diversas, entre outras pelo grau médio de habilidade dos trabalhadores, o nível de desenvolvimento da ciência e sua aplicabilidade tecnológica, a combinação social do processo de produção, o volume e a eficácia dos meios de produção e as condições naturais. [...] A grandeza do valor de uma mercadoria muda na razão direta do quantum, e na razão inversa da força produtiva do trabalho que nela se realiza. [...] Para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca (MARX, 1996, p.169-170).

Marx (1996), explica a relação inversa presente no valor de troca das mercadorias de modo dialético, pois

[...] a antítese interna entre valor de uso e valor, oculta na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma antítese externa, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca (MARX, 1996, p.189).

Sendo assim, a análise marxiana prova que “ao grau de desenvolvimento da forma valor relativa corresponde o grau de desenvolvimento da forma equivalente” (MARX, 1996, p.194).

A forma equivalente geral é uma forma do valor em si. Ela pode ser recebida, portanto, por qualquer mercadoria. [...] E só a partir do momento em que essa exclusão se limita definitivamente a um gênero específico de mercadorias, a forma valor relativa unitária do mundo das mercadorias adquire consistência objetiva e validade social geral. Então, o gênero específico de mercadoria, com cuja forma natural a forma equivalente se funde socialmente, torna-se mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro. [...] A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro (MARX, 1996, p.195-197).

De acordo com Marx (1996) a economia capitalista funda-se na transformação da força de trabalho em mercadoria e a sua conseqüente venda no mercado. No entanto, a sociedade capitalista moderna a partir da divisão social do trabalho desenvolve, então, um elemento fundamental para a subordinação do trabalhador ao capital, ao desconectar o mediador entre indivíduo e sociedade, trabalhador e trabalho. Diante da divisão social do trabalho, que se manifesta inicialmente na indústria manufatureira, domina-se o processo intelectual da produção ao mutilar o trabalho humano, transformando o trabalhador individual em trabalhador parcial de uma massa coletiva de trabalho. Com isso, a força de trabalho individual do trabalhador só se configura enquanto tal a partir do momento em que estiver vendida/associada ao capital. E isto se sucede à medida que o advento da indústria manufatureira compreende, dialeticamente, a supressão do modo artesanal de produção. Assim como aumenta a necessidade de trabalhadores parciais durante o estágio da indústria manufatureira, devido a divisão do trabalho, aumenta-se também o volume mínimo de capital necessário à produção de mercadorias.

O mecanismo social de produção composto de muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. A força produtiva originada da combinação dos trabalhos aparece por isso como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes autônomo, mas cria também uma graduação hierárquica entre os próprios trabalhadores (MARX, 1996, p. 474).

Com o assalariamento ocorre uma dupla conseqüência que resulta na aparência de que o trabalho não-pago é trabalho pago: Em primeiro lugar por que “o valor ou preço

da força de trabalho toma o semblante do preço ou valor do próprio trabalho” (MARX, 2008, p.61); Em segundo lugar “apesar de uma parte apenas do trabalho diário do operário ser paga, enquanto a outra parte não é paga e enquanto esse trabalho não-pago ou sobretrabalho constitui exatamente o fundo a partir do qual a mais-valia ou lucro se forma, parece que o trabalho total foi trabalho pago” (MARX, 2008, p.61).

[...] ao vender a mercadoria pelo seu valor, isto é, como a cristalização da quantidade total de trabalho posto nela, o capitalista tem necessariamente de vendê-la com um lucro. Ele não vende apenas aquilo que lhe custou um equivalente, mas vende também o que não lhe custou nada, apesar de ter custado trabalho ao seu operário. O custo da mercadoria para o capitalista e o seu custo real são coisas diferentes. Repito, portanto, que os lucros normais e médios são obtidos vendendo as mercadorias, não acima, mas pelos seus valores reais (MARX, 2008, p.64).

Logo, para Marx (2008), o preço da força de trabalho é, fundamentalmente, menor do que o seu valor, pois, durante a esfera de produção, em que se compra para vender, o dinheiro antecipado é trocado por mercadorias de dois tipos: primeiro, as que formam o capital constante na forma de meios de produção e matérias primas; segundo na mercadoria denominada força de trabalho. A partir da ação da força de trabalho sobre o capital constante observa-se um incremento de valor, denominado por Marx como “mais-valor”. “À mais valia, ou àquela parte do valor total da mercadoria na qual está realizado o sobretrabalho ou o trabalho não-pago do operário, chamo lucro” (MARX, 2008, p.65). A “posse dos instrumentos de trabalho vai habilitar o capitalista empregador a produzir uma mais valia” (MARX, 2008, p.65).

A taxa de mais-valia, permanecendo as mesmas todas as outras circunstâncias, dependerá da proporção entre aquela parte do dia de trabalho necessária para reproduzir o valor da força de trabalho e o sobretempo ou o sobretrabalho realizado para o capitalista. Dependerá, portanto, da razão em que o dia de trabalho for prolongado para além e acima daquele período, durante o qual, trabalhando o operário apenas reproduziria o valor da sua força de trabalho, ou reporia o seu salário (MARX, 2008, p.59).

Como demonstra Marx (1996) a tendência do capitalismo é elevar a composição orgânica do capital, pois quanto maior a composição orgânica do capital maior a taxa de lucro.

Renda, Juro e Lucro industrial são apenas diferentes nomes para diferentes partes da mais-valia da mercadoria ou do trabalho não-pago encerrado nela e derivam igualmente desta fonte e desta fonte apenas. [...] Para o próprio trabalhador é uma questão de importância secundária se essa mais-valia é [...] embolsada totalmente pelo capitalista empregador ou se este último é obrigado

a pagar porções dela, sob o nome de renda e juro, a terceiros (MARX, 2008, p.65-66).

Quanto ao problema de distribuição da renda das mercadorias Marx aponta um importante equívoco da economia política clássica, pois

[...] uma vez que o capitalista e o operário apenas têm para dividir este valor limitado, isto é, o valor medido pelo trabalho total do operário, quando mais um recebe menos o outro receberá e vice-versa. [...] Um aumento geral dos salários resultaria, portanto, numa baixa da taxa geral do lucro, mas não afetaria os valores (MARX, 2008, p.69-70).

De acordo com Müller (1982), em *O Capital*, Marx revela que existe dois pressupostos históricos que agem sobre o indivíduo, para então, transforma-lo, puramente, em capacidade de trabalho subjetivo, sejam eles: não poder apropriar-se da sua produção e; também não possuir propriedade econômica. Desta forma, as relações sociais, entre homens, são relações concretas entre um ser transformado potencialmente em capital alheio e o outro ser disposto a contratar, ou recusar, este capital.

A divisão do trabalho e a determinação de funções sociais, afirmam que a fixação de uma atividade social cria um poder objetivo que domina os homens e de seus controles escapa. Sendo este, um dos fenômenos capitais do desenvolvimento histórico da nossa sociedade. E isto revela a alienação do homem, pois os autores reiteram que, o trabalho para o homem não é uma questão voluntária, e sim natural. Desse modo, a impossibilidade da ação livre durante o trabalho faz com que o homem perca sua principal identificação enquanto ser social (MARX; ENGELS, 2007a).

E a progressiva subsumção do processo de trabalho sob o processo de valorização, e a sua transformação sistemática pelos diferentes métodos de obtenção de mais-valia relativa, asseguram a redução progressiva do trabalho vivo e concreto a trabalho abstrato, isto é, a trabalho considerado apenas enquanto dispêndio de uma atividade, medida quantitativamente pelo tempo cronológico, e que se tomou indiferente ao seu sujeito. Esta redução já está logicamente pré-definida na constituição do trabalho assalariado (MÜLLER, 1982, p.11-12).

De acordo com Netto (1981), cada forma histórica de organização social resulta em manifestações próprias do fenômeno da alienação. Desse modo, a sua manifestação sofre determinação de construções econômico-sociais historicamente situadas, sendo o fetichismo a forma de alienação concreta na sociedade capitalista industrial. Marx revela o segredo oculto da mercadoria, na seguinte passagem,

[...] de onde provém, então, o caráter enigmático do produto do trabalho, tão logo ele assume a forma mercadoria? Evidentemente, dessa forma mesmo. A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma da grandeza de valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas características sociais de seus trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos de trabalho. O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais (MARX, 1996, p.197-198).

Marx (1996) denomina este fenômeno como o fetichismo e, “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém, como a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar do trabalho que produz mercadorias” (MARX, 1996, p.199). Logo, a compreensão do caráter fetichista da mercadoria, para Marx (1996), revela a transformação das relações sociais que há no mercado capitalista. Lukács (2003), demonstra que o capital não é para Marx uma coisa material, mas uma relação social entre pessoas que se mede por meio de coisas. Portanto, no capitalismo ocorre uma relação social entre os produtos objetivos e seus valores de troca, mediada por pessoas.

Paulani (2000) reitera a importância da compreensão do caráter fetichista da mercadoria na sociedade capitalista, visto que, “o valor parece provir da natureza das coisas enquanto coisas, não do fato de que elas tenham sido produzidas pelo trabalho humano numa sociedade organizada materialmente pela troca; assim o capital aparece como coisa, não como relação social” (PAULANI, 2000, p. 103).

Para Gorender (1996), a teoria marxiana desmistifica o fetichismo da mercadoria e do capital, pois apreende

o caráter alienado de um mundo em que as coisas se movem como pessoas e as pessoas são dominadas pelas coisas que elas próprias criam. Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches. Mas o fetichismo da mercadoria se prolonga e amplifica no fetichismo do capital (GORENDER, 1996, p.34).

O fetichismo da mercadoria permite a Marx, em *O Capital*, “apreender a objetivação ontológica nuclear da prática sócio-humana numa modalidade histórica determinada, tal como se põe nas condições geradas no capitalismo (bem como os

requisitos de sua reprodução) com todas as consequências históricas” (NETTO, 1981, p.39). Desdobra-se em duas realizações teóricas importantes: “a captação ontológica-histórica do trabalho como constitutivo do ser social e a tomada da dimensão econômico-social particular da sociedade burguesa” (NETTO, 1981, p.39). Logo, Para Marx (1996),

[...] as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias do mundo das mercadorias, toda a magia e a fantasmagoria que enevoam os produtos de trabalho na base da produção de mercadorias desaparecem, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiemos em outras formas de produção (MARX, 1996, p.201-202).

Como interpretado por Netto (1981) a especificidade histórica da sociedade burguesa é que além de se manifestar as formas de alienação presentes nas demais sociedades origina-se, também, novos “processos alienantes particulares, aqueles postos pelo fetichismo, e que redundam em formas alienadas específicas, as reificadas” (NETTO, 1981, p.76). Conforme Müller (1982),

O fetiche das categorias da economia política, que exprimem a abstração real destas relações, implica dois momentos que consolidam a sua falsa imediatez: primeiro, sua autonomização face aos indivíduos e sua transformação em “abstrações” que os dominam, e, segundo, a sua incorporação, assim subjetivadas, como propriedades objetivas (“coisas”) dos substratos econômicos materiais (o valor como propriedade natural da mercadoria, a comensurabilidade das mercadorias como resultante da ação mediadora do dinheiro, a produtividade como qualidade inerente ao capital). O fundamento dessas relações coisificadas e da sua expressão teórica nas categorias da economia política é o movimento de autovalorização do capital (para as categorias de produção imediata, antes de tudo); mas seu conteúdo comum é o trabalho abstrato objetivado que se toma, assim, o próprio conteúdo lógico da exposição dialética e o responsável pelo nexo imanente entre as categorias da exposição (MÜLLER, 1982, p.12-13).

Logo, a partir da reificação do proletariado as relações de produção capitalistas acabam por inviabilizar a tomada de consciência do ser social “em e para si”, necessária a classe proletária para o enfrentamento do modo capitalista de produção. Ainda assim, resta saber, qual é a relevância econômica do enfrentamento social entre classes, e de mesmo modo, como se dá, para o proletariado, a interiorização da consciência de ser social “em e para si”, apontada por Marx e Engels (2007a) como sendo o fio teleológico para a superação das relações capitalistas de produção.

2.3 A luta e a consciência de classe proletária

No Livro Primeiro de “O Capital”, o estudo trata-se do capital em sua relação direta de exploração da força de trabalho assalariada, definindo a sociedade capitalista (MARX, 2017). Para Marx, o estudo do concreto, em seu momento dado, é também o estudo da aparência do seu objeto de estudo. Assim, a relação sujeito e objeto é extremamente importante para o entendimento do método dialético materialista,

[...] do objeto para o sujeito e do sujeito para o objeto. O processo do abstrato ao concreto como método materialista do conhecimento da realidade, é a dialética da totalidade concreta, na qual se reproduz idealmente a realidade em todos os seus planos e dimensões (KOSIK, 2002, p.37).

Conforme Chagas (2011), Marx aponta que as relações econômicas sofrem determinação social e histórica, e o feito de excluir o caráter histórico é, na visão marxiana, o equívoco central da economia política clássica. Assim, “os indivíduos não podem ser tomados, como aparecem na economia política, atomisticamente, já que eles são membros de um conjunto social, ou seja, se encontram interligados por meio de relações complexas que determinam seu ser social” (CHAGAS, 2011, p.66).

Marx e Engels (2007a) partem da premissa da existência real do homem, para assim, abstrair suas ações e também as condições materiais de sua existência. Desse modo, a investigação histórica se dá por meios puramente concretos.

O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. [...] Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo que é condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material (MARX; ENGELS, 2007a, p. 87).

Dessa maneira, o indivíduo necessita, em primeiro lugar, atender sua condição natural de existência e reprodução. Para atender tal condição, os indivíduos organizam-se socialmente, para lograr atender suas necessidades materiais de reprodução da vida social. Assim, em determinada sociedade, existem determinadas possibilidades de existência dos indivíduos. A cada estágio das forças de produção corresponde um modo de organização e divisão do trabalho. Resulta disso, que a função social individual manifesta aquilo que os indivíduos realmente são, sua consciência. Pois, a forma como

os indivíduos inserem-se no processo de produção material da vida social determinará o seu ser social. Portanto, o ser social é determinado pelas condições materiais de sua existência.

Segundo Marx (2011b), as classes sociais são variáveis dentro da economia política clássica, pois elas se objetivam na perspectiva da distribuição de renda gerada pela produção material da sociedade, devido à produção voltada para a criação de excedentes. O excedente de produção significa o ganho produtivo para além do custo de manutenção da produção. Na economia política clássica os indivíduos que detém os meios de produção detém também o produto do trabalho que foi gerado durante a esfera de produção.

A filosofia de Marx, significa uma crítica histórica, que leva a uma “consciência da consciência” (LUKÁCS, 2003, p.135). Desse modo, de acordo com Lukács (2003), a história é interpretada como história das formações dos homens em sociedade, a partir de transformações com núcleo em relações econômicas objetivas, que desta maneira determinam as relações dos homens entre si. No entanto, o pensamento burguês ao invalidar a história das formações humanas propõe a sua imutabilidade e a eliminação de um sentido histórico para que o presente revele as leis eternas da natureza, e assim, desaparece a possibilidade de compreender a “origem das configurações sociais” (LUKÁCS, 2003, p.138). Como demonstra Sweezy (1983), Marx concebe a Economia Política como o ímpeto das transformações sociais, sendo que, o motor seria o sentido material do modo de produção. Assim seu objetivo visa compreender as leis que governam estas modificações na sociedade como um todo e resultam na história das lutas de classes.

Logo, a divisão da sociedade em classes para Marx resulta da divisão da sociedade durante o processo produtivo. Contudo, o processo produtivo é determinado historicamente pelo modo como as forças de produção se apresentam. Assim, para Marx (2008) o modo de produção material (infraestrutura econômica) em cada sociedade apresenta relações de produção próprias ao estágio de desenvolvimento de suas forças produtivas. Ainda assim, para Marx (1996) é somente na sociedade capitalista que os interesses materiais dominam as relações sociais, em que, a forma de manifestação da infraestrutura resulta assim numa estrutura de organização social concreta e objetiva, onde as relações de produção existentes durante o processo de produção incidem também sobre os demais âmbitos da vida social.

Lukács (2003), reafirma este ponto, pois com o capitalismo tem-se o estabelecimento de uma sociedade com articulações puramente econômicas. Logo, exclusivamente neste modo de produção, a consciência de classe pode se tornar consciente para a classe do proletariado. Assim, “a luta social se reflete numa luta ideológica pela consciência, pelo desvelamento ou dissimulação do caráter de classe da sociedade”. (LUKÁCS, 2003, p.156). Assim, exclusivamente na sociedade capitalista,

[...] a estrutura econômica da sociedade seria a base real sobre a qual levanta-se uma superestrutura jurídica e política e à qual corresponderiam determinadas formas sociais de consciência, o modo de produção da vida material condicionaria o processo da vida social, política e intelectual em geral (MARX, 1996, p.206).

Para Marx (2008) os motivos principais para os casos de lutas de classes no sistema de assalariamento, são quatro: em primeiro lugar, o valor da força de trabalho é determinado pelo valor dos meios de subsistência; em segundo lugar, devido às mudanças no preço do dinheiro; em terceiro lugar, devido a extensão do dia de trabalho; em quarto lugar, devido à influência dos ciclos econômicos.

Marx (2008) indaga-se sobre o limite máximo do preço da força de trabalho. Sua conclusão aponta que o preço da força de trabalho no sistema de assalariamento é regulado por dois elementos: “um meramente físico, o outro histórico ou social. O seu limite último é determinado pelo elemento físico” (MARX, 2008, p.84). O seu caráter social é explicado pois “o valor do trabalho é em cada país determinado por um nível de vida tradicional” (MARX, 2008, p.84). Contudo, o limite do dia de trabalho “nunca foi estabelecido, a não ser por interferência legislativa. Sem a continua pressão, a partir de fora, dos operários, essa interferência nunca teria tido lugar” (MARX, 2008, p.86).

Destarte, a lutas de classes revela-se para o proletariado como um instrumento econômico para ganhos econômicos, pois as questões distributivas são identificadas por Marx (2008) como questões referentes à economia política. Assim sendo, mudanças na fórmula econômica de distribuição da produção material a partir das lutas de classes resultam da pressão da classe como variável econômica.

Logo, sendo “a contribuição marxiana compreendida como um projeto teórico-prático que, estruturando uma ciência da história (de que decorrem organicamente uma filosofia e uma ética), corresponde a emergência do proletariado como sujeito histórico” (LUKÁCS, 1967, apud in NETTO, 1981, p. 23-24). Para Marx (2008), este projeto teórico-prático transforma o proletariado também em sujeito econômico.

Resulta disso que, segundo Marx (2008), a classe operária deve ter consciência que ao centrar sua luta contra os efeitos da exploração do trabalho no sistema de assalariamento, “luta com efeitos, mas não com as causas desses efeitos; que retarda o movimento descendente, mas não muda a sua direção” (MARX, 2008, p.89).

Por conseguinte, não deverá estar exclusivamente absorvida nestas inevitáveis lutas de guerrilha que incessantemente derivam da investida sem fim do capital ou das mudanças de mercado. Deverá compreender que, juntamente com todas as misérias que lhe impõe, o sistema presente produz simultaneamente as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma reconstrução econômica da sociedade. Em vez do *motto conservador*, “Um salário diário justo para um trabalho diário justo!” deverá inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “Abolição ao sistema de salários” (MARX, 2008, p.90, grifos do autor).

No pensamento de Marx três aspectos definem os pressupostos ontológicos da consciência, sejam eles:

[...] (a) de que a consciência é constituída em um processo social e histórico; (b) de que ela se processa dialeticamente, conformando uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade; (c) de que a consciência é o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e que age intencionalmente para modifica-la (EUZÉBIOS FILHO, 2010, p.33).

A consciência de classe, é “determinada pela tipologia da posição dos homens no processo de produção” (LUKÁCS, 2003, p.141-142). Logo, para o proletariado a consciência de classe está em oposição das demais classes, pois “é impossível para o proletariado libertar-se como classe sem suprimir a sociedade de classes em geral e a sua consciência que é a última consciência de classe da história da humanidade”. (LUKÁCS, 2003, p.174). “Mas mesmo que essa teoria, essa teologia, essa filosofia, essa moral etc. entre em contradição com as relações existentes, isto só pode se dar porque as relações sociais existentes estão em contradição com as forças de produção existentes” (MARX; ENGELS, 2007a, p.36).

É importante diferenciar a compreensão da consciência de classe enquanto fenômeno empírico da abordagem dialética materialista de Marx e Engels (2007a) do ser social que sofre determinação histórica e objetiva. Sobre a primeira concepção de classe temos que,

[...] a classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou

entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como as experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais (THOMPSON, 2004, p.10).

Segundo Marx e Engels (2007a), a consciência, em primeiro lugar, é a consciência concreta imediata, vai de encontro a natureza, percebe sua existência independente. No momento em que o homem percebe a necessidade de criar relações com os demais, cria a sociedade, e compreende-se em si. Com o desenvolvimento das forças produtivas, o homem passa a organizar uma divisão do trabalho, que se torna completa quando separa o trabalho intelectual do trabalho manual. Nesse momento, a consciência emancipa-se do mundo, e como processo intelectual formula a “teoria pura” e passa a explicar o modo de organização material da vida social existente, intelectualmente.

No entanto, a consciência deve retornar ao concreto para compreender o seu desenvolvimento real, ou seja, a consciência deve se entender para si, para então modificar a realidade concreta. Assim, a compreensão da consciência ideal de classe resulta da compreensão do ser enquanto produto social e histórico de formações sociais transitórias, ou seja, a partir da tomada de consciência “em e para si”. E é apresentada em três momentos específicos.

O primeiro momento em que o ser descobre-se como consciência de ser “em si”, ou seja, quando compreende as contradições presentes nas relações produtivas: “O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Sua luta contra a burguesia começa com a sua existência” (MARX; ENGELS, 2007b, p.47).

No começo, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários de um mesmo ramo da indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Dirigem seus ataques não só contra as relações burguesas de produção, mas também contra os instrumentos de produção; destroem as mercadorias estrangeiras que lhes fazem concorrência, quebram as máquinas, queimam as fábricas [...]. Durante essa fase, os proletários não combatem seus próprios inimigos, mas os inimigos de seus inimigos. [...] Todo o movimento histórico está desse modo concentrado nas mãos da burguesia e qualquer vitória alcançada nessas condições é uma vitória burguesa (MARX; ENGELS, 2007b, p.47).

O segundo momento, em que a consciência de ser “em si” toma consciência “de si” e torna-se consciência de ser social “para si”, é representado por Marx e Engels (2007b) na seguinte passagem: “com o desenvolvimento da indústria, o proletariado cresce e também adquire maior consciência de seu ser” (MARX; ENGELS, 2007b, p.48). Logo, da união entre trabalhadores de diversas regiões nasce o caráter essencial de uma luta de classes, e a sua formação política enquanto classe econômica.

Os operários começam a formar coalisões contra os burgueses e atuam em comum na defesa de seus salários [...]. De tempos em tempos os operários triunfam, mas é um triunfo efêmero. O verdadeiro resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos trabalhadores (MARX; ENGELS, 2007b, p.48).

E o terceiro momento onde o ser social toma consciência da sua consciência histórica de ser social. Atinge assim, o momento ideal de consciência “em e para si”. Deste modo, interioriza quem é historicamente e passa a compreender o que fazer para se libertar. Este momento de tomada de consciência é exposto na seguinte passagem

Finalmente, nos períodos em que a luta de classes se aproxima da hora decisiva, o processo de dissolução da classe dominante, de toda a velha sociedade, adquire um caráter tão violento e agudo, que uma pequena fração da classe dominante se desliga desta, ligando-se à classe revolucionária, a classe que traz nas mãos o futuro. Do mesmo modo que outrora uma parte da nobreza passou para a burguesia, em nossos dias uma parte da burguesia passa para o proletariado, especialmente a parte dos ideólogos burgueses **que chegaram a compreensão teórica do movimento histórico em seu conjunto** (MARX; ENGELS, 2007b, p.49, grifos nossos).

Para Marx e Engels (2007b) o partido comunista detém a compreensão da consciência histórica ideal da classe proletária, pois,

[...] o objetivo imediato dos comunistas é o mesmo que o de todos os demais partidos proletários: constituição do proletariado em classe, derrubada da supremacia burguesa, conquista do poder político pelo proletariado. [...] São apenas a expressão geral das condições efetivas de uma luta de classes que existe, de um movimento histórico que se desenvolve diante dos olhos. [...] O que caracteriza o comunismo não é a abolição da propriedade em geral, mas a abolição da propriedade burguesa [...]. Nesse sentido, os comunistas podem resumir sua teoria numa única expressão: supressão da propriedade privada. (MARX; ENGELS, 2007b, p.51-52).

Com isso, o partido comunista é “a fração mais resoluta dos partidos operários de cada país” (MARX; ENGELS, 2007b, p.51). De acordo com Kosik (2002) a segunda percepção de classe enquanto processo dialético materialista revela que o processo de formação da classe para Marx compreende a necessidade de apreensão do movimento histórico deste objeto, ou seja, “o ‘conceito’ e a ‘abstração’, em uma concepção dialética, têm o significado de método que decompõe o todo para poder reproduzir espiritualmente a estrutura da coisa, e, portanto, compreender a coisa” (KOSIK, 2002, p.18).

Lukács (2003) indaga-se sobre a consciência de classe no espírito do marxismo a partir da realização da divisão da sociedade em classes, determinada pela posição do ser no processo de produção. Para este autor, a essência do pensamento científico de Marx

consiste, portanto, em “reconhecer a independência das forças motrizes reais da história em relação à consciência (psicológica) que os homens têm delas” (LUKÁCS, 2003, p.135). Dessa maneira,

O estudo do concreto significa tomar a relação da sociedade como totalidade. E somente nessa relação que se revela a consciência que os homens têm de sua existência, em todas as determinações essenciais [...] quando relacionamos a consciência com a totalidade da sociedade é possível reconhecer os pensamentos que os homens teriam numa determinada situação, se eles fossem capazes de compreender perfeitamente essa situação e os interesses dela decorrentes, cujo caráter fundamental é determinado pela sua posição no processo de produção. Logo, a reação racional adequada, que deve ser adjudicada a uma situação típica determinada no processo de produção é a consciência de classe (LUKÁCS, 2003, p.140-41).

Assim como a consciência de classe é vinculada a posição do ser social no processo de produção, cabe a ciência burguesa mistificar este conflito presente nas lutas de classes, assim

A consciência de classe é ao mesmo tempo uma inconsciência, determinada conforme a classe, de sua própria situação econômica, histórica e social. [...] conseqüentemente, a “falsidade” e a “ilusão” contidas em tal situação real não são arbitrárias, mas, ao contrário, a expressão mental da estrutura econômica e objetiva (LUKÁCS, 2003, p.143).

Sobre este ponto, Marx e Engels (2007b) deixa claro a questão de dominação ideológica na história da humanidade a partir das lutas de classes pela afirmação da consciência social. E aponta que,

[...] ao mudarem as relações de vida dos homens, as suas relações sociais, a sua existência social, mudam também as suas representações, as suas concepções e conceitos; numa palavra, muda a sua consciência? Que demonstra a história das ideias se não que a produção intelectual se transforma com a produção material? As ideias dominantes de uma época sempre foram as ideias da classe dominante. [...] A história de toda a sociedade até nossos dias moveu-se em antagonismos de classe, antagonismos que se tem revestido de formas diferentes nas diferentes épocas. Mas qualquer que tenha sido a forma assumida, a exploração de uma parte da sociedade por outra é um fato comum a todos os séculos anteriores. Portanto, não é de espantar que a consciência social de todos os séculos, apesar de toda sua variedade e diversidade, se tenha movido sempre sobre certas formas comuns, formas de consciência que só se dissolverão completamente com o desaparecimento total dos antagonismos de classe (MARX; ENGELS, 2007b, p.56-57).

Müller (1982), também chama atenção para esta estrutura de dominação, ao afirmar que sua atuação em O Capital deve ser objeto de análise específica

A dialética da dominação presente na lógica das “determinações da reflexão”, relações em que um polo contém em si o outro polo e o rebaixa a momento de

si mesmo, tornando-se o todo da relação, é a estrutura paradigmática para a concepção da pretensão de dominação do capital sobre o trabalho assalariado (MÜLLER, 1982, p.9-10).

Destarte, a lutas de classes no plano econômico se dá para Marx e Engels (2007a) na luta entre proprietários dos meios de produção, que necessitam de trabalhadores e a eles pagam salários, e não proprietários dos meios de produção, que precisam vender sua única mercadoria a força de trabalho. Logo, as lutas de classes assentam-se, essencialmente, sobre o sistema de assalariamento e a propriedade privada dos meios de produção. Além disto, apresenta caráter econômico objetivo e independente da consciência empírica do proletariado. Deste modo, as lutas de classes podem ocorrer mesmo a partir da incompreensão, por parte do proletariado, da consciência histórica de seu ser social. Pois,

Os sindicatos (Trade Unions) funcionam bem como centros de resistência contra as investidas do capital. Fracassam parcialmente por um uso não-judicioso do poder. Fracassam geralmente por se limitarem a uma guerra de guerrilha contra os efeitos do sistema existente, em vez de simultaneamente tentarem muda-lo, em vez de usarem suas forças organizadas como uma alavanca para a emancipação final da classe operária, isto é, para a abolição última do sistema de salários (MARX, 2008, p.90).

Portanto, a consciência de classe que será vinculada à posição do ser no processo de produção poderá não representar a mesma percepção de que ele deveria ter de acordo com a compreensão ontológica histórica de seu ser social. E mesmo que a sua ação seja consciente, levando em conta suas opções no momento de tomar a decisão, poderá também ser inconsciente se for considerada a função teleológica histórica de seu ser social. Por fim, a consciência de classe pode ser uma inconsciência determinada conforme outra classe que detém vantagem na estrutura econômica objetiva. E desta maneira, o objetivo econômico final das lutas de classes torna-se incompreendido na consciência empírica do proletariado, fazendo com que não seja possível compreender sua classe como ser social “em e para si”.

Diante disso, torna-se urgente a construção de uma problemática que compreenda as lutas de classes através enfrente o movimento histórico real. Para que assim, possamos responder: “Para quem esta história? Com que objetivo? A quem ela serve no tocante ao movimento operário?” (HAUPT, 2010, p. 43-44). A essa pergunta, Haupt (2010), elenca duas respostas. A primeira resposta, dominante no círculo acadêmico historiográfico como instrumento de auto justificação, aponta que a história operária serve à propaganda

partidária e não ao conhecimento científico material, visto que trata de imagens e ignora os problemas operários essenciais. Nega-se à crítica, transforma-se em fetiche.

[...] ela consiste em forjar a coesão, em demonstrar a continuidade, em perpetuar as lendas oficiais que servem de referência e que ocupam o lugar da explicação.

Desde então, é a percepção que os partidos operários têm de si mesmos e a representação que querem dar que orientam seus discursos históricos. [...] Ela se assume a partir dos anos 20 e, tendo-se tornado dominante, intitula-se “espírito de partido” (HAUPT, 2010, p. 51).

De modo contrário, a segunda resposta desta problemática, impõe que a história operária deve ser analisada criticamente, com rigor histórico. Em paralelo, cabe a história operária tratar, também, a memória coletiva como reflexo da praxis acumulada, o saber coletivo⁵ operário (HAUPT, 2010). Sobretudo, “a história internacional do movimento operário é em si, uma dimensão essencial, complexa e rica, mas também um modo de abordar a evolução do socialismo” (HAUPT, 2010, p. 59).

O problema essencial é retornar à frase de Lukács: tratar o presente como um problema de história. O que significa: a história não significa somente uma forma de futuro. A história significa, portanto, antes de qualquer outra coisa, uma intervenção consciente nas tendências históricas, no plano prático e político, mas também para uma análise apropriada dessas tendências que são os pontos nodais de encontro do presente, do passado e do futuro (NEGT, 1972, p. 277-278, apud HAUPT, 2010, p. 68)

Sendo assim, é necessário à classe proletária a compreensão de sua consciência de classe histórica e material, de modo que sua ação concreta compreenda seus desafios do seu saber coletivo. Conforme Marx e Engels (2007a), esta consciência é por essência comunista, e pode também nascer em outras classes, desde que fundada na mesma essência, a práxis política revolucionária. Contudo, há o poder social que se utiliza das forças de produção existentes e assim garante as condições de dominação de uma classe sobre a outra. Poder este que é materializado na constituição de um Estado, a partir dos interesses históricos particulares de cada classe que deteve o poder social. “Torna-se necessária uma transformação maciça dos homens para criar em massa essa consciência e levar a bom termos estes objetivos” (MARX; ENGELS, 2007a, p. 50).

Em suma, para o estudo da economia política é fundamental a compreensão dos objetivos econômicos presentes nas lutas de classes pois eles fundamentam-se nas

⁵ Haupt (2010), demonstra que o saber coletivo indica o processo de amadurecimento do movimento operário enquanto classe. Ressalta, também, que o estudo histórico rigoroso e crítico deve apontar os erros adjacentes à trajetória concreta do movimento de lutas de classe, visando a formação do saber cumulativo.

questões relativas ao modelo de distribuição da produção material em sociedade. De mesmo modo, a teoria econômico-política das lutas de classes proletária revela-se como uma categoria das lutas de classes econômica, conseqüentemente, da economia política.

3. DA ORIGEM PRÉ-CAPITALISTA À FORMAÇÃO DA INDÚSTRIA MANUFATUREIRA NO RS

Neste capítulo pretendemos investigar o desenvolvimento histórico e econômico do estado do RS e identificar os efeitos materiais e ideais que formam a estrutura capitalista desta sociedade, dando ênfase às relações de produção e às forças produtivas materiais em cada modelo econômico estabelecido.

Organizamos a história econômica do RS mediante o desenvolvimento de quatro estágios de sua estrutura econômica. Apresentaremos cada estágio do desenvolvimento de acordo com a construção de modelos abstratos e sintéticos de organização econômica política que se referem a base econômica. De modo complementar, e dialético, será exposto os modelos econômicos políticos particulares, que se distinguem destes últimos pela sua conformação regional, aplicados à região da Campanha e a região Colonial no RS. Desse modo, caracterizam-se como partes dialéticas de um processo totalizador e estrutural.

Para tanto, este capítulo se dividirá em quatro seções: Destarte, na primeira exporemos a história econômica sul rio-grandense de modo a reproduzir o todo estrutural do período. Na segunda e terceira subseções, analisar-se-á as partes representantes da formação econômica da região da campanha e a formação econômica da região colonial, respectivamente. A quarta subseção trará a conclusão dialética materialista do processo estudado, de modo a ressaltar as configurações ideais que formam o ideário social, para que assim se apreenda da história econômica a síntese da formação proletária.

3.1 A formação dialética da estrutura econômica política no RS

A história econômica do RS torna-se relevante para os interesses da Coroa portuguesa apenas tardiamente, pois entre os anos de 1581 a 1640, a Coroa portuguesa estava sob o governo do reino da Espanha. Somente após Portugal conseguir novamente a autonomia de seu território, o Império passa a se atentar para à estratégia de ocupação da fronteira meridional de sua colônia. Ainda assim, quando a capitania do RS passou a ser considerada nos assuntos políticos internos, sua relevância é conferida às necessidades estratégicas militares da Coroa em expandir seu território colonial.

De acordo com Santos (1984, apud HERRLEIN JR., 2000), a expansão colonial das duas Coroas Ibéricas definia um real conflito. Enquanto o progresso espanhol dava-

se no sentido do Pacífico ao Atlântico, a Coroa portuguesa estendia seus domínios do Atlântico ao Pacífico. Sendo o ponto de convergência a província do Rio Grande do Sul.

Prado Jr. (2004), aponta que desde princípios do século XVII, bandeirantes paulistas predores de índios, já haviam desbravado esta região. Fato este que colaborou com a inserção do gado selvagem no território do RS. Igualmente significativo foram as disputas territoriais ao longo do século XVII, entre espanhóis e portugueses. Uma vez que entre as duas nações existia um “vácuo” separando-as, mais precisamente onde atualmente fica o território a leste do Paraná. Contudo, é somente no ano de 1680 que uma expedição de bandeirantes vai até a margem setentrional do rio da Prata para marcar território, fundando a Colônia de Sacramento, hoje território da República Oriental do Uruguai.

Aproximadamente nesta mesma época, segundo Darcy Ribeiro (2015), padres Jesuítas espanhóis também se instalaram na região, com fins de criar uma república cristã-guaraníca. Originalmente, a população nativa era composta por grupos indígenas, majoritariamente guaranis, e com a chegada dos Jesuítas viriam a tornar-se catecúmenos. O autor também ressalta que a paisagem era composta por uma imensa extensão de campo e pela presença de gado por toda a parte.

Ainda que a estrutura pré-econômica sul-rio-grandense, neste período histórico, não contasse com o trabalho escravo, as relações de produção estabelecidas no centro da colônia brasileira tinham o trabalho escravo como elemento fundamental de sua base econômica. Diante disso, Pesavento (1989a), demonstra que junto dos lagunistas, o negro cativo participava da caça ao gado selvagem no extremo-sul da colônia, desde fins do século XVII e início do século XVIII.

Assim sendo, o primeiro modo de produção da história econômica do RS, segundo Cardoso (2003), organiza-se em compáscuos⁶. Trataremos como um modo de produção pré econômico, visto que os recursos para a existência das comunidades locais são abundantes e não precificados e, também, devido ao mercado econômico para as vendas do gado preado no Sul estar localizado fora do território sul rio-grandense.

De acordo com Cardoso (2003), após definirem-se os objetivos estratégicos militares da Coroa portuguesa para o RS, coube a esta resolver os problemas econômicos

⁶ O modelo produtivo de compáscuos caracteriza-se no texto para explicar o modo como no RS, ainda que com a finalidade mercantil, existiu na origem o uso comum do território. Sendo assim, com o uso comum das terras pelos predores de gado, parte-se a captura do animal selvagem, para depois vendê-lo nos mercados já estabelecidos do centro da colônia (CARDOSO, 2003).

deste território tendo em vista seu povoamento. Logo, este modelo pré econômico se transforma à medida que se inicia as políticas estratégicas militares, e também, econômicas de povoamento do território meridional.

Junto disso, surgem dois modos básicos de ocupação da terra. Fato este que dá origem a estruturação da economia no RS: a vila fortificada, caracterizada como sendo um núcleo militar estável; e a estância⁷ de criação (CARDOSO, 2003).

Diante da necessidade de continuar utilizando de modo econômico os territórios que foram recém integrados, em meados do século XVIII “coube a Coroa, oferecer terras e vantagens às camadas pobres e médias da população portuguesa, em sua maioria oriundos da região dos açores, para lá estabelecerem-se” (PRADO JR., 2004, p.96). Com isso, os imigrantes açorianos formam as primeiras fazendas de gado na região, marcadas pela subdivisão do território.

Logo, mediante a distribuição da terra em sesmarias para civis e militares por parte da Coroa, inicia-se também o processo de ocupação extensiva da terra com a finalidade de constituir estâncias para a produção mercantil do gado que até então estava solto nos campos (HERRLEIN JR., 2000). Segundo o autor, a primeira ocupação efetiva no território sul rio-grandense se dá em 1737, com o estabelecimento da vila de Rio Grande.

A sociedade da pecuária e a economia local no século XVIII não foram estruturadas para atender a propósitos imediatos da acumulação comercial metropolitana, mas para assegurar a posse do território, cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento geográfico. A produção de um excedente para a metrópole não foi o fator determinante no estabelecimento dessa sociedade, que se fez com baixa densidade demográfica e sem que o escravismo desempenhasse papel econômico fundamental (HERRLEIN JR, 2004, p.178).

O modelo econômico da pecuária tem como unidade elementar as estâncias de gado e visa sua mercantilização, diante disso, o animal enquanto produto final ao ser transacionado não carrega consigo valor agregado, pois a aplicação de trabalho humano é somente para manter estável as condições de produção neste modelo econômico (HERRLEIN JR., 2000). Segundo Cardoso (2003), os proprietários destas estâncias representam os interesses da Coroa, revelando o caráter patrimonialista-estatal⁸ deste sistema político-econômico.

⁷ A palavra estância para os gaúchos detinha um caráter especial como identificado Costa (2010), que era conferido a raiz deste termo, o verbo estar. De modo que a criação de gado fixaria os rio-grandenses neste território para se valer das estâncias como empreendimento econômico racional, sem com isso, perder o seu caráter natural.

⁸ A ordem patrimonialista estatal era atribuída ao decisivo poder político dos funcionários da Coroa e militares portugueses (CARDOSO, 2003).

Cardoso (2003), demonstra que o padrão estrutural das relações interpessoais constituídas nas estâncias, deve-se a múltiplas causas: estabilização dos bandos guerreiros de preadores de gados; dos povos jesuíticos submetidos à dominação portuguesa; dos povos formados em volta dos burgos militarizados ou dos povoados açoritas. Resultando todas na formação de autarquias de dominação regional, sob constante apelo ao arbítrio e a força brutal. Com a ordem militar colocando-se sobre o ordenamento civil surge também distinções hierárquicas sociais, que se identificam com o sentimento de identificação com a nobreza, na classe dos militares. Acrescenta, Herrlein Jr. (2000), que o interesse estratégico de estabelecer os açorianos na região servia também para contrabalançar o poder dos estancieiros que se estabelecia e se fortalecia no RS, e assim preocupava a Coroa.

Ainda assim, para a Coroa, a estratégia política de defender esta região, seja sustentando as guerras ou provendo a colonização açoriana, gerou elevados gastos para seu cofre. “Durante todo o século XVIII, a arrecadação da Fazenda Real no Rio Grande do Sul não cobria nem a metade das despesas” (SANTOS, 1984, p. 174, apud in HERRLEIN JR., 2000, p. 2).

Prado Jr (2004), afirma que em 1750, após o novo tratado de Madri os portugueses perdem a colônia do Sacramento, que desde a sua constituição até esse momento estava sob os interesses de Portugal. Ainda assim, este território esteve ocupado de 1811 a 1828 por tropas luso-brasileiras. (FLORES, 1996).

Diante disso as relações de produção definem-se em segmentos de trabalhadores servis, os peões de estância, e a camada senhorial dos grandes proprietários (CARDOSO, 2003). Para Herrlein Jr (2000), o peão de estância é o trabalhador que no primeiro estágio de organização econômica, do modelo pecuário, não recebia pagamento por seus serviços, sendo um modo econômico de características servis. Outro elemento característico, fundamental, dos peões de estância para a constituição da primeira estrutura econômica no RS é a de servirem para a formação das tropas armadas na cavalaria militar.

Prado Jr. (2004) confirma este modelo econômico, pois a base econômica no século XVIII do extremo sul é a pecuária, visto que a agricultura é uma atividade marginal que se estabeleceu em poucas áreas próximas ao litoral. Cardoso (2003), acrescenta que nesta região as lavouras eram atividade complementar às estâncias, contudo, o trabalho escravo foi utilizado mesmo que em escala restrita à região de Santa Maria, devido a prática econômica da agricultura desta cidade.

Almeida (1992) destaca importantes elementos deste modelo econômico no RS, sendo estes: o sentido do povoamento; a pecuária; e a mineração. Segundo este autor, os contingentes populacionais foram aglomerados para servirem de mão-de-obra em atividades agrícolas de grande porte. A pecuária no RS, advém da dispersão do gado bovino, o mular e o cavalariço, que foram introduzidos inicialmente na região de São Paulo, e assim, difundiu-se rapidamente nos campos do sul. Enquanto que o auge da mineração, durante a primeira metade do século XVIII, gerou a demanda por animais de tração necessária a constituição de uma produção especializada na região sul-riograndense

Dito isto, Torronteguy (1994) ilustra este momento histórico com a metáfora da “lança”, devido ao modo como as guerras militares pela defesa/expansão do território colonial determinaram as motivações econômicas por parte do Império, a violência era a característica determinante das relações interpessoais.

Adiante, logo após o tratado de Santo Idelfonso em 1777, tem origem uma nova distribuição de terras pela Coroa também na forma de distribuição de sesmarias, marcada pelo abuso, resultando na formação de enormes propriedades. Os abusos eram estabelecidos de modo que “um homem que tinha a proteção do governo tirava uma sesmaria em seu nome, outro em nome do filho mais velho, outras em nome do filho e filha que estavam no berço; e deste modo há de quatro e mais sesmarias” (PRADO JR., 2004, p. 97). Houve repartição econômica de terras para os que não se beneficiaram das concessões reais anteriores, denominada como “camaradagem”. Ainda que a “camaradagem” não significasse ausência de distinção social (CARDOSO, 2003).

Para Prado Jr. (2004) estas novas estâncias são utilizadas na produção industrial do Charque (processo industrial de salga e curtimento da carne). Em que o uso de mão de obra escrava torna-se estrutural a partir da mercantilização de sua produção. Em 1814 a população africana escravizada correspondia a 29% da população absoluta no RS (PESAVENTO, 1989a).

Cardoso (2003) aponta para o elemento fundamental da estrutura econômica da indústria do charque no RS: a exploração da mão de obra escrava africana, com uma característica específica para o trabalho. A necessidade de o escravo deter habilidades artesanais para a criação de ferramentas rudimentares na produção charqueadora e também para as atividades domésticas.

Segundo Maestri (2010), o modelo escravocrata de produção somente se manteve por meio dos mecanismos de coerção física utilizados. Sendo assim, o comportamento atribuído aos agentes passivos (os escravos), como resposta a forma elementar das

relações econômicas produtivas, tais como a oposição ao trabalho e a heteronômia⁹ social, só podem ser entendido enquanto comportamento produzido em resposta a esse mecanismo social originário, a violência.

“O escravizado respondia comumente de forma violenta às condições de vida e de trabalho servis. Essa violência emergia no trabalho, nas relações com seus companheiros de cativeiro, na forma como ele próprio se autocompreendia” (MAESTRI, 2010, p.114). Isto posto, fica claro que diante da estrutura escravocrata de extrema exploração, a formação do negro enquanto ser social carrega esse traço histórico social determinante. Diante disso, “o suicídio, o justicamento, a fuga, os quilombos, as rebeliões foram [...] importantes formas de resistência do trabalhador escravizado” (MAESTRI, 2010, p. 111).

A prosperidade do modelo escravocrata causou o surgimento dos grandes proprietários no RS, onde o despotismo militar havia determinado as condições para a exploração com fins pessoais dos cargos públicos. O que permitiu ao patriarcado a independência frente a burocracia do império brasileiro. Processo este que resultou na culminância da dominação senhorial pelos estancieiros (CARDOSO, 2003).

Dito isto, a primeira transformação na estrutura econômica ocorre de modo a estabelecer na região uma nova base econômica. Assim, este modelo estabelece, de acordo com Cardoso (2003), a sociedade rural gaúcha, latifundiária e escravista, de criadores de gado e charqueadores. De mesmo modo, define-se o modelo econômico pecuário-charqueador, estruturado em estamentos sociais de diferenciação no processo de produção.

Segundo Herrlein Jr. (2000), as estâncias charqueadoras são unidades produtivas estruturadas em torno do proprietário e do latifúndio, sob mão de obra escrava no cultivo de subsistência e dos peões “gaúchos” na criação do gado. Seu principal produto, o charque, apresenta demanda fixa da economia cafeeira visto que o produto era componente chave da alimentação dos escravos nesta economia, de modo que possibilitou a empresa charqueadora crescer. Entretanto, este modelo econômico pecuário-charqueador caracteriza-se como um subsistema da estrutura econômica nacional, pelo fato de ser subsidiário ao centro da economia colonial no Brasil, formado então por Minas

⁹ Florestan Fernandes utiliza esse termo para expressar que diante da heteronômia de sua condição de escravo, o negro não consegue por si só se libertar das amarras da sociedade escravocrata e, diante disso, a sua formação enquanto brasileiro será marcada pelo estigma social de identificação a todas os comportamentos e qualidades que ela classificou como negativas (FERNANDES, 2008).

Gerais e Rio de Janeiro. Ainda assim, pouco depende da oferta de bens para reproduzir-se.

A mão de obra disponível era composta por não-proprietários e escravos. Os não proprietários eram os gaúchos (descendentes de índios mestiços e catequisados), e os contrabandistas (estrangeiros brancos). Os gaúchos também se dividiam ora como contrabandistas e ora como peões nas internadas e nas tropas (CARDOSO, 2003). O patriarcado era composto por lavradores e estancieiros açorianos, senhores de escravos, produtores de trigo e criadores de gado (PRADO JR., 2004). Ainda assim, dentro da estrutura patrimonialista de poder, no topo da hierarquia social estavam os estancieiros. Entretanto, os estancieiros apresentavam relações de fidelidade com os contrabandistas, delimitando um sistema de dependência e favores mútuos, mas também à coroa quando os beneficiava (CARDOSO, 2003).

Conforme Cardoso (2003), o modelo econômico das estâncias charqueadoras possibilitou aos grandes proprietários a acumulação de riquezas e também poder político sobre a região. Assim, o

Estabelecimento das charqueadas, na passagem para o século XIX, representou a instalação do setor essencialmente escravista da economia gaúcha. [...] Configurou-se assim na região gaúcha um sistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária em seu papel de atendimento à demanda nacional de charque, porém relativamente auto-suficiente no provimento da maior parte dos recursos necessários à sua reprodução (HERRLEIN JR, 2004, p.178).

De acordo com Prado Jr (2004), nos primeiros anos do século XVIII já se exportava 600.000 arrobas de charque, e o núcleo exportador era a cidade de Pelotas. Para este autor, “excluindo o rush do ouro, não se assistira ainda na colônia a tamanho desdobramento de atividades” (PRADO JR., 2004, p.97). Contudo, mesmo com a importância da sua oferta, a indústria do Charque não apresentou inovações produtivas significantes.

É somente no ano de 1807 que o RS é declarado Capitania Geral, sendo que apenas em 1821 é assumido como Província do Reino do Brasil, (COSTA, 2010). Segundo Cardoso (2003), no início do século XIX os funcionários reais passaram a utilizar a sua parcela de poder para expropriar os habitantes que não detinham poder político, tornando-se, com isso, empresários econômicos. Contudo, com o enriquecimento dos estancieiros ocorreu uma exigência destes a participação na definição das políticas econômicas, visando o crescimento de sua riqueza pessoal. Com isso, o desenvolvimento da sociedade

latifundiária escravocrata e pastoril do RS faz coexistir dois tipos de ordenamentos sociais, o modelo patrimonialista-estatal e o modelo patrimonialista-patriarcal¹⁰.

Almeida (1992), aponta para a importância da imigração italiana e alemã a partir de 1820, no RS. A dinâmica econômica da região colonial intensificou o processo de diferenciação na produção, “desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais” (HERRLEIN JR., 2004, p.179).

Sobretudo, no ano de 1828, de acordo Prado Jr. (2004) esta estrutura começa a demonstrar suas contradições internas, principalmente após o fim da Guerra da Cisplatina¹¹. Devido ao término desta guerra, a província do RS descapitaliza-se, visto que não foram salgadas as “requisições de bens que as tropas imperiais impuseram à população civil e os empréstimos compulsórios feitos pelo Império Brasileiro ao tesouro da província sulina” (TORRONTEGUY, 1994, p. 60). Soma-se a isso que o Império dificultou o transporte do charque no interior do país e também a sua inserção nos mercados do Sudeste e do Nordeste (TORRONTEGUY, 1994).

Nesta mesma época, havia no RS dois importantes modelos políticos: os liberais exaltados (federalistas e Republicanos), denominados como farroupilhas; e os liberais moderados (centralistas e monarquistas), identificados como chimangos (MAESTRI, 2010). Os rebeldes farroupilhas influenciados pelo liberalismo mercantil inglês¹² e desejosos de maior autonomia política econômica provincial, sentiam-se prejudicados com a centralização do poder durante o Brasil império, assim, entram em guerra com a federação exigindo a separação da província rio-grandense do Império. Logo 20 de setembro de 1835, tem início a Guerra dos Farrapos¹³ (FLORES, 1996).

¹⁰ Para Cardoso (2003), a sociedade patrimonialista patriarcal, foi originada pelo Estado patrimonialista português como um recurso para se manter operante, como um sistema de “poder doméstico”. O favoritismo do Poder Real, foi decisivo para a formação das fortunas e da estrutura política e social no RS. E, a partir de 1820, funda-se a sociedade senhorial mantida pelo latifúndio (estancieiro ou charqueador) que passa a disputar o poder político da região.

¹¹ O término da Guerra da Cisplatina em 1828 resulta no reconhecimento por parte do Império brasileiro da independência da província da Cisplatina, proclamada como República Oriental do Uruguai, (Flores, 1996).

¹² A influência liberal deve ter suas raízes compreendidas nas teorias de Locke, Montesquieu, enquanto a influência democrata tem origem em Rousseau. Visto que, transcrições de pensamentos dos três teóricos são estampadas constantemente nos jornais da época farroupilha (FLORES, 1996, p. 32).

¹³ Organizada por titulares da Guarda Nacional no RS sob liderança de Bento Gonçalves, de caráter altamente disciplinado devido a pregação política. O ideário revolucionário baseou-se na exploração de temas regionalistas, ataques ao Império brasileiro e aos portugueses. Em Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, teve importância significativa para este conflito civil o papel dos jornais farroupilhas para pregar os ideais Republicanos. A maçonaria e a Igreja católica também se destacam como instrumentos para a execução desta guerra (TORRONTEGUY, 1994, p.61).

Ao longo de dez anos há o conflito entre os farroupilhas e o Império, sendo criado neste intervalo de tempo a República Rio-grandense, juntamente com a elaboração de uma Constituição própria. O modelo econômico sul-rio-grandense¹⁴ era dependente da República Oriental do Uruguai, de tal modo que se o governo uruguaio fechasse o comércio com o governo rio-grandense, o movimento farroupilha não teria mais como se sustentar economicamente (MAESTRI, 2010).

Na data de 1º de março de 1845, com o Tratado de Poncho Verde¹⁵ estabelecesse um acordo de paz, em que os gaúchos definiriam seu futuro governador da província e receberiam o pagamento das dívidas de guerra por parte do Império. Dando por encerrada a Guerra dos Farrapos. Junto das perdas econômicas e as derrotas em combates militares, outro motivo que propiciou o fim do levante foi a disputa interna entre os estancieiros pelo poder (TORRONTEGUY, 1994).

De maneira semelhante ao Império brasileiro a República Rio-grandense também se apoiou no modo de produção escravocrata, visto que, o projeto de Constituição que vigorou neste durante neste período “inspirava-se na Carta estadunidense, que assegurava os direitos aos cidadãos livres¹⁶ e desconhecia os dos trabalhadores escravizados, ignorando as lições da Revolução Francesa” (MAESTRI, 2010, p. 172).

[...] o movimento de 35 era disputa política entre as classes dominantes e era necessário manter as classes subalternas na dominação, com destaque para a população escravizada. A necessidade dos farroupilhas de contar com o apoio subordinado das classes livres pobres da campanha ensejou uma primeira retórica da população livre campeira- os gaúchos. [...] Na Guerra Farroupilha não estavam em jogo a forma ou distribuição da propriedade, a organização social, a liberdade dos trabalhadores escravizados, o acesso à terra aos gaúchos. Discutia-se, entre as classes dominantes do Império e regionais, a hegemonia política na província (MAESTRI, 2010, p. 179-180).

¹⁴ Em razão da grande dependência dos territórios da República aos bens importados, foram organizadas manufaturas de carretas, curtume, erva-mate, ferraria, fumo, selaria, etc. utilizando-se trabalhadores escravizados, [...]. A economia da República Rio-grandense continuou se baseando na produção e exportação de gados e couros, realizados pelo Uruguai (MAESTRI, 2010, p. 169).

¹⁵ Este tratado que estabelece o acordo de paz foi promovido de maneira pacífica e facilitada, pelo futuro duque de Caxias, como demonstra Maestri (2010).

¹⁶ Historicamente, os burgueses libertaram-se enquanto classe de maneira isolada. Desse modo, conservaram a estrutura material de dominação social, transformando somente os problemas que se apresentavam, anteriormente, como entraves à sua libertação. Diante disso, a condição de liberdade aplicada à classe dos trabalhadores naturalmente, revela-se, numa liberdade materialmente restrita, porque, neste processo, os trabalhadores submetem-se ao poder das coisas, do capital. Assim sendo, a liberdade concedida aos trabalhadores, cidadãos livres, não é idêntica a liberdade material, mas a liberdade formal do direito, pois os trabalhadores não detêm as condições materiais de libertarem-se do jugo da exploração (MARX; ENGELS, 2007a).

Assim sendo, o ideal de liberdade pretendido pelos farroupilhas que se baseava nos ideais burgueses da Revolução Francesa, não contemplava a liberdade material para a classe subordinada. Logo, seu sentido era a mistificação ideológica da liberdade material, haja visto a necessidade de manutenção dos privilégios liberais conferidos a classe dominante local. Sobretudo, o ideário farroupilha não contemplava mudanças materiais nas relações de produção para os trabalhadores livres e os escravos. (MAESTRI, 2010).

A pacificação, após dez anos de luta, assegurou as condições para o progresso das atividades da pecuária e das charqueadas, inclusive o favorecimento para o charque gaúcho no mercado nacional. Assim, entre 1820 e 1860, excetuado o período da guerra civil, desenvolveu-se a acumulação mercantil, enquanto as guerras platinas provocavam a desorganização da produção do charque no Prata, deslocando-o do mercado brasileiro (HERRLEIN JR, 2000, p. 6).

Com o término desta guerra civil, a oligarquia farroupilha foi indenizada pelo Império de modo que estes integraram-se a sociedade brasileira. Além disto, o parlamento, que começara a se esboçar, permitiu que esta oligarquia liberal tomasse o poder no RS. “Visto que de 1852 a 1864, os interesses intervencionistas do Império e dos criadores rio-grandenses coincidiram, aproximando os antigos inimigos” (MAESTRI, 2010, p. 223).

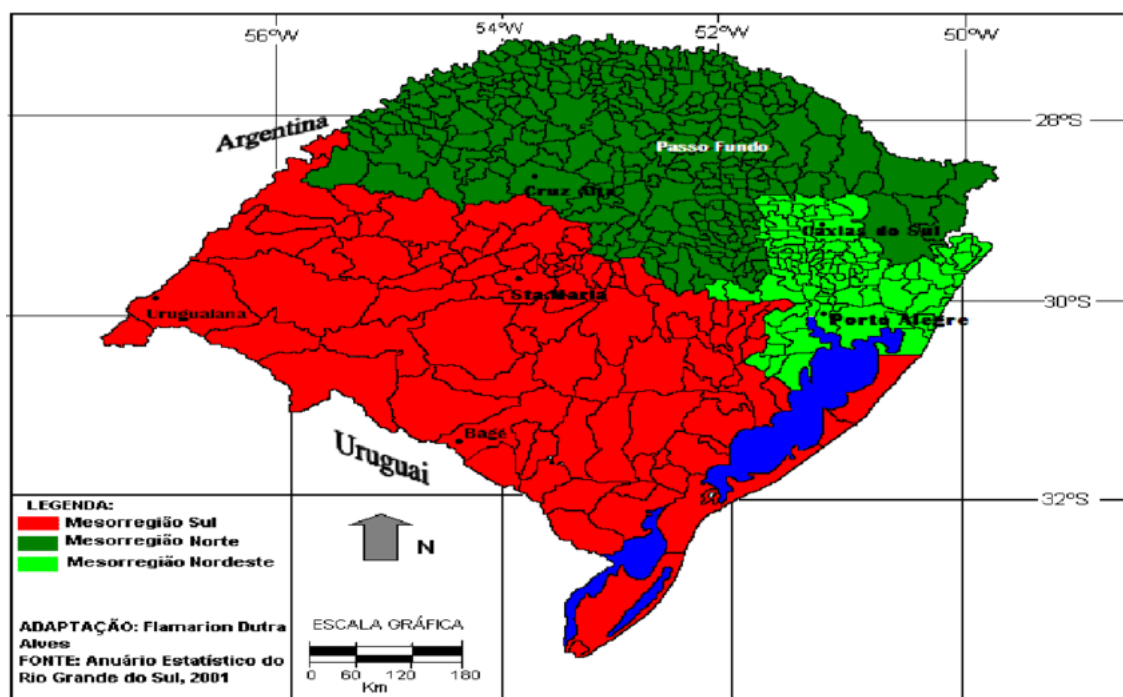
Para além dos resultados econômicos, outro importante elemento que visa fundar a sociedade burguesa no RS, resultante desta revolta, é o tratamento dispensado aos peões e escravos que lutaram nesta revolução: A imputação da figura mítica do gaúcho como herói, que após o término da revolução, por nobreza dispensaria pagamento monetário e alteração no modelo econômico e social vigente para receber exaltações de caráter, mediante o reconhecimento de sua importância social. Assim, a segunda importante metáfora ilustrada por Torronteguy (1994) é identificada como o “alambrado”, pois a partir da Guerra dos Farrapos (1835-1845) e a da Lei de Terras em 1850, o gaúcho herói da guerra, perde o seu espaço no campo, devido ao processo de expulsão e cercamento. Portanto, torna-se um sem-terra de maneira formal na lógica do direito civil, ainda assim, antes mesmo desta conformação legal, a formação histórica material do gaúcho determina sua condição concreta como sem-terra.

3.2 A Região da Campanha

Conforme Pesavento (1989a), a interpretação dialética dos processos universais/específico, oposição e dependência, deve também ser analisada a partir de sua dimensão regional. De maneira semelhante, esse confronto dialético não é resultado de interpretação específica e sim da antítese elementar do modo capitalista de produção, pois, a “ base de toda divisão do trabalho desenvolvida e mediada pelo intercâmbio de mercadorias é a separação entre a cidade e o campo. Pode-se dizer que toda a história econômica da sociedade se resume no movimento dessa antítese” (MARX, 1996, p.467).

Diante desse entendimento, apresentamos a formação específica da região da campanha nesta subseção, de modo a ressaltar o seu modo de produção próprio e os impactos materiais e ideais na estrutura econômica dialética do RS.

FIGURA 1: MAPA DAS MESORREGIÕES DO RIO GRANDE DO SUL



FONTE: PALUDO E VITÓRIA (2014, p. 79).

A região da campanha é representada, conforme (FIGURA 1), pelo território formado pela mesorregião sul. Desse modo, a região da campanha compreende o território situado “abaixo da linha formada pelos rios Ibicuí e Jacuí” (ALMEIDA, 1992, p.549), as missões e também o litoral marítimo-lagunar (PESAVENTO, 1989a). Ao longo do processo de sua formação econômica específica, as cidades de Rio Grande e de Pelotas destacam-se como o centro comercial da região, (ALMEIDA, 1992).

A partir da difusão do gado, oriundo das Missões Jesuíticas, pela região e o processo de apropriação da terra iniciado em 1720, constitui-se a primeira classe dos proprietários nesta região, que juntamente das extensas terras foi agraciada com um enorme rebanho. Assim, com a finalidade de estabelecer a comercialização da carne, inicia-se por volta de 1770, a empresa charqueadora sul rio-grandense, notada pelo método escravista de produção, (ALMEIDA, 1992).

Logo, um elemento fundamental para a estrutura econômica do RS é a formação de grandes latifúndios na região da Campanha sob o modo de extrema especialização da produção. Característica essa que conforme interpreta Bandeira (1994), a não diversificação da economia da região da Campanha decorre “de uma forma específica de racionalidade dos agentes envolvidos no processo de produção” (BANDEIRA, 1994, p. 19).

Em primeiro lugar, o latifúndio como unidade econômica deste modelo contribuiu para a formação da mentalidade de profunda especialização da produção, pois mesmo em períodos de crises ou devido à má administração os estancieiros desfrutavam de rendimentos suficientes para se manter. Enquanto que os pequenos proprietários nos momentos de crise vendiam suas terras para os grandes proprietários, e iam para a cidade para servirem como proletários. E além disso, os grandes proprietários desenvolveram um comportamento preventivo de não adquirir dívidas, assim dificilmente investiam o necessário para o crescimento da produção, caracterizando um comportamento conservador. Em segundo lugar, deve-se considerar também que uma porcentagem menor a 29% do território da região da Campanha apresenta condições de comportar uma produção de culturas temporárias, (BANDEIRA, 1994).

Diante deste elemento conservador na classe dos proprietários de terras, as relações produtivas nesta estrutura regional particular assumem características próprias devido a rígida divisão social em extratos sociais: estancieiros e comerciantes dentro do núcleo dominante, enquanto peões e escravos, configuram o extrato subalterno, (PESAVENTO, 1989a).

E essa hierarquia social manteve-se durante o período imperial devido aos interesses econômicos do sudeste brasileiro. Pois, “encontrava mercado para seus produtos na alimentação da população escrava e, mesmo, dos contingentes livres de baixa renda das regiões do Rio de Janeiro, da Bahia e de Pernambuco” (ALMEIDA, 1992, p. 550).

Conforme Almeida (1992), durante os anos de 1837 a 1868 o crescimento anual médio do modelo pecuário-charqueador foi de 10% ao ano. Este forte período de crescimento da produção charqueadora no RS é justificada, também, por dificuldades na região do Prata geradas por guerras internacionais e civis, durante a primeira metade do século XIX.

Em paralelo ao crescimento econômico, dá-se o processo de cercamento dos campos resultando na expulsão de mão-de-obra local em direção aos centros urbanos. Sobretudo, este modelo econômico passou por um processo lento, mas gradual de transformações capitalistas em sua produção pecuária: refinamento do rebanho, seleção de pastagem própria para o consumo do gado e instalação de unidades zootécnicas, (PESAVENTO, 1989b).

Diante destas mudanças determinantes na região da campanha, a “carona”, representa a última metáfora identificada por Torronteguy (1994), pois os gaúchos que vagavam pelos campos dos grandes latifúndios “andavam pelas caronas”¹⁷, ou seja, o autor, identifica a extrema dependência financeira dos gaúchos perante seus patrões, que resulta na sua precária condição de sustento financeiro como “homens livres”. Ressalta também que estes gaúchos faziam do seu cavalo a sua morada. O que o autor conclui com estas metáforas é o processo de expulsão dos “servos” de sua terra natal, para formar uma massa de proletários despossuídos. É curioso notar também que pelo trajeto histórico e pela identificação do próprio ser, o mesmo não abandonou os campos.

E assim forma-se a imagem mítica do gaúcho na sociedade sul rio-grandense, um ser social que é exaltado devido a sua importância guerreira, no entanto, não tem mais serventia em seu habitat natural e também não tem nenhuma condição de inserção na sociedade urbana nascente, dado o apego ao seu modo histórico de vida. Assim, cabe ao gaúcho ser um andarilho em busca de trabalho. Trabalhando ora sob as ordens de um patrão, ora de outro, contando com o saudosismo dos senhores de estância, que pelo fato de não estar estabelecido o modo de produção capitalista no campo, encontram função temporária para os gaúchos na lida tradicional.

Confirma a importância deste elemento ideal, as análises de Pesavento (1989b) e Almeida (1992), no que diz respeito à falta de monetização da economia nesta região. De modo que, os efeitos materiais são a concentração da renda e a inexistência de alternativas para o trabalhador estruturalmente subordinado. Dito isto, para Pesavento (1989b), a

¹⁷ Segundo Torronteguy (1994), a etimologia do termo andar pelas caronas refere-se, historicamente, a uma expressão típica local que indica a extrema precariedade da condição de vida do gaúcho.

região da campanha apresentou lentidão em seu processo interno de mercantilização das relações produtivas. Pois, a mão de obra raramente recebia seus rendimentos na forma monetária. A norma era o pagamento dos vencimentos na forma de comida, moradia ou quando o pagamento fosse monetário seria de modo não sistemático. Almeida (1992) sustenta, que o resultado foi a forte concentração de renda na sociedade da Pecuária, já que tanto os escravos quanto os peões nos dispunham de salários.

3.3 A Região Colonial

Diferentemente da região da campanha, a região colonial é “situada no nordeste do Estado, constituiu-se tendo como centro comercial Porto Alegre” (ALMEIDA, 1992, p. 552). Desse modo, a região colonial compreende o território da mesorregião nordeste do Rio Grande do Sul, (FIGURA 1). Abrange as áreas de imigração italiana e alemã, formadas pelo vale do Rio dos Sinos, a encosta da serra e a capital, Porto Alegre. A diferenciação regional “não elimina uma relativa interpenetração das regiões ou de que na serra existissem estâncias de criação de gado” (PESAVENTO, 1989b, p.137).

Segundo Almeida (1992) dado o sentido histórico de apropriação de terras no RS, ao contrário da região da campanha, a região colonial, caracteriza-se pela pequena propriedade rural e, relativamente, elevado contingente populacional. Assim, junto da agricultura surgiu o artesanato. Sendo que, nas zonas rurais o artesanato especializou-se junto a agropecuária, em produtos como o fumo, vinho, banha e etc.

No período anterior ao século XIX, a vinda de estrangeiros era ou de maneira espontânea pelos imigrantes brancos ou por meio da importação de escravos. De acordo com Santos (1980), a imigração europeia na região da colônia do RS, é resultado de um processo a nível internacional de expulsão das populações de origem campesina devido ao processo em movimento, na Europa no início do século XIX, de industrialização agrícola e também de expropriação dos artesãos. Ainda assim, os imigrantes dividem-se de acordo com as suas condições econômicas ao chegar na região, os trabalhadores sem posse de capitais, e os pequenos proprietários com a posse de capitais.

Segundo Almeida (1992), em 1824, começam os fluxos de imigração europeia, em que cada família, ao menos, recebeu 77 hectares de terra. Começando pelos alemães, que fundaram São Leopoldo em 1824, e implantaram colônias no valo dos rios Jacuí, Sinos, Taquari, Caí e Pardo, de modo que navegando por estas colônias desembocava-se em Guaíba. Até o ano de 1873, foram 26.850 alemães. A partir de 1873, imigraram os

italianos, que rumaram no sentido da Serra, preferencialmente próximos aos afluentes do Rio Jacuí. De acordo com o autor, em 1914 havia 165.270 imigrantes italianos e 23.531 alemães na região.

Promovida a partir de 1875, essa colonização ocorreu sob a instituição da propriedade privada da terra, obrigando os colonos a comprar os lotes, vendidos pelas Companhias de Colonização ou pelo Estado. A inversão em terras, juntamente com o dispêndio em adiantamentos de meios de produção e de subsistência, formara a ‘dívida colonial’ que inseriu, imediatamente, o colono italiano no mundo mercantil (AZEVEDO THALES, 1975, apud SANTOS, 1980, p.137).

A povoação meridional no Estado brasileiro visava ocupar economicamente os espaços vazios deixados pelos latifúndios e para atrair o imigrante era utilizado de maneira ideológica a situação econômica da região sudeste. No caso dos imigrantes italianos no RS, sua origem majoritária era do campo, e destacam-se: colonos ou camponeses, pequenos proprietários viticultores; cantineiros, donos do capital da indústria do vinho (SANTOS, 1980).

A política de colonização, da qual são resultado os atuais “cantineiros” e “colonos”, da Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, foi determinada pelos interesses predominantes da imigração. Desde sua origem, as áreas colonizadas com base na pequena propriedade rural foram delimitadas pela ‘plantagem escravista’ que, ao obter daquelas áreas alimentos, pôde se especializar mais nos gêneros de exportação, e, ao buscar nelas a força de trabalho dos ‘camaradas’ para completar a dos escravos nas tarefas mais perigosas do ciclo agrícola, pôde preservar a rentabilidade do trabalho escravo (GORENDER, 1978, apud SANTOS, 1980, p.137).

O imigrante nesta região é disposto em um modelo de agricultura de subsistência sob pequena propriedade rural. Assim, o modelo colonial possibilita o acúmulo de capital comercial, e também o empobrecimento progressivo do pequeno agricultor, (PESAVENTO, 1989b),

A estrutura social da região foi marcada pela presença da pequena propriedade da terra, que deu origem a uma “classe média rural” e condicionou uma maior dispersão da acumulação comercial e industrial em Porto Alegre e nas zonas coloniais. [...] A relativa igualdade da estrutura social no sistema econômico da agropecuária colonial incorporou-se de várias formas ao modelo regional de desenvolvimento capitalista. (HERRLEIN JR., 2004, p.192).

Assim, com a maior equidade na distribuição das terras e a organização da produção artesã, a região colonial tornou-se uma economia monetizada que possibilitou a constituição de um mercado regional diversificado (ALMEIDA, 1992).

De acordo com Pesavento (1985), juntamente ao trato da terra, surgem o artesanato na região Colonial, baseado na “habilidade técnica”¹⁸ do colono, visto que majoritariamente estes já tinham algum ofício em sua terra natal. Tratava-se, então, de um modelo econômico pré-capitalista, pois o artesão diante de ferramentas simples, e o auxílio de mão-de-obra familiar, produz excedentes para o consumo local e também para o mercado da região central em Porto Alegre.

Estas unidades artesanais eram altamente diversificadas, exemplos de sua produção são: “objetos de selaria, tecidos, azeite, licores, farinha, banha, vinho, chapéus de palha, ferramentas para lavoura, cerveja, charutos e cigarros, tijolos, sapatos, painéis, rodas de carroça, etc.” (PESAVENTO, 1985, p.28).

Neste período, a região colonial passa a região da campanha em importância econômica e também política, visto que os descendentes de imigrantes passam a ser incorporados ao eleitorado no RS, (LAGEMANN, 1980). Economicamente, “as exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde os anos 1860 e já alcançavam um valor equivalente às de charque nos anos 1890” (HERRLEIN JR, 2004, p.179).

Um elemento fundamental para a estrutura econômica capitalista que se pretende moldar no RS é a formação da cultura do trabalho disciplinado sob a personificação ideal do colono civilizador, que se apoderará do ideário social. Nesse sentido, afirma Delhaes-Guenther (1973, apud LAGEMANN, 1980), os imigrantes alemães foram os pioneiros da indústria no RS, diversificando-a na região da Colônia.

Lagemann (1980) contrapõe esta dedução historiográfica, para este autor, a transformação do “colono” em herói como figura mítica e, também, o culto do sucesso, revelam a falsa ideia atribuída ao imigrante europeu como civilizador. Em oposição ao embrutecimento da imagem do escravo. Medeiros (1975, apud LAGEMANN, 1980), destaca que o falso papel civilizador do imigrante não se sustenta, sobretudo, visto que ao chegar no RS, já havia neste uma sociedade organizada, dado os padrões coloniais de sua época.

¹⁸ Contudo, convém analisar que a habilidade técnica mencionada deve ser tratada de maneira material, uma vez que toda a criação de novos valores de uso depende da habilidade técnica do trabalhador. Soma-se a isso que diferentes trajetórias históricas e culturais, resultam em saberes técnicos específicos à determinados grupos sociais. Portanto, a habilidade técnica do trabalhador não deve ser entendida como um elemento que se manifestou exclusivamente nos trabalhadores imigrantes europeus, pois o trabalhador cativo africano também detinha um complexo número de habilidades técnicas necessárias à realização do seu trabalho.

De acordo com o mito, o colono trabalhou arduamente na região colonial e assim conseguiu acumular capital, ou ainda que sem capital, profissionalizou-se devido a vocação ao trabalho, de modo que será o operário urbano, modernizador. Por traz deste mito, Lagemann (1980), aponta a ideologia positivista, de modo a implantar na sociedade sul-rio-grandense as bases sentimentais para a aceitação social do mecanismo econômico de livre mercado, que discursivamente indicava a ascensão social para os trabalhadores dedicados e disciplinados.

3.4 A síntese dialética da história pré-capitalista do RS.

Diante do desenvolvimento material e dialético da história econômica política do RS, o terceiro modo de produção de sua estrutura econômica caracterizado pelo modelo pecuário-charqueador teve o auge de seu crescimento entre o segundo quarto do século XIX ao terceiro quarto do mesmo século, apresentando crescimento médio de 10% ao ano, (ALMEIDA, 1992). Sendo assim, mesmo com a derrota dos grandes latifundiários na Guerra dos Farrapos de 1835-1845, há a gestação de elementos econômicos políticos que favorecem o crescimento produtivo da economia sul-rio-grandense, desenvolvimento das forças materiais de produção e das relações de produção. Estes elementos contribuem, também, para a formação da classe burguesa no RS e para o processo de transição capitalista neste Estado.

A transição capitalista no Rio Grande do Sul assentou-se sobre as matrizes socioeconômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região (HERRLEIN JR, 2004, p.179).

A transição capitalista é estimulada também pela dinâmica dos condicionantes à economia do RS. Com isso, ao estimular as relações econômicas internas estimula-se também um mecanismo de impulsos dinâmicos visando o crescimento econômico contínuo e o desenvolvimento industrial, (HERRLEIN JR., 2000).

A integração econômica do território provavelmente teve importância decisiva para o desenvolvimento regional, ao ampliar o mercado interno para os gêneros alimentícios, manufaturas e matérias-primas, produzindo internamente,

suscitando estímulos dinâmicos endógenos à economia regional (HERRLEIN JR., 2000, p.53).

Assim, transformasse a estrutura econômica do RS para o modo de produção da indústria manufatureira, caracterizado aqui como primeira fase da indústria no RS. Logo, tem como motor essencial a lutas de classes no interior da sociedade Imperial brasileira em meados do século XIX.

Diante disso, apontamos também para a formação retórica de dois diferentes mitos que povoam este ideário social. O gaúcho como herói, sofre dois processos contraditórios: ressalta-se sua condição servil; e transforma-se numa força material de trabalho subprecificada. Enquanto, a figura mítica do imigrante civilizador, ideologicamente representa a condição de sucesso necessária a ética do trabalhismo implantada. Uma vez que a construção ideal se justifica através de sua capacidade empreendedora, contudo serve para esconder a superestrutura racista que se oculta nas relações de produção desta sociedade.

Em suma, o processo de expulsão dos trabalhadores da região da campanha, bem como, da região colonial, por mais que se diferenciem enquanto processos históricos econômicos específicos, apresentam o mesmo sentido material: estabelecer as relações capitalistas de produção no RS. Aprende-se, assim, o aspecto dialético deste processo histórico.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização do seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção, e por outro lado, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2017, p. 786).

Portanto, o estabelecimento das relações capitalistas, nesta estrutura econômica dialética, tem como agente transformador a classe burguesa Republicana. Assim, visou-se a proletarização urbana dos trabalhadores de diferentes regiões, de modo que, pelo advento da divisão do trabalho industrial estes tenham suas diferentes capacidades laborais equilibradas. Para com isso, formarem a massa dos trabalhadores parciais da indústria manufatureira a partir do estabelecimento das relações capitalista de produção.

4- O PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DO RS.

O capítulo três nos possibilitou identificar, para além da história econômica, elementos sociais e políticos que formam a superestrutura histórica no RS, ou seja, o ideário desta sociedade. Diante disso, expomos o fenômeno das lutas de classes a partir das contradições presentes no interior de cada modelo econômico de produção.

Dessa maneira, expomos aqui, que o primeiro modo de produção é um modelo pré econômico, caracterizado pelo regime dos compáscuos, a sua transformação se dá a partir da definição dos interesses estratégicos de manutenção e expansão do território sul-rio-grandense por parte da Coroa portuguesa. Com isso, visando a ocupação destas terras, instalam-se na região militares que utilizam o modo de produção pecuário. Devido a estruturação da produção econômica local, cria-se dentre os proprietários o desejo de prosperar economicamente. Resulta disso, novo desenvolvimento do modo de produção, as estâncias charqueadoras, que passam a auferir grandes lucros financeiros, dado o nível de desenvolvimento econômico histórico relativo da região. Diante do sucesso deste empreendimento, interesses econômicos que emergem da classe oligárquica local entram em conflito com os interesses imperiais.

De um lado a oligarquia nacional apoiada pelo Imperador brasileiro, que aspira o crescimento agroexportador brasileiro, do outro os grandes proprietários rio-grandenses que anseiam por maiores facilidades comerciais para o seu produto base, o charque, no mercado nacional frente a concorrência internacional. Deste conflito civil a classe oligárquica regional saí derrotada, no entanto, devido à conjuntura internacional favorável para o mercado do charque e da maior autonomia política para o governo desta província, a economia sul-rio-grandense volta a crescer. Na esteira destes acontecimentos a burguesia comercial local, que tomará consciência de seu ser social, colocará em movimento uma nova transformação estrutural na história da econômica política do RS que resultará no nascimento da indústria manufatureira, ou seja, a primeira fase da indústria sul-rio-grandense.

Logo, tendo em vista um exame aprofundado das lutas de classes no interior deste modo de produção (a primeira fase da indústria no RS), exporemos neste capítulo o modo material de organização da força de produção e a composição de sua superestrutura política, para que assim possamos apreender o sentido dialético-materialista por de traz desta estrutura econômica em transformação.

4.1- O processo de transição capitalista no RS

O modelo econômico pecuário-charqueador estruturado em torno da relação de produção escravocrata, que vigorou no RS a partir do último quarto do século XVIII, tem o charque como o produto base de sua pauta de produção. Contudo, este produto, a partir do último quarto do século XIX, apresentara baixo índice de crescimento anual de sua produção, média de 2,3% ao ano, (ALMEIDA, 1992). Isto se deve a dois importantes entraves competitivos enfrentados pela empresa charqueadora: a dificuldade encontrada para o estabelecimento de um sistema de relações de produção capitalistas com base no sistema de assalariamento; E a reorganização da produção saladeira no Uruguai e na Argentina reestabelecendo a concorrência, a partir dos anos 1870.

As dificuldades competitivas enfrentadas a partir da concorrência uruguaia, que havia se reorganizado, justificam-se por que ali a produção saladeira já estava organizada sob o sistema de assalariamento capitalista, (PESAVENTO, 1989a). Portanto, o modelo pecuário-charqueador não se sustentará mais como o elemento central das forças de produção no RS devido a exigência da transformação das relações de produção vigentes.

Os problemas econômicos gerados pela organização social do trabalho no regime de produção escravocrata resultam da inaptidão às necessidades de inovação e divisão das técnicas do trabalho diante a precipitação da nova ordem capitalista de produção no comércio nacional. E isto impõe limites à racionalização da produção devido a ineficiência dos cálculos econômicos, o que implica numa economia do desperdício.

No modelo escravocrata de produção a única forma possível para aumentar a produtividade é aumentando também o número de horas trabalhadas, que apresenta limite natural. Para além disso, a ineficiência econômica levava a impossibilidade de extração da mais-valia relativa. De acordo com Cardoso (2003), estes argumentos indicam as causas da crise charqueadora sul rio-grandense frente às charqueadas do Rio da Prata, que contavam nessa época com o assalariamento em seu modelo de produção. Portanto, este modo de produção econômico é identificado como um modo de produção pré-capitalista.

Na esteira desse processo de definhamento econômico do modelo pecuário-charqueador ganha destaque o modelo econômico da Região Colonial. Com a introdução dos imigrantes neste território precipitam-se novos elementos econômicos que dão origem a novas forças produtivas no RS. Transformações, estas, que só se tornam possíveis haja visto a pré-existência de uma estrutura social baseada no trabalho livre.

Conforme Pesavento (1985), este novo modo de produção econômico, baseava-se na “habilidade técnica” do imigrante, pois, majoritariamente, estes já exerciam algum ofício desde a sua terra natal. O artesão diante de ferramentas simples, e o auxílio de mão-de-obra familiar, produzia excedentes para o consumo local e, principalmente, para o mercado da região central de Porto Alegre.

As atividades artesanais eram altamente diversificadas. Exemplos de sua produção são: “objetos de selaria, tecidos, azeite, licores, farinha, banha, vinho, chapéus de palha, ferramentas para lavoura, cerveja, charutos e cigarros, tijolos, sapatos, painéis, rodas de carroça, etc.” (PESAVENTO, 1985, p. 28)

Maestri (2010), expõe que entre os anos de 1845 a 1874, diante do progresso produtivo na Região Colonial cresce também a atividade comercial e artesanal desta região.

As pequenas unidades artesanais operavam com a força de trabalho do núcleo familiar e exploravam o excedente de mão de obra local. O artesão dominava toda a produção, ajudado por poucos aprendizes, que trabalhavam pela comida por uns 12 meses até dominarem a arte e se estabelecerem independentemente. As mercadorias eram vendidas no local de produção e escoadas por casas comerciais. O proprietário podia interromper o trabalho e partir com mulas bruaqueiras para distribuir a produção (MAESTRI, 2010, p. 269).

Assim, a atividade manufatureira no RS tem origem pelas unidades artesanais especializadas, que surgiram a partir do primeiro quarto do século XIX em São Leopoldo e passam a desempenhar o papel econômico de polarização da produção, aproveitando insumos provenientes das regiões da campanha e da região colonial. “[...] utilizando intensamente a madeira, abundante na região, e o couro, que chegava, a baixo preço, das charqueadas e das fazendas do sul e do norte da província (MAESTRI, 2010, p. 269).

No ano de 1857, em Porto Alegre inaugura-se o primeiro estaleiro do estado e menos de dez anos depois já havia cerca de quarenta pequenas manufaturas: de chapéus, caldeiras, charutos, selas, latas, tamancos, velas e etc... Era comum que nessas empresas contassem ainda com a mão de obra escrava durante o processo produtivo. “Em 1866, o mineiro Inglês James Johnson, associado a João Ferreira de Moura, obteve o direito de explorar a mina de carvão de Arroio dos Ratos” (MAESTRI, 2010, p. 268).

Na cidade de Santa Cruz do Sul, devido a distância dos mercados centrais e a falta de transporte fluvial na região, os colonos dedicaram-se a agricultura de subsistência em paralelo a produção mercantil do fumo. “Esse produto possuía uma alta relação peso/valor, o que permitia sua exportação terrestre, mais custosa” (MAESTRI, 2010, p. 270). Enquanto, os produtores vendiam o fumo a preços desvalorizados, o capital

comercial revendia estes pelo valor de mercado. Logo, devido ao monopólio do comércio do fumo forma-se um ciclo de ininterrupta expropriação do mais-valor da região colonial-camponesa para o capital comercial (MAESTRI, 2010).

Em 1874, a ligação ferroviária inseriu crescentemente São Leopoldo-Novo Hamburgo na divisão regional, nacional e internacional do trabalho, destruindo importantes esferas da sua produção artesanal e agrícola, em razão da nova facilidade de importação de mercadorias, o artesanato coureiro foi obrigado a se especializar, racionalizar a produção, aumentar a escassa divisão técnica do trabalho (MAESTRI, 2010, p. 269-270).

Disto, surge a produção calçadista como importante atividade específica, fabricada em pequenas unidades familiares sob mão de obra camponesa, contratada pelo sistema de assalariamento da produção. Ainda assim, os operários mantinham pequenas propriedades rurais, de modo que produziam a sua subsistência, fato este que fazia com que seus salários se depreciassem (MAESTRI, 2010).

Fonseca (1985), critica a ênfase atribuída ao imigrante como elemento civilizador e aponta que as relações capitalistas já estavam estabelecidas na economia do RS antes mesmo da chegada do imigrante. O autor destaca que a economia colonial prosperou rapidamente devido ao grau de desenvolvimento prévio da infraestrutura que a economia do charque ensejou, e enfatiza que a ação do imigrante se caracteriza como um fator externo ao modelo econômico pecuário-charqueador. “[...] a imigração não se deu nem por exigência da economia gaúcha nem por interesse das classes dominantes locais: não era para servir à atividade econômica já instalada, como em São Paulo, mas para criar uma economia paralela a ela” (FONSECA, 1985, p. 280). Destarte, após a crise do modelo econômico tradicional no RS, consolida-se um modelo econômico novo, o modelo de transição capitalista (FONSECA, 1985).

Herrlein Jr. (2000) afirma que a formação do mercado de trabalho assalariado no RS apresenta características particulares devido às possibilidades, ainda que limitadas, de acesso à terra para a proletariado oriundo da região das colônias de imigrantes. Sendo assim, o processo de formação do mercado de trabalho é “caracterizado como um **processo lento e progressivo essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação**” (HERRLEIN JR., 2000, p.98, grifos do autor).

Almeida (1992), explica esta ação econômica-política do Governo do estado que visa a intensificação do processo de capitalização das forças produtivas do campo. Diante disso, expropria-se do trabalhar colonial sua capacidade de auto prover-se. Segundo Pesavento (1989b), este processo de expulsão dos imigrantes da região colonial rumo às

indústrias em formação dá-se com a crescente divisão das terras, a não renovação das técnicas empregadas à produção agrícola e o endividamento do colono com o estado.

No entanto, estas transformações sociais, assim como ocorreram com os gaúchos que permaneceram nos campos ocorrem de maneira também com os colonos, visto que ocorrem sob resistência da população local. Pesavento (1989b), explica que era comum para os colonos que foram expropriados de suas terras na região colonial não irem procurar empregos nas indústrias, visto que estes muitas vezes tentavam se restabelecer na região colonial. Com isso, auferimos, que o processo de expropriação do trabalhador agrícola no RS é causado pelo fenômeno do desenvolvimento capitalista das forças de produção.

De modo geral, a economia artesanal colonial também passará por um processo econômico de expropriação da sua capacidade de desenvolvimento. Sendo assim, a necessidade de capital financeiro para a manutenção da produção colonial implica na sua dependência comercial regional com a capital e o resultado econômico é o acúmulo primitivo de capital por parte da burguesia comercial (SANTOS, 1980).

Singer (1978, apud SANTOS, 1980), explica a existência de um circuito mercantil de drenagem dos recursos econômicos dos colonos para outros elos desta cadeia produtiva, estabelecendo-se diante as desigualdades relativas de preços industriais e agrícolas. O circuito caracteriza-se por: O colono vende seu excedente, agrícola ou artesanal, ao comércio urbano local. Os comerciantes locais vendem aos atacadistas deste núcleo regional. Inversamente, os atacadistas vendem manufaturas aos comerciantes rurais que vendiam aos colonos.

De modo que, enquanto desenvolvia-se a sociedade colonial, os comerciantes porto-alegrenses atuam no fluxo e “assumiram o controle de uma vasta rede comercial. [...] Essa rede envolvia os pequenos comerciantes rurais, os transportadores de mercadorias e os comerciantes intermediário” (ALMEIDA, 1992, p. 553). Diante disso, a burguesia comercial de Porto Alegre, prosperou rapidamente.

No desenvolvimento mercantil da agropecuária colonial, a acumulação “originária” recaiu sobre os pequenos proprietários, através da transferência de rendimentos ao capital comercial que subordinava os produtores, controlando os fluxos mercantis e os preços de compra e venda. (HERRLEIN JR, 2004, p.180).

De acordo com Herrlein Jr. (2000), este efeito de drenagem dos lucros econômicos através do circuito mercantil também ocorreu na Região da Campanha, fazendo com que

a classe burguesa comercial tornasse objetivo o processo de acumulação do seu capital através da exploração da economia da campanha.

O controle do capital comercial fazia-se tanto sobre as exportações e importações estaduais, quanto sobre a circulação interna de mercadorias, através das “vendas”, dos caixeiros-viajantes e da propriedade sobre as empresas de navegação. Esse capital foi aplicado na expansão dos próprios negócios comerciais e na formação de indústrias, ampliando a densidade e o peso dos interesses econômicos regionais, a ponto de oferecer resistência a concorrência dos interesses mercantis que operavam no mercado nacional e internacional, garantindo assim maior retenção do excedente na esfera regional (DALMAZO, 1986, apud in HERRLEIN JR., 2000, p. 23).

Conforme Santos (1980), a solução encontrada para a superação das condições de deterioração dos termos de trocas, foi a produção de forma industrial do vinho. O circuito mercantil do vinho caracterizava-se por: o comerciante comprava a prazo o vinho do colono, que com o resultado da venda pagava o produtor, e assim, o agricultor reinvestia o capital em seu estabelecimento, possibilitando a acumulação do capital (GOBATO, 1940, apud in SANTOS, 1980). No entanto, com “o crescimento dos negócios com o vinho possibilitou nas duas primeiras décadas deste século, que os comerciantes montassem estabelecimentos de armazenagem e de refinamento de vinhos, ao lado das casas de comércio” (SANTOS, 1980, p. 140).

Logo, conclui-se que mesmo no caso da industrialização regional como resposta às desigualdades econômicas do comércio centro/região, ao final do processo o produtor local se mantém em sua condição de subordinação enquanto a economia regional estagna-se, visto a maior acumulação de capital e crescimento comercial do centro.

Outro problema enfrentado no interior da estrutura econômica do RS, para tornar possível a acumulação inicial de capital visando ao desenvolvimento industrial, era que grande parte da produção escoava para o porto de Montevideú. E isto se devia as melhores condições encontradas, como o livre câmbio e os menores tributos, e também ao fato de que este porto apresentava melhores condições de infraestrutura, comparado ao porto de Rio Grande no período, (FRANCO, 1983, apud in HERRLEIN JR., 2000).

Nos anos de 1880, ocorreu o estabelecimento de ligações ferroviárias desde o porto de Montevideú até a fronteira do Rio Grande do Sul, em vários pontos, com o objetivo explícito de encaminhar mercadorias estrangeiras que entravam por Montevideú para o mercado sul rio-grandense (HERRLEIN JR., 2000, p. 35).

Diante disso, o contrabando de mercadorias era um importante elemento desta estrutura econômica, de modo que, apoiava-se pelo poder político das oligarquias locais.

“O contrabando era atividade política importante, afetando direta ou indiretamente, a vida de toda a população fronteiriça, através da geração de empregos, do fornecimento de bens de consumo e do aporte de crédito” (FRANCO, 1983; TARGA, 2003, apud in HERRLEIN JR., 2000, p. 36). Mesmo o contrabando sendo um elemento intrinsecamente presente na base econômica do RS, este perde sua importância econômica a partir da República, ao estabelecerem a linha de fronteira para o mercado regional, (HERRLEIN JR., 2000).

Pesavento (1985), expõe quatro diferentes interpretações para explicar a primeira fase da indústria no RS, sejam elas: Exclusivamente sob capital comercial; do artesanato à manufatura; sob ação do capital bancário; e por fim sob diante a existência do “burguês imigrante”.

O capital comercial, presente de maneira central nas pesquisas de Almeida (1992), Herrlein Jr., (2000; 2004) e Lagemann (1980), acrescenta-se, por associação, a uma pequena empresa manufatureira para depois expandir-se em termos de volume de capital, força de trabalho, força-motriz, linha de produção, etc (PESAVENTO, 1985).

Para Herrlein Jr. (2004), a passagem da indústria colonial para a indústria capitalista é marcada pela inserção do capital na esfera de produção e pela integração espacial do território, o que fez com que a produção regional crescesse de volume e ganhasse importância nacional.

Segundo Lagemann (1980), a indústria no RS nasce da dificuldade de importação de bens de consumo e de capitais. O autor, aponta o fenômeno das descontinuidades no sentido da formação da indústria e da acumulação de capital para sua evolução como determinante. Logo, conclui, que a origem da indústria no RS dá-se diante dos condicionantes naturais desta estrutura econômica. Assim, os comerciantes conseguem acumular o capital necessário para o pontapé inicial de desenvolvimento industrial. “Ocorrendo a diversificação na aplicação e origem do capital, acompanhado de fusões e associações. Na diversificação de atividades destaca-se o comércio, cuja atuação oferece uma explicação para o surgimento e evolução da indústria” (LAGEMANN, 1980, p. 127). A seguinte passagem de Almeida (1992), também confirma a centralidade da acumulação de capital por parte dos comerciantes em sua tese explicativa.

[...] a acumulação prévia de capital, a formação do mercado regional e o fornecimento de serviços urbanos resultaram principalmente da expansão do capital comercial, com importante apoio da ação estatal; por fim, a organização do sistema de transportes — exceção feita aos empreendimentos jogados à navegação fluvial que decorreram de aplicações do capital comercial — esteve

precipuaente a cargo do capital extremo e do Estado, em razão das elevadas exigências de capital e tecnologia que tais sistemas pressupunham (ALMEIDA, 1992, p. 557).

A segunda teoria explicativa aponta para o desenvolvimento da produção artesanal à manufatureira, encontra apoio na tese de Tejo (1982). Nesse caso, a autora, explica que mais do que o crescimento quantitativo e linear, interferem no processo de desenvolvimento fatores qualitativos, que permitiram a acumulação de capital-dinheiro nas pequenas unidades domésticas de produção (PESAVENTO, 1985).

Para Tejo (1982), a origem da indústria capitalista no RS remonta ao artesanato colonial, diante de pequenas e médias unidades produtivas que estavam sob propriedade familiar, diante do aperfeiçoamento das técnicas produtivas e das forças de produção tendo em visto o isolamento geográfico desta província, surge de maneira lógica a indústria manufatureira.

O terceiro elemento explicativo é atribuído ao “burguês imigrante”, dono do capital que já começou na forma industrial de fato, representa os casos de empresas que já nasceram, propriamente ditas, como fábricas, “se caracterizaria pelo uso de máquinas assoado ao emprego de ferramentas, significativo capital inicial e utilização de força-trabalho assalariada” (PESAVENTO, 1985, p. 30). E alia a isso, o conhecimento na gestão dos negócios.

Para Costa (2010), a importância decisiva da ação empreendedora é constatada através da análise de quatro vetores de abrangência econômica e cultural: Religião; A dominação do capital; aliança capitalista e estado; matriz institucional. Em primeiro lugar temos o vetor cultural, que sofre influência da ética pessoal e da religião: Os imigrantes na região Colonial em sua maioria são protestantes; no restante do RS e, principalmente, na região da Campanha tem-se como religião majoritária o catolicismo. Enquanto, o protestantismo representa uma matriz de valores estruturais mais adequada ao desenvolvimento do espírito capitalista, o catolicismo preocupa-se com “matérias mais humanistas” (COSTA, 2010, p. 133).

O segundo vetor trata de observar a dominação do capital. Para a autora, esta dominação foi possibilitada pela privatização das relações entre capital-trabalho, visto que os conflitos se resolviam de acordo com a vontade do capitalista. O terceiro vetor é a aliança do capitalista e do estado, a partir da criação e do predomínio no poder político estadual, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), delimitou uma política pró-industrialização antes mesmo da burguesia ter se orientado para esse fim. Diante da

gênese externa, a elite burguesa rapidamente passaria a organizar-se enquanto classe, formando entidades para suas reivindicações (COSTA, 2010).

O quarto vetor é a matriz institucional, que reforça os vetores já mencionados tendo em visto o processo do desenvolvimento capitalista. A matriz institucional revela a extrapolação do aparato de dominação burguês, visto que o poder burguês de decisão não está mais restrito às fábricas, e sim a toda a sociedade. Consciente de sua importância para a manutenção do modo capitalista de produção, desenvolve relações de dominação políticas, econômicas e sociais, para que sua ideologia permeie as escolas, a política, a justiça e as fábricas, etc.

A burguesia industrial gaúcha, contudo, posicionava-se como um grupo de pressão, ciente de sua importância, já verificada em sua aliança com a burguesia agrária. Assim, a entidade representativa procurava participar mais ativamente da elaboração da política econômica a ser seguida, bem como a resguardar e defender seus interesses (COSTA, 2010, p. 159).

O capital bancário, que é o último elemento explicativo, “esteve presente na origem de algumas empresas industriais, por sua vez comerciantes e industriais estiveram presentes na formação dos bancos particulares de capital nacional no Rio Grande do Sul” (PESAVENTO, 1985, p.33). Almeida (1992) reafirma este ponto, e destacar que a origem do investimento para a constituição do sistema financeiro sul-rio-grandense estava na ação econômica direta da burguesia de Porto Alegre.

Em síntese, segundo Pesavento (1985), o capital comercial é um elemento comum que está intimamente ligado ao processo de industrialização no RS, desde sua origem. O que muda nas interpretações é o modo como o comércio acumula o capital-dinheiro e transforma-o em capital industrial. Por fim, a autora conclui que mesmo sob diversas formas de manifestações do capital muitas das vezes os agentes sociais estavam presentes e associados em diversas atividades e negócios, logo, estas divergências interpretativas complementam-se dando maior complexidade ao fenômeno de desenvolvimento industrial.

De maneira a dar ênfase ao processo de transição experimentado pela economia no RS, para Herrlein Jr. (2004) já no último decênio do século XIX as exportações de mercadorias da agropecuária colonial já atingiam um valor correspondente às de charque. O que demonstra a importância econômica política central que obtém o processo de implantação da indústria no RS.

Destarte, esta mudança estrutural qualitativa se dá devido a uma convergência de fatores econômico-políticos históricos, tais como, a pré-existência de um modelo econômico (FONSECA, 1985), o relativo isolamento geográfico do RS e a diversificação da produção colonial (HERRLEIN JR., 2000), o desenvolvimento do capital comercial (ALMEIDA, 1992; PESAVENTO, 1985; SANTOS, 1980), ao desenvolvimento lógico da indústria (TEJO, 1982), à ação empreendedora e cultural (COSTA, 2010). Contudo, outro elemento que permeia estas interpretações, e vai ao encontro do terceiro objetivo específico deste trabalho, é a observação do fortalecimento econômico-político de uma classe, a burguesia.

É, portanto, a partir da grande empresa que se define a presença de uma elite industrial, grupo consolidado economicamente que conduziu a defesa dos interesses do setor enquanto fração de classe, tendo sido ainda responsável pela sua identificação enquanto grupo distinto no conjunto da classe dominante do estado.

Esta liderança empresarial, com origens sociais marcadas pela influência imigrante e pela presença do capital mercantil, constitui-se basicamente de grupos familiares, entrelaçados entre si por casamentos; a partir da primeira década do séc. XX, tal liderança passou a enviar seus descendentes à Europa e aos Estados Unidos para lá adquirirem experiência profissional e conhecimento (PESAVENTO, 1988, p. 20).

Diante disso, a classe burguesa emergente se efetiva enquanto “classe em si” que tem como *locus* próprio de dominação o ambiente da fábrica, espaço este em que realiza também a acumulação capitalista através da dominação do capital sobre o trabalho. (MARX, 2017; PESAVENTO, 1988). Entretanto, para que a classe burguesa do RS transforme as relações de produção sul-rio-grandense de maneira a atender seus interesses deve, então, expandir seu *locus* de dominação para a sociedade civil, entendida em sua totalidade, através da conquista do Estado, o que será exposto na próxima seção.

4.2- A superestrutura econômica-política no RS

A superestrutura econômica-política do RS passou por profundas transformações internas a partir da gênese da burguesia como ser social. Tendo em vista a dialética materialista, a consolidação da classe burguesa passa pela efetivação de mudanças na base econômica, dado os seus interesses políticos. Logo, para que seja possível que as inovações produtivas levem ao desenvolvimento industrial é necessário que as transformações superestruturais sejam articuladas de maneira consciente.

[...] para que a burguesia se tornasse uma “classe para si” teria que ter consciência da sua necessidade de ser hegemônica, implicando: a) formulação de um projeto alternativo de reorientação da sociedade em seu favor; b) pressão para impor sobre à sociedade um projeto de dominação que transcenda os limites de seus interesses específicos de classe (PESAVENTO, 1988, p. 16).

Para investigar tais pressupostos remontamos nossa análise ao período pós revolução farroupilha, para compreender, primeiramente, como a base econômica nascente estava em discordância com as relações produtivas do modo de escravidão, e qual o impacto disto na superestrutura estadual.

Como aponta Flores (1996), a dicotomia entre o liberalismo e o absolutismo no plano político a partir de meados do século XIX, deixava à margem a questão do trabalho escravo. A oligarquia local ganhara destaque econômico e político a partir do acúmulo de capital proveniente da modelo pecuário-charqueador. Ensejando o poder político a classe dos oligarcas regionais entra em confronto com a oligarquia nacional, contudo, como visto, é derrotada. Seus objetivos políticos são freados, mas com a conjuntura favorável do comércio internacional saladeiro, retoma o poder político estadual, utilizando da superestrutura para conservar as relações produtivas vigentes. “O senhor rural transforma-se em senhor social, comandando e oprimindo a maioria e fazendo do **Estado um instrumento** para tal e **para conservar seu status social**” (COSTA, 2010, p. 83, grifos da autora).

O caráter negativo aplicado ao trabalho laboral é um elemento intrínseco no ideário social, dos cidadãos de direito, presente nesta classe oligárquica. Assim, “o homem branco, para mostrar que era livre, não desempenhava tarefas mecânicas, isto é, com as mãos, deixando estas para os escravos e estrangeiros” (FLORES, 1996, p. 29). Como identificado por Costa (2010), a partir de sua matriz cultural.

Aproveitando o argumento de Roche (1969), sobre a cultura do gaúcho, afirmando que este incorpora do caudilhismo apenas o espírito aguerrido, característica que irá determinar a disposição das lutas próprias da região do Prata, sendo o seu legado cultural formado na seiva do tronco português, pode-se agregar as observações de Fernandes (2006) e Holanda (2006) sobre a formação ibérica presente na burguesia agropecuária: a busca da distinção social, a pré-disposição ao trabalho intelectual e a repulsa ao trabalho braçal, além da apropriação do Estado (COSTA, 2010, p. 135).

Assim, coube a oligarquia transfigurar o elemento senhorial das relações sociais anteriores para que assim se adaptasse às novas formas de organização social da produção. Nesse modelo, considera-se que as relações senhoriais de mando pertencem ao

âmbito da cidadania, com isso, o antigo senhor conserva o exercício de seu poder econômico-político regional, (COSTA, 2010).

Diante disso, a escassez no provimento de mão de obra para o desenvolvimento econômico sul-rio-grandense revela os limites do modelo escravocrata de produção econômico, mas também aponta nesta estrutura problemas referentes a subjugação de extratos da população, como o racismo. Este elemento encontra-se intrinsecamente presente na superestrutura econômica social e na dinâmica das relações sociais.

Acrescenta-se à coerção física, a eficácia do regime de vigilância e repressão do sistema escravocrata. E a esta eficácia, ligava-se a força da religião como veículo ideológico da superestrutura, para o ajustamento individual do cativo ao regime de dominação social (PESAVENTO, 1989a).

Os meios de conter uma tão numerosa massa de escravos quase perfazem um terço da população, oferece-os a Igreja Católica. Os muitos dias de festa as procissões e fogos de artifício, ligados a isso, fazem dos mesmos, sem que o entendam muito daquilo, os mais fervorosos adeptos, da igreja unicamente salvadora e raras vezes o cortejo de um dos Santos consta de menos de 2000 escravos de os matizes, a tagarelar e a gritar (HÖRMEYER, p. 79, apud in PESAVENTO, 1989a, p. 38).

Devido a capacidade de adaptação do escravo para as atividades do comércio ambulante e do artesanato no perímetro urbano, cabia a população civil, homens brancos e livres, a postura de reprimir a vadiagem e reforçar a cultura do trabalho disciplinado. Com isso, ao longo do século XIX, coloca-se em prática códigos morais municipais, que deram auxílio a legislação nacional. Sendo que ao estado cabia cadastrar os libertos, incluindo as crianças, para que assim se fosse possível marginalizar as atividades autônomas destes ou também o seu emprego em estabelecimentos informais. Para que assim, reforçasse-se o elemento de disciplinarização do trabalho na superestrutura social, de modo a ser tratado como um traço cultural (PESAVENTO, 1989a).

Contudo, dentro das condições específicas em que se processava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil, a prática e o discurso da classe dominante não se dirigiam objetivamente para a mão-de-obra imigrante. Já se viu que esta era considerada como superior, adequada às novas condições e predisposta ao trabalho. O alvo da elite, na sua tática de disciplinarização do trabalhador, era fundamentalmente a mão-de-obra nacional, livre e liberta (PESAVENTO, 1989a, p. 44-45).

Apesar disto, no interior da estrutura econômica outra classe está beneficiando-se das novas forças produtivas que de maneira lenta, mas gradual surgem. Esta classe é a burguesia sul-rio-grandense, majoritariamente formada pelos comerciantes da região

central do estado. Sendo assim, no ano de 1878, funda-se o Clube Republicano Bento Gonçalves, na cidade de Porto Alegre, e nos anos seguintes nas demais cidades do interior. Os primeiros membros eram oriundos da classe média urbana e, mais tarde, aderiu-se ao movimento jovens membros da classe abastada do RS, com destaque para a liderança de Júlio de Castilhos. Em 1882, organiza-se o Partido Republicano Riograndense (PRR), e em 1884 funda-se um importante mecanismo de dispersão do ideário do PRR, o jornal A Federação, (MAESTRI, 2010).

De acordo com o ideário positivista, a intenção principal das políticas do PRR era a promoção do desenvolvimento industrial no RS, assim, ainda que se defendesse as negociações das relações de produção no âmbito privado, em casos de revoltas proletária, era fundamental garantir que a classe do proletariado se mantenha incluída nesta sociedade moderna, (HERRLEIN JR., 2000).

Em termos propriamente econômicos, a ideia do progresso traduzia-se numa proposta de desenvolvimento das forças produtivas da província que atendesse a todos os setores da economia. [...] uma base econômica alternativa ao predomínio absoluto da Pecuária. (PESAVENTO, 1989a, p.63-64).

Para Pesavento (1989b), esta ordem Republicana auxiliou as novas formas de dominação burguesa, onde torna os homens iguais perante a lei e oculta a evidência de que são desiguais frente à distribuição da riqueza. Contudo, o mercado de trabalho livre necessitava, na visão burguesa: “forjar um trabalhador dócil, adequado à preservação da ordem e garantidor do progresso material” (PESAVENTO, 1989b, p.136). Por conseguinte, coube a burguesia, construir uma nova ética, para, “opor o mundo do trabalho, sede da sociedade civil organizada, da ordem, da tranquilidade e do progresso, ao mundo da ociosidade, do crime, do vício e da marginalidade, que era preciso controlar.” (PESAVENTO, 1989a, p.146). De mesmo modo, o PRR, creditou à Lei do Vente Livre 1871 a importância de fazer das crianças a mão de obra futura adequada “sob a associação em cadeia: liberdade-educação-cidadania-trabalho” (PESAVENTO, 1989b, p.149).

De acordo com Pesavento (1989a), entre os anos de 1874 a 1884, o RS foi o estado que mais perdeu escravos diante o comércio interprovincial, aproximadamente 38,9% da população cativa. Sendo que de 1885 a 1887 diminui-se 69% do contingente de escravos para 8.442 cativos. O que ocorreu realmente foi a utilização econômica do “contratado” no local de trabalho ou, ainda, a permissão de dispensar a mão de obra, sem ônus ou alforria.

Também no ano de 1884, há um movimento de libertação dos escravos sob condição da prestação gratuita de 7 anos de serviços como forma de indenização da abolição da escravidão, sob orientação do Partido Liberal no RS, (MAESTRI, 2010).

O movimento abolicionista no Rio Grande do Sul, que culminou com grandes festas de libertação em Pelotas e em Porto Alegre em 1884, estabelecia que os negros, deixando de ser escravos, permaneciam junto a seus senhores, prestando serviços por um período que não excederia cinco anos. Desaparecia o escravo, surgindo em seu lugar o *contratado*. Na realidade, preservava-se a mão-de-obra num processo em que se transfigurava a posição escravocrata em “emancipacionista” e “libertadora”. (PESAVENTO, 1989, p. 30, *grifos* da autora).

Segundo Pesavento (1989a), os membros do PRR, de acordo com os ideais positivistas comteano¹⁹, colocavam-se contra a cláusula indenizadora da prestação de serviço como preço a liberdade do cativo. “Toda esta preocupação, enquadrada no espírito comteano, da ‘incorporação do proletariado à sociedade moderna’, revela o interesse na constituição de um mercado de trabalho livre e adequado às exigências da indústria” (PESAVENTO, 1989a, p.34).

Portanto, devido ao sentido aplicado ao termo trabalhador ser ao mesmo tempo para designar a formação de uma classe com um único ideal, o elemento do trabalhismo, serve também como eufemismo para se preservar as relações de racismo no interior desta estrutura. Ainda que tenha se desconfigurado o modo escravocrata de produção no RS, o negro sofre com a restrição ao mercado de trabalho, “através de uma série de procedimentos que implicavam a reelaboração das relações de dominação” (PESAVENTO, 1989a, p. 35).

¹⁹ Para Auguste Comte a filosofia da história desenvolve-se conforme a lei dos três estados: teológica, metafísica e positiva. No estado teológico o mundo é compreensível a partir da crença em deuses e seres mitológicos, de modo que o homem acredita dominar absolutamente o conhecimento. A teologia monoteísta seria o condutor do novo estado histórico, a metafísica. O estado histórico metafísico compreende a explicação dos fenômenos concretos através de forças naturais, como a “força física” e “força vital”. Com isso, a abstração define o modo de produção do conhecimento, através do uso da argumentação se dissolve o estado teológico. O estado histórico metafísico substitui, politicamente, a monarquia pela soberania do povo representada no Estado. Devido à evolução filosófica dos estados históricos, o estado metafísico dá lugar ao estado positivo. No aspecto referente a produção do conhecimento, neste estado, a observação domina a abstração, sendo que o conhecimento científico será determinado pela previsibilidade. Diante desta previsibilidade científica, o estado histórico positivo carrega consigo o desenvolvimento da técnica científica e assim da indústria. Segundo Comte, a Revolução Francesa destruiu as instituições sociais europeias, sendo urgente a constituição de uma nova ordem positivista, baseada no cientificismo-industrial. A sociologia compreende a economia-política, a psicologia, a ética e a filosofia histórica. Devido a compreensão universal, Comte entendia a luta de classes de maneira “neutra”. Assim, as conquistas proletárias abrandariam o egoísmo dos capitalistas, mas, em contrapartida, devia-se manter a propriedade privada, para conservar a ordem católica. Os ideais positivistas comteano compreendem assim a conservação da sociedade e a manutenção das classes sociais (COMTE, 1978).

Para além disto, Pesavento (1989a) explica que por meio de fotografias e registos oficiais chega-se à conclusão que os negros se mantem, no ano de 1918, como a maioria étnica entre os trabalhadores das charqueadas. Isto dito, reforça-se a tese da preservação de mão de obra nos locais de trabalho, para garantir sua dominação.

O regime servil fora extinto, mas o estigma da escravidão acompanharia seus herdeiros. [...] Neste contexto, considera-se que os Republicanos tiveram participação no processo abolicionista, a partir de uma proposta burguesa diferenciada daquela do abolicionismo monárquico de 1884; enquanto que para estes a emancipação gradual garantia o retardamento da extinção do regime servil e a preservação da força trabalho existente, para os Republicanos a libertação dos escravos engrossaria o contingente de população necessária para atividades econômicas pertinentes a uma ordem urbano-industrial. Os Republicanos, que tinham entre as propostas de seu partido o desenvolvimento global do Rio Grande, a partir da diversificação de sua economia, contemplando neste intento as indústrias, encaravam a questão sob outro prisma (PESAVENTO, 1989a, p. 148).

Costa (2010) afirma que diante destas transformações na estrutura econômica a burguesia local passa a deter os mecanismos de dominação da sociedade civil a partir do governo estadual, referindo-se a superestrutura.

No sistema político do RS, o ano de 1889, marca também a aliança de Júlio de Castilhos e o Marechal Deodoro da Fonseca, primeiro presidente do Brasil República, há a nomeação da principal liderança política do PRR para secretário do governo estadual. Neste mesmo ano, o governo no RS é instituído de forma provisória sob “juntas municipais tríplexes: um Republicano, um liberal, um conservador. Como os conservadores haviam participado ativamente do golpe, garantia-se a hegemonia do PRR nos municípios” (MAESTRI, 2010, p. 229).

Devido a isto, o PRR não contava com a simpatia dos grandes latifundiários que lucravam com o contrabando na região e colocavam-se contra o imposto fundiário e “abominavam as propostas industrialistas, que diziam agastar o Rio Grande do Sul de sua ‘vocação natural’, a produção primária, sobretudo pastoril” (MAESTRI, 2010, p. 225).

O PRR propunha medidas modernizadoras, como a criação de imposto territorial, a proteção das indústrias, a repressão ao contrabando, a intervenção do Estado na economia em áreas de interesse geral, caso o capital privado não pudesse ou não quisesse fazê-lo (MAESTRI, 2010, p. 225).

Na passagem   República, a diversidade da estrutura de classes no interior da sociedade gaúcha, favoreceram a divisão da classe dominante e a ocorrência de uma profunda ruptura política. Essa ruptura levou à derrota do poder tradicional dos

estancieiros e à ascensão de uma nova elite política que empreenderia políticas públicas capazes de modificar a face da economia e do estado nessa região (TARGA, 2003).

Em 1890, diante de divergências políticas com o Governo da União, os Republicanos do PRR afastam-se do poder, mas no ano seguinte, há um avanço democrático na República brasileira a partir da nova Constituição, pondo fim ao voto mediante o regime de renda mínima. Fato este que resulta na data de 14 de julho de 1891, na eleição de maneira indireta, mas por unanimidade, de Júlio de Castilhos como presidente do estado do RS. Contudo, ainda em 1891, Júlio de Castilhos entrega o poder à oposição liberal do Partido Federalista, pois havia forte oposição militar interna contra o governo de Deodoro (MAESTRI, 2010).

Ainda assim, no ano de 1892, inicia-se a revolta castilhista acaudilhada pela Guarda Cívica que devolve o poder ao PRR de Júlio de Castilhos. “O movimento apoderou-se do palácio governamental e da capital, sem derramamento de sangue” (MAESTRI, 2010, p. 238).

Nesse momento, estabelecia-se dualidade de poderes, com dois centros governamentais e militares, o federalista, em Bagé, representante da economia pastoril-latifundiária, e o Republicano, em Porto Alegre, expressão do novo bloco social proprietário ascendente (MAESTRI, 2010, p. 239).

O poder militar Republicano se impôs sobre o federalista, sendo que importantes políticos opositores foram assassinados sobre o método da degola. Estima-se que houve mais de 130 assassinatos. O que se segue é a Revolução Federalista de 1893-1895 no RS, um importante acontecimento político-econômico dialético de lutas de classes, que se deve fundamentalmente às importantes disputas econômicas, políticas e sociais (MAESTRI, 2010). Esta guerra civil tem por essência o estabelecimento da classe burguesa no RS como um agente histórico revolucionário, dotado de consciência em si e para si.

A guerra civil de 1893 foi a reação militar de uma classe proprietária e dominante que desejava recuperar o *status* político que possuía antes da revolução política realizada pela vanguarda positivista que impusera uma nova ordem constitucional. A revolução empreendida por essa vanguarda tinha por objetivo, justamente, mudar a sociedade e a economia gaúchas. Essa guerra foi, então, o conflito entre uma classe que desejava que a sociedade, a economia e a política do Estado permanecessem iguais ao que haviam sido no passado e um grupo voluntarioso de indivíduos que desejavam mudar a sociedade, a economia e a natureza do Estado (na sua relação com a sociedade gaúcha). [...] Ela foi o ponto de inflexão fundamental, e radical, da história dessa sociedade (TARGA, 2003, p. 6-7).

Após o término da Revolução Federalista e a vitória do PRR, Borges de Medeiros surge como uma nova liderança do partido, e é empossado ao cargo de Presidente do estado do RS, (MAESTRI, 2010).

Borges de Medeiros reformou o sistema tributário e instituiu o imposto territorial, velha proposta Republicana. Prosseguindo na senda de Castilhos, investiu nos meios de transporte e na educação primária, profissional e superior. Na sua gestão, decretaram-se os códigos de Processo Penal, do Processo Civil e do Processo Comercial. Borges aprofundou o intervencionismo municipal pela institucionalização do intendente provisório (MAESTRI, 2010, p. 257-258).

Na história da região meridional, o fato que apresenta maior importância em sua estrutura sócio econômica e também para a história social brasileira, de acordo com Targa (2003) é a revolução burguesa no RS, que funda o estado burguês moderno. “E o foi pela vanguarda positivista liderada por Júlio Prates de Castilhos em 1891” (TARGA, 2003, p. 2).

O resultado histórico foi a gestação e a consolidação de um determinado modelo de desenvolvimento econômico regional, no período de 1889 até 1930, correspondente a um processo singular de transição para as relações capitalistas de produção e de generalização da produção de mercadorias (HERRLEIN JR., 2000, p.15).

Portanto, a revolução burguesa meridional causou o afastamento dos grandes proprietários fundiários, mantenedores do Estado oligárquico e patrimonialista que privilegiava a economia pecuária-exportadora, para colocar no poder a burguesia e com isso instaurar o Estado burguês que tinha como objetivo o desenvolvimento industrial mediante a diversificação do mercado interno, (TARGA, 2003).

A fundação do Estado burguês, colocando abaixo as estruturas do Estado oligárquico e patrimonial, exigia a execução de três tarefas fundamentais: a) criar a autonomia do Estado em relação à classe dominante; b) realizar a separação entre a esfera pública e a privada; c) realizar uma reforma fiscal abandonando a estrutura fiscal do Estado oligárquico, patrimonialista e mono-agro-exportador (TARGA, 2003, p. 5).

O Estado do Rio Grande do Sul estava praticamente desprovido do seu patrimônio em terras públicas quando da Proclamação da República (1889), pois elas haviam sido apropriadas, muitas vezes ilegalmente, pelos grandes proprietários. O jovem Estado burguês colocou em curso duas frentes políticas: o primeiro, para verificar a legitimidade das apropriações e a segundo para que depois de retomadas as terras ilegalmente apropriadas, elas fossem distribuídas entre pequenos proprietários. Essas duas diretrizes políticas foram fundamentais para a execução posterior da reforma fiscal estadual, na qual

a renúncia a receitas provenientes do imposto de exportação foi compensada pelas receitas provenientes da implantação do imposto territorial, que viria a incidir, sobremaneira, sobre a grande propriedade rural da fronteira oeste e do sudoeste do RS, (TARGA, 2003).

Em 1903, o imposto sobre as exportações representavam 38% das receitas totais, o imposto territorial rural, 10%, o imposto sobre a transferência de propriedades rurais, 15%, o sobre as indústrias e profissões participava com 11%, o sobre o consumo participava com 6% e o sobre heranças com 7%. No final do período, as exportações contribuía com 10%, o fundiário com 12%, o sobre as transferências de propriedades rurais com 11%, sobre as indústrias e profissões com 11%, o sobre o consumo com 16% e o sobre as heranças com 4% (ALMEIDA et all, 1998, apud TARGA, 2003, p. 13).

Uma vez que a economia sul-rio-grandense cresceu muito no período, isso nos parece evidenciar que o efeito do imposto de exportação sobre a estrutura fiscal total do Estado foi efetivamente minimizada pela ação governamental, (TARGA, 2003). De modo que a exploração do trabalho se intensificou neste período.

A incidência de impostos sobre a propriedade rural latifundiária propiciava, tendencialmente, o arrendamento e a venda dos campos improdutivos, sobretudo em prol das companhias colonizadoras e da produção agropastoril capitalizada- rizicultura, triticultura, etc. Porém o castilhismo jamais questionou as raízes do latifúndio, que permaneceu intocado em imensas regiões do estado, deprimindo a produção de riquezas e o poder de consumo, com consequências histórica para a indústria regional fortemente limitada pela estreiteza do mercado sulino e dificuldade de acesso aos mercados do centro do Brasil (MAESTRI, 2010, p. 276-277).

De acordo com Pesavento (1989a), sendo o positivismo a matriz inspiradora para a conduta política no RS, o PRR apresentava posicionamento econômico e social progressista no campo econômico e conservador no campo social. Visto que seu discurso econômico visava enfrentar os problemas estruturais para o desenvolvimento capitalista, acabando com privilégios de setores específicos. Mas para manter o ordenamento social constituía no estado o ideal burguês da proletarização das classes formada por trabalhadores autônomos, e que o preço de sua força de trabalho era definido pelas forças do mercado. Assim, visando proteger a produção industrial do RS, o governo estadual efetuou uma política de

[...] incentivo à sindicalização dos produtores, com o objetivo de racionalizar a produção e garantir mercados, controlando o preço e oferecendo artigos de qualidade superior. Desse impulso associativista, que partiu tanto dos poderes públicos quanto dos próprios empresários, surgiram, em 1928, o Sindicato dos charqueadores e o Sindicato do Vinho e, em 1929, o Sindicato da Banha. A ideia difundida pelo governo sobre a formação de associações civis de produtores para defesa de seus interesses econômicos comuns era de que, pela

sindicalização, se facilitava o entendimento entre as classes produtoras e o Estado (PESAVENTO, 1985, p. 66).

Diante das grandes greves de 1906 e 1917 que paralisaram as atividades econômicas industriais no RS gerando também a escassez de gêneros alimentícios, a primeira resposta do Governo estadual foi suspender as exportações de gêneros alimentícios, para com isso, “garantir o abastecimento da população local e conter a elevação dos preços internos, pois a greve era motivada pela compressão dos salários reais” (HERRLEIN JR., 2000, p. 79).

Na Constituição estadual, os políticos Republicanos haviam consagrado novos direitos para os operários empregados pelo Estado. Eles passaram a ter as mesmas garantias dos funcionários públicos em geral, com redução da jornada para oito horas, férias remuneradas e aposentadoria por invalidez. Criou-se um Instituto de Assistência Jurídica, que dava condições aos operários de reclamarem seus direitos em juízo. No programa Republicano, constava a proteção a menores, mulheres e velhos, o reconhecimento do direito de greve por salários e a legitimidade da pressão moral sobre as empresas para harmonizar os interesses do capital e do trabalho, sugerindo-se a criação de tribunais de arbitramento para as situações de conflito (HERRLEIN JR, 2000, p. 80).

Ressalta Pesavento (1988), que mesmo o PRR sendo um governo autoritário no campo social, era também progressista no campo econômico pois assegurava as condições de dominação do capital sobre o trabalho, controlando os conflitos e mantendo a estabilidade política e social. Assim sendo, o maior amparo dispensado pelo PRR aos proletários da indústria no RS dá-se como estratégia de harmonização das classes, evitando o agravamento do conflito social que colocaria em risco o avanço da acumulação de capital.

Em síntese, a partir da análise da superestrutura estadual reforçamos a hipótese inicial de que as transformações na estrutura econômica ocorrem através das lutas de classes mediante à tomada de consciência de classe pelo ser social. Assim sendo, a classe burguesa sul-rio-grandense, utilizou da superestrutura para acelerar o processo de transformação da base econômica social, e como resultado disso, reestabeleceu as relações produtivas através do sistema de assalariamento da produção. Diante disso, a burguesia atingiu o seu objetivo econômico-político, a formação da sociedade capitalista no RS.

4.3- A primeira fase da indústria sul-rio-grandense

Segundo Lagemann (1980), durante os anos de 1890 a 1929, compreende-se a primeira fase da indústria no RS. Logo, trataremos este novo modelo econômico ora como

primeira fase da indústria do RS, ora identificaremos como indústria manufatureira, tendo em vista o conceito proposto por Marx (1996) que compreende a indústria manufatureira diante da composição de uma massa de trabalhadores parcializados, empregados sob o sistema de assalariamento, e utilizados de acordo com as forças produtivas.

De acordo com Herrlein Jr. (2000), a estrutura econômica do RS passa por importantes mudanças estruturais, e isto se deve, em primeiro lugar, à articulação das duas economias regionais visando a integração da estrutura econômica do RS. E também às melhorias no sistema de transportes, “através da conexão ferroviária com São Paulo em 1910 e da liberação da barra do porto de Rio Grande para navios de grande calado em 1918 que permitiu um grande impulso para as transações externas da economia regional” (HERRLEIN JR., 2000, p. 35).

Segundo Pesavento (1985), entre os anos de 1891 e 1894 houve a adoção de uma política econômica e financeira denominada como Encilhamento²⁰, por parte da República brasileira visando o desenvolvimento industrial interno. Contudo, este crescimento industrial deu-se na forma de pequenas empresas devido à dificuldade para a importação de tecnologias do exterior. Logo, para a autora, o desenvolvimento da capacidade industrial produtiva do RS não é uma resposta determinada à política econômica central.

Contudo, para Maestri (2010), o surto de crescimento das indústrias que resulta da política do Encilhamento, gera alterações significantes para o desenvolvimento de novas forças produtivas, durante os primeiros anos da República brasileira, em especial no RS.

Adiante, em 1898, durante o governo de Campos Sales, visando negociar a dívida externa brasileira junto ao grupo Rothschild, aplica-se uma política cambial deflacionária para que assim o Brasil voltasse a receber investimentos externos. A restrição ao crédito resulta em um período de destruição das pequenas empresas no país, que durará até 1914. No sentido contrário, as indústrias de maior porte beneficiaram-se desta política cambial pois permitiu a importação de bens de capital visando a renovação tecnológica das forças de produção, (PESAVENTO, 1985).

²⁰ A política do Encilhamento, de acordo com PESAVENTO (1985, p. 44), consistia em ampliar o meio-circulante, pelo que se concedeu aos bancos o direito de emissão na proporção de três vezes o seu lastro-ouro, gozando estes bilhetes bancários de igual reconhecimento que as cédulas emitidas pelo Tesouro Nacional.

Apesar das condições políticas desfavoráveis para o desenvolvimento produtivo das pequenas indústrias, a exposição dos produtos manufaturados em 1901 na cidade de Porto Alegre, indica a grande variedade de pequenas empresas disseminadas pelo RS, principalmente na região colonial, que apresentavam problemas no acabamento de suas mercadorias. Enquanto que as indústrias de maior porte já não apresentavam estes mesmos problemas, estas localizavam-se nos centros coloniais (São Leopoldo, Caxias do Sul) e nos centros urbanos (Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande), (PESAVENTO, 1985).

Nas regiões de colonização italiana e alemã, predominavam as unidades de produção doméstica, artesanais, das quais são exemplo as múltiplas cervejarias e pequenas cantinas de fabricação de vinho e fabriquetas de banha, farinha e curtumes. Tais unidades operavam sem maior recurso técnico que o trabalho manual dos membros da família, auxiliados por vizinhos, às vezes classificados como “empregados”. [...] Dentre as maiores empresas da época, que expuseram seus artigos na Exposição de 1901, figuravam Berta, Becker e Ullner (fundição), Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, Companhia Fabril Porto-Alegrense, Companhia Tecelagem Ítalo-Brasileira, Companhia União-Fabril sucessora da Rheigantz (têxtil e vestuário), Steigleder (carpintaria), Rodolfo França (banha), Neugebauer (chocolates), Christoffer e Ritter (cervejaria) (PESAVENTO, 1985, p. 48).

Entre estas grandes empresas, há dois tipos, as que nasceram grandes como a Rheigantz e a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense, e as que aumentaram a sua capacidade produtiva ao longo do tempo, (PESAVENTO, 1985). Dito isto, as unidades “produtivas se dedicaram ao beneficiamento, à comercialização e à expropriação do fumo ou à produção de charutos, cigarros e cigarrilhas, em substituição a boa parte dos produtos similares tradicionalmente importados” (MAESTRI, 2010, p. 271).

Sendo que a origem da acumulação de capital industrial, basicamente, dava-se diante da expropriação das economias regionais, principalmente a colonial. A manutenção do crescimento industrial devia-se a superexploração do mais-valor dos proletários. Assim, a produção industrial manufatureira engendra um processo interno de desenvolvimento de suas formas, que é desmistificado pela análise marxiana.

De modo a iniciar a atender as necessidades de organização da produção capitalista através da divisão do trabalho, primeiramente, a produção organiza-se na forma de cooperação dos trabalhadores, cooperação simples, sendo entendido como a simples soma de artífices visando a produção de um mesmo valor de uso. A esta forma cooperação, quando acabada resulta no processo de parcialização do trabalhador individual enquanto ocorre a criação de um corpo coletivo de trabalho, ou seja, cria-se o trabalhador coletivo, a massa dos trabalhadores (MARX, 2017).

No modo capitalista de produção o capital se apodera da forma de cooperação do trabalho, gerando dois efeitos diretos sobre os custos de produção: o efeito positivo, estende o espaço em que se realiza o trabalho; enquanto, o efeito negativo, torna estreito o espaço do campo de produção. Unindo-se os dois efeitos, dá-se a impressão da diminuição dos custos, no entanto isso não é verdadeiro. Para o autor, a falsa impressão da diminuição dos custos resulta da “aglomeração dos trabalhadores, da reunião de diversos processos de trabalho e da concentração dos meios de produção” (MARX, 2017, p.404).

O modo capitalista de produção inicia-se a partir do momento em que se passa a concentrar uma maior massa de trabalhadores por meio de produção em um único espaço sobre o comando de um único capitalista, e desse modo resulta no aumento da escala de produção de valores de uso. O caráter capitalista da manufatura decorre do “o aumento crescente do volume mínimo de capital em mãos de capitalistas individuais ou a transformação crescente dos meios sociais de subsistência e dos meios de produção em capital é, assim, uma lei decorrente do caráter técnico da manufatura” (MARX, 1996, p.433). Assim como aumenta a necessidade de trabalhadores parciais durante o estágio da indústria manufatureira, devido a divisão do trabalho, aumenta-se também o volume mínimo de capital necessário à produção de mercadorias.

O mecanismo social de produção integrado por muitos trabalhadores parciais individuais pertence ao capitalista. Por isso, a força produtiva que nasce da combinação dos trabalhos aparece como força produtiva do capital. A manufatura propriamente dita não só submete ao comando e à disciplina do capital o trabalhador antes independente, mas cria também uma estrutura hierárquica entre os próprios trabalhadores (MARX, 1996, p. 434).

A lógica capitalista de produção transforma a produção manufatureira, diante da exigência do assalariamento dos trabalhadores, num entrave ao crescimento das pequenas empresas. Pois, como um fato pré-econômico, é necessário antes do início da produção que o capitalista detenha o valor necessário para contratar a força de trabalho dos trabalhadores, ou seja, deter o capital suficiente para suprir os meios de subsistência dos trabalhadores, o mesmo ocorre com o capital constante; logo, o desenvolvimento industrial está limitado pela condição pré-existente, presente na lógica capitalista, (MARX, 2017).

Para Pesavento (1985), na estrutura econômica do RS as unidades produtivas maiores identificam-se como indústrias manufatureiras, visto que combinavam seu processo produtivo entre o uso de ferramentas simples para o trabalho manual e a utilização de maquinaria que era parte movido sob impulsão mecânica dos próprios

trabalhadores e parte movida a vapor. Nota-se também que técnicos especializados, mestres artesãos e chefes de oficinas foram importados do exterior para compor a mão-de-obra qualificada destas fábricas.

Diante disso, estas indústrias apresentaram elevada capacidade de concentração dos elementos de produção, visto que no mesmo local havia vários operários-artesãos assalariados trabalhando sob forma de cooperação. Ao empresário caberia o fornecimento do local de produção, da matéria-prima, do ferramental e das maquinarias, (PESAVENTO, 1985).

Adiante, no ano de 1909, por meio de autorização do Banco do Brasil, o Banco da Província passa a captar recursos tendo em vista oferecer empréstimos particulares visando o financiamento a longo prazo da produção manufatureira e também da produção agroindustrial, (MAESTRI, 2010).

Em resposta a isto, durante os primeiros anos do século XX, contando também com políticas de proteção industrial do Governo e da convergência de investidores oriundos da pecuária e dos comerciantes centrais, surge a grande lavoura do arroz modelado sob os moldes capitalistas de produção. A “grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao lado da incipiente indústria e de algumas atividades de serviços, a penetração do capital na esfera da produção” (HERRLEIN JR, 2004, p.181).

[...] contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais ligados à pecuária ou ao comércio nesses municípios, onde predominavam as atividades da pecuária e charqueadas. A lavoura do arroz viria a ser a primeira conduzida em moldes capitalistas, ao lado da incipiente indústria, a penetração do capital na esfera da produção. O arroz foi o produto que teve a expansão mais significativa nas exportações em todo o período em análise. Era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas apesar das participações crescentes nas exportações regionais (alcançando 10,1% do valor total do período 1919-1929) (HERRLEIN JR., 2000, p. 26).

Para Pesavento (1985), nesta mesma época, dois problemas estruturais econômicos ganham destaque diante do crescimento da produção sul-rio-grandense: a deficiência energética; e o sistema de transportes. A deficiência energética deve-se a utilização de energia térmica como fonte exclusiva para a produção industrial, e era agravado pelo fato de que a quantidade de energia produzida era insuficiente para a demanda industrial.

As minas do estado não possuíam uma produção suficiente e adequada para as necessidades das empresas, tanto em termos de qualidade como de quantidade. Por outro lado, o carvão estrangeiro se tornara excessivamente caro. Neste

sentido, era urgente baratear as fontes de energia. A opção do governo estadual deu-se em termos de incentivar, por conta própria e através de capitais particulares, a exploração do carvão no Rio Grande do Sul (PESAVENTO, 1985, p. 61).

A deficiência do sistema de transporte concentrava-se sobre o porto de Rio grande e também sobre a linha férrea. Diante disso havia um importante entrave para o crescimento da demanda externa no RS. Visto que o comércio se dava por meio de um sistema precário de transportes fluviais, na forma de navegação por cabotagem, (HERRLEIN JR., 2000).

Conforme Almeida (1992), a cidade de Rio Grande, foi objeto de consideráveis aplicações de capital durante o fim do século XIX e o início do século XX. Essas aplicações, desenvolvam sua infraestrutura de transportes – a viação férrea e o porto de Rio Grande – proporcionando assim o aumento na implantação empreendimentos industriais, como as indústrias têxtis e frigorífica.

Ainda conforme Almeida (1992), o contínuo desenvolvimento da indústria era possível devido a ação econômica porta parte do Governo Estadual através de incentivos fiscais, tanto para investidores internos como para investidores externos. No contexto destes incentivos fiscais está a Reforma Tributária em 1902.

Dentre eles, destacam-se os estabelecidos pelas Leis nº 201 e n- 215, de 1916. A primeira concedia aos frigoríficos que se instalassem no Rio Grande do Sul a isenção dos impostos sobre as exportações que os mesmos efetivassem durante um período de 30 anos. Já a segunda, com a intenção de viabilizar a implantação de frigoríficos com capital de origem nacional, oferecia a esses capitais, através de pagamentos de juros, a garantia de rendimento de 6% sobre o capital aplicado (ALMEIDA, 1992, p. 561).

Entre 1915 e 1917, o governo brasileiro optou por retornar a emitir papel-moeda resultando na desvalorização de sua moeda. Assim, passa-se a produzir internamente os produtos antes importados, fazendo aumentar a produção a nível nacional. No RS, volta a crescer o número de pequenas empresas voltadas a produção regional. Em paralelo, os proprietários das charqueadas também se beneficiaram diante da desvalorização da moeda, pelo aumento da demanda por carne e couro nos EUA e em Cuba (PESAVENTO, 1985).

O capital americano também se aproveitou destas condições favoráveis, e instalou frigoríficos na região da Campanha, com tecnologia avançada para as condições econômicas vigentes. Ainda como resultado desta política cambial, a dificuldade para aumentar a produção, diante da impossibilidade importar bens de capital, foi superada

pelas empresas que já haviam investido em tecnologia estrangeira, que assim ampliaram sua produção. A política fiscal também foi restritiva, visto a elevação dos impostos de consumo que recaiu principalmente sobre a produção de fumo, têxteis e bebidas artigos produzidos no RS (PESAVENTO, 1985).

Conforme Lagemann (1980), as exportações sul-rio-grandenses, basicamente, limitavam-se às charqueadas, a indústria do fumo, as indústrias têxteis e as atividades que tinham origem no beneficiamento e na transformação de matérias-primas auferidas localmente. Logo, devido ao relativo isolamento econômico do RS, havia a necessidade de suprir internamente a demanda industrial. Assim as indústrias “buscavam cobrir as amplas necessidades de seus consumidores através de uma produção diversificada. As fundições e indústrias de máquinas, por exemplo, forneciam todos os instrumentos utilizados na agricultura (arados, foices, enxadas, etc.) e na indústria extrativa (serras, cunhas, etc.) (LAGEMANN, 1980, p. 116).

No ano de 1919, o RS possuía 13 mil unidades manufatureiras, contando com 60 mil operários e apresentando ocupação média de 5 operários por unidade. No ano seguinte o RS contava com 1773 fábricas, 24.661 operários, sendo assim, a média crescera para 14 operários por empresa (MAESTRI, 2010). Se considerar apenas o crescimento da produção industrial da região colonial entre os anos de 1890 e 1927 apresentou crescimento médio significativo de 5,9% ao ano. (ALMEIDA, 1992). De modo paralelo, a Região da Campanha mesmo contando com uma forma de “distribuição regressiva da renda rural, [...] desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial, e ampliou-se o mercado local durante a primeira república” (HERRLEIN JR., 2000, p. 30).

O desenvolvimento da economia gaúcha foi marcado por uma intensa expansão agrícola, comercial, industrial e urbana durante a primeira República. Tal expansão configurou uma economia estruturalmente diversificada e dotada de um notável dinamismo interno. A intensificação da acumulação comercial, a integração dos mercados locais pela rede de transportes fluviais e ferroviários e a ampliação dos mercados externos provocaram a expansão da renda interna em ritmo superior ao do crescimento das exportações (HERRLEIN JR., 2000, p. 17).

Em suma, segundo Herrlein Jr. (2000), a potencialidade rio-grandense para a transformação capitalista de sua estrutura econômica assenta-se sobre sua diversificação interna, assim sendo, o seu crescimento não era determinado pela sua dependência externa. Fato este que trazia dinamicidade ao processo de desenvolvimento das forças produtivas no RS.

Como exposto no texto, o sentido da formação industrial no RS baseia-se na exploração do mais-valor absoluto do trabalhador, visto que as unidades fabris são dominadas pela pequena e média unidade, as quais comportam pequenos investimentos de capitais. Logo, a taxa de composição orgânica do capital aponta para o aumento da taxa de lucro, devido ao uso intensivo da força de trabalho no processo produtivo, possibilitando o acúmulo de capitais para o desenvolvimento posterior das forças de produção privadas, de forma temporária.

Soma-se a isto que a classe burguesa do RS era conhecedora das vantagens da maquinaria aplicada a produção e das teses e métodos tayloristas. Pesavento (1988) destaca que em meio a publicações de revistas e artigos assinados pelos próprios empresários, destaca-se a compreensão das atribuições da tecnologia no processo produtivo e a correta aplicação de conceitos econômicos, como economia de tempo através da decomposição do trabalho permitindo assim o aumento de eficiência da jornada de trabalho, subordinando o trabalho ao capital enquanto disciplina o trabalhador.

4.4- A gênese do proletariado no RS

De modo a lançar luz teórica a esta transformação na estrutura econômica em andamento, Marx (1996), expõe os elementos essenciais por traz do processo de industrialização em seu primeiro estágio, a indústria manufatureira, de maneira que possamos desmistificá-los. Dito isto, de acordo com o autor, cabe à divisão do trabalho na indústria manufatureira dominar o processo intelectual da produção ao mutilar o trabalho humano, transformando o trabalhador em trabalhador parcial. Com isso, a força de trabalho individual do trabalhador só se configura enquanto tal a partir do momento em que estiver vendida/associada ao capital. E isto ocorre à medida que o advento da indústria manufatureira compreende, dialeticamente, a supressão do modo artesanal de produção.

No interior deste modelo econômico, temos a expropriação completa da classe trabalhadora, que não pode mais identificar-se como tal a menos que esteja empregada na produção capitalista. Sobretudo, a especificidade deste processo no RS foi a diferenciação interna ao tratamento da classe do proletariado, dispensada pela burguesia. Visto que se identifica a existência de proletários desejáveis, os imigrantes, e dos indesejáveis, os escravos, que ainda assim desempenham de funções laborais nas fábricas.

Assim sendo, as transformações na forma das relações de produção ocorridas através do desenvolvimento industrial e o sistema de assalariamento, revelam também o modo como o negro liberto insere-se nesta sociedade capitalista: presente, mas indesejado. “Subalterno, em suma” (PESAVENTO, 1989a, p. 151).

Resulta disto que a superestrutura econômica-política do RS passou por profundas transformações internas a partir da gênese da burguesia como ser social. Através da dialética materialista, chegamos na conclusão de que a consolidação da classe burguesa no RS passou pela efetivação de mudanças na base econômica, dado os seus interesses políticos. Logo, para que seja possível que as inovações produtivas levem ao desenvolvimento industrial é necessário que as transformações superestruturais estejam articuladas de maneira consciente. Dito de outra forma, temos a gênese da classe burguesa no RS como um agente histórico revolucionário, dotado de consciência em si e para si.

De acordo com a análise da evolução das forças produtivas no RS, a acumulação de capital industrial avançou a partir da expropriação das economias regionais. De modo que a manutenção do crescimento industrial se deveu a superexploração do mais-valor dos proletários. Portanto, coube a burguesia construir no RS uma nova ética para fazer coincidir as relações de produção nascentes com o nível de desenvolvimento das forças materiais de produção.

Assim, pode-se concluir que estas transformações na base econômica sul-riograndense ensejam o estabelecimento de novas formas de relação de produção através do rearranjo social das forças produtivas, que levem a supressão do modo de produção capitalista haja visto a exploração da classe do proletariado. Dito de outra forma, estes elementos econômicos-políticos formam a gênese do proletariado, um ser social objetivo, que porta consigo a essência do modo de produção capitalista, a sua capacidade de atribuir valor mediante o seu trabalho, e também encerra em torno de si o conflito econômico-político fundamental, a lutas de classes.

5- A LUTAS DE CLASSES PROLETÁRIA NO RS

Este capítulo está subdividido em duas seções, na primeira, analisaremos a dinâmica própria das lutas de classes de modo a expor a experiência do proletariado sul-rio-grandense diante das relações de dominação presentes no interior das relações de produção capitalistas. De modo a estruturar a apresentação, compreendemos três períodos com modelos associativos que se destacam. O período mutualista de 1877 a 1892; o período da social-democracia, 1892 até 1910; e o período anarquista que vai de 1911 a 1919 (MARÇAL, 1985).

Na segunda seção, analisaremos o estado empírico da consciência de classe dos proletários durante o movimento de lutas de classes através do referencial teórico utilizado no capítulo 2. Para, com isso, interpretar os resultados deste conflito tendo em vista a formação econômica política do proletariado como agente histórico revolucionário.

5.1 À luta

De acordo com Marx (2011a) todas as revoluções sociais históricas foram movidas pelas lutas de classes, em que a alteração de determinadas relações de dominação resultou na configuração de novas formas de dominação social. Ainda assim, a dominação social de classe sempre se deu por uma minoria frente a uma maioria. Quando uma minoria dominante fora derrubada, outra nova classe social minoritária tomava o Estado e modelava as instituições formais, segundo seus interesses.

A lutas de classes proletária é, portanto, a representação dos interesses de uma classe social majoritária, o proletariado. Desse modo, sua libertação enquanto ser social representa também a libertação da sociedade civil do jugo histórico da dominação, (MARX, 2011a). Contudo, diante da espontaneidade da luta operária, necessitamos nos deter em um exame aprofundado de sua fisionomia interna, para que possamos desmistificar a aparência superficial e específica das lutas de classes no RS.

Como exposto no capítulo 3, a composição do proletariado sul-rio-grandense é heterogênea- devido: a diferentes processos imigratórios, a discriminação racial e também ao preconceito social com a população rural. Soma-se a isso que, conforme o movimento proletário ganha novas formas de organização, como a socialista e a anarquista, ressalta-se também a heterogeneidade ideológica presente dentre os militantes operários. Assim,

conforme Maestri (2010), a exploração desta mão de obra heterogênea pela indústria nascente do RS, condicionou o curso de desenvolvimento do movimento proletário, resultando num lento processo de formação.

O movimento operário sulino nasceu e desenvolveu-se em meio urbano, organizando trabalhadores independentes, artesanais, manufatureiros e fabris-alfaiates, calceteiros, carroceiros, carvoeiros, chapeleiros, estivadores, ferroviários, foguistas, funileiros, marmoristas, mineiros, motorneiros, padeiros, pedreiros, tecelões, telefonistas, operários de pequenas, médias e grandes usinas, etc. (MAESTRI, 2010, p. 281).

Destarte, a história das lutas operárias no RS, de acordo com Petersen e Schmidt (2004), parte da fundação de associações de socorros mútuos. A Sociedade Operária de Mútuo Socorro e Beneficência Vitória Emanuele II, em 1877, foi a primeira no RS e teve como presidente de honra o condutor revolucionário José Garibaldi, que estava exilado na ilha de Caprera. O Tribuna Socialista, um jornal perdido de 1878 e a Associação Beneficente das Classes Laboriosas de 1880 e o Congresso Operário de 1887 (que mais tarde se transformaria em Liga Operária), foram três importantíssimas referências do período mutualista (MARÇAL, 1985).

Esta forma inicial de organização proletária tem por objetivo a resistência operária e o auxílio mútuo, e começa nas cidades de Pelotas, Porto Alegre e Rio Grande. E à medida que as indústrias se espalharam pela zona metropolitana, e também no interior do estado, criou-se novas associações também nestas cidades. Conforme Pesavento (1988), em 1890 o decreto 1.162 do Código Penal brasileiro que legislava sobre a associação dos trabalhadores, dava legitimidade ao direito de greve destes. A primeira greve registrada no Estado, foi feita pelos tipógrafos de Pelotas, em abril de 1890, (MARÇAL, 1985). Assim, o proletariado avançou politicamente, descobrindo na greve a grande arma dos trabalhadores Petersen (1979) afirma que ocorreram 73 greves entre os anos de 1890 a 1919.

Em Porto Alegre funda-se dentre os operários alemães, a associação Allgemeiner Arbeiter Verein e a Liga Operária Internacional. Na cidade de Rio Grande, funda-se, no mesmo ano, a Liga Operária e a União Operária. Em Pelotas, há a fundação da Liga Operária que apresentava uma forte ligação com o PRR, sendo caracterizada também pela participação de operários e patrões. Adiante, em 1897, após a fundação da União Operária Internacional, nesta mesma cidade, excluiu-se a possibilidade da participação de membros da burguesia local. Assumindo, a partir disso, caráter socialista de fato. Em

1905, na cidade de Pelotas, surge a União Operária, que contava com militantes socialistas e anarquistas (BARTZ, 2017).

Em Rio Grande, funda-se em 1893 a Sociedade União Operária, sob ideais socialistas mais amplos, como o socialismo positivista de Ferri e Malon, que permitia inclusive a participação de membros da burguesia. Ao longo do período analisado, destaca Bartz (2017), que a Sociedade União Operária se torna cada vez mais burocratizada, fato este que impediu sua transformação ideológica interna.

Segundo Petersen e Lucas (1992), a última década do século XIX, assinala a substituição da primitiva forma de associação proletária no RS, as associações de socorros mútuos, para uma nova, a ser configurada pelo modelo socialista alemão que aspirava a social democracia. Com isso, o movimento proletário passa a ter um caráter político revolucionário ativo e tem como vanguarda os imigrantes alemães.

No entanto, como apontam as autoras, este modelo de organização socialista não apresenta rigidez teórica, haja visto as necessidades de adaptação do ideário europeu para o contexto sul-rio-grandense. Bem como o modelo anarquista. Ainda assim, no modelo social democrata, a luta social que envolve os proletários tem um único objetivo, a supressão das relações capitalistas de produção (PETERSEN; LUCAS, 1992).

No Rio Grande do Sul, excluindo aqueles propagandistas isolados que ocasionalmente aportavam em Pelotas, Rio Grande ou Porto Alegre, o anarquismo parece ter suas origens ligadas à dissolução, no Paraná, por volta de 1895-1896, da Colônia Cecília de anarquistas italianos.

Em Porto Alegre, estes imigrantes fundaram grupos de estudos e um jornal, A LUTA, através dos quais foram ampliando, no meio operário, a penetração das ideias libertárias sobre a organização da sociedade.

Já no congresso Operário de 1898, antes referido, compareceram com o Grupo Libertários e em 1902 fundaram a União Operária Internacional, para contrabalançar a influência das associações de orientação social-democrata.

Aos poucos foram organizando ligas, uniões, onde se agrupavam as categorias profissionais orientadas pelos anarquistas (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 125).

O I Congresso Operário do Rio Grande do Sul contou com trabalhadores de diversas cidades do interior do estado, além de contar com as principais lideranças proletárias da capital, entre socialistas e anarquistas. Ao final do evento, reafirmou-se a hegemonia socialista no interior do movimento proletário sul-rio-grandense, contudo importantes lideranças anarquistas começam a surgir (MAESTRI, 2010).

A partir do ano de 1902 operários de Porto Alegre, sob aspirações teóricas anarquistas fundam a União Operária Internacional, e logo após o 1º Congresso Operário Brasileiro no ano de 1906, há a fundação do jornal operário *A luta*. Periódico este que era

o principal responsável pela veiculação do ideário anarquista dentre as massas operárias. Neste mesmo ano, na cidade de Rio Grande trabalhadores portuários formam a União dos Trabalhadores da Estiva, importante célula proletária visto que sua capacidade de organização e influência extrapolava à sua categoria, (BARTZ, 2017).

Segundo Petersen e Schimidt (2004), em 1906 eclodiu a primeira greve geral de Porto Alegre, durando 21 dias, esta greve teve de 2.000 a 5.000 operários engajados, inclusive mulheres, representando diferentes categorias em luta pela diminuição da jornada de trabalho para 8 horas, a todas as categorias. Pesavento (1988) afirma haver pelo menos 3.000 operários mobilizados.

Ao cabo de 21 dias de greve geral, o governo do PRR interveio decisivamente visando a solução final da greve geral de 1906 após reunião em sua sede com uma comissão de representantes dos proletários, acordando a redução da jornada de trabalho para 8 horas. “O governador também instruiu o Intendente da Capital e a Brigada Militar para que atuassem junto aos empresários, instando-os a conceder aumentos salariais” (HERRLEIN JR., 2000, p. 80).

Esta solução foi repudiada pelos empresários que a encaravam como uma questão de princípios e decidiram pela manutenção da jornada de trabalho de 9 horas. Destaca-se a atuação do empresário Alberto Bins que atuou para organizar uma comissão entre os demais proprietários denominada como “Convênio de Industrialistas”, pois temia que a vitória da classe dos trabalhadores colocasse a classe dos capitalistas em condição de subordinação em futuras imposições, (PESAVENTO 1988; PETERSEN; LUCAS, 1992). Sobretudo, o Convênio pretendia garantir a coesão da classe através da “adoção de medidas comuns ante interesses específicos ameaçados” (PESAVENTO, 1988, p. 158-9).

Para Bartz (2017), desde 1902 o ideário anarquista influenciara a classe proletária no RS, e diante da aproximação dos socialistas com o governo do PRR, durante a greve geral de 1906, os paredistas identificados com os ideais anarquistas classificaram esse ato como intolerável. Diante desses pontos de discordância membros internos à classe do proletariado criam a Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Dessa maneira, a primeira grande greve sul-rio-grandense gestou consigo as divergências no interior da classe proletária (PETERSEN; SCHIMIDT, 2004).

“A Federação Operária surgiu no seio da social-democracia e os anarquistas que dela se aproximavam eram sistematicamente afastados, pois se insurgiam contra a participação operária partidária” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 160). Teve início a luta

no interior da classe proletária do RS entre Anarquistas e Socialistas, que tinha como espaço central dos debates pela hegemonia do poder os sindicatos operários (BARTZ, 2017).

Os principais pontos de divergência entre os anarquistas e os socialistas se relacionavam com o estado e com a organização dos trabalhadores: os socialistas insistiam na importância da formação de partidos para a luta política dos operários, o que não excluiria uma eventual aliança com o governo, além de dar importância em seus programas para a regulamentação das relações de trabalho e a difusão do ensino básico e profissionalizante; os anarquistas, por seu turno, não aceitavam nenhum tipo de aliança com o poder constituído, dando ênfase à luta econômica e à ação direta, e na educação tentaram fundar escolas que fossem organizadas pelos próprios trabalhadores (BARTZ, 2017, p. 60).

De acordo com Petersen e Schimidt (2004), o movimento Anarquista pretendia a negação da “política no seio do proletariado” e o desenvolvimento de uma “pedagogia libertária”. Acrescenta Maestri (2010), que os anarquistas visavam que o movimento do proletariado se luta contra a região, o Estado e o capital. “Lutavam por uma sociedade libertária, sem Estado e sem governo, baseada na solidariedade dos trabalhadores independentes” (MAESTRI, 2010, p. 283).

Em 1910, na cidade de Pelotas, a União Operária, é a principal célula proletária por traz do movimento pelas 8 horas de trabalho e também da campanha contra a carestia. Resulta disso a reformulação da própria Liga Operária em Pelotas que passou a ainda que sob ideais liberais e anarquistas, alinhando-se na luta operária que ocorreu nesta cidade. Este ponto demonstra que mesmo diante da divergência ideológica a luta operária em Pelotas contou com a união das duas principais células proletárias (BARTZ, 2017).

Em 1911, os anarquistas conquistam a disputa interna para a diretoria da FORGS. Fato este que resultou na ampliação da influência desta associação, haja visto sua estratégia de expansão para o interior do estado, sendo decisiva para o movimento grevista dos tipógrafos em Livramento. Em paralelo, define-se como objetivo político central da própria Fundação, o enriquecimento cultural do trabalhador passa a ser seu objetivo central (PETERSEN; LUCAS, 1992).

Iniciou um projeto de construção do “Ateneu Operário”, empreendeu a criação de aulas nos vários sindicatos e associações, orientadas pelos princípios da pedagogia libertária. O teatro, a música e a expansão das bibliotecas e salas de leitura foram igualmente estimulados por suas diretorias (PETERSEN; LUCAS, 1992).

Neste mesmo ano, importantes categorias entraram em greve na cidade de Porto Alegre, (carpinteiros, alfaiates, motorneiros, pedreiros, operários navais, etc.) e também no interior do estado como a categoria dos tipógrafos em Livramento, e a dos alfaiates em Cachoeira. No ano seguinte, novas greves ocorreram em Porto Alegre, Livramento, Santa Maria e Rio Grande (MAESTRI, 2010).

No ano de 1913, ocorre em Rio Grande a greve dos estivadores. Como resposta do governo, há o fechamento da sede dos estivadores, e sua depredação. Ainda assim, um ano depois esta célula proletária já havia logrado reorganizar-se (BARTZ, 2017).

Os anos que se seguem são marcados pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Resulta disto que no RS as condições de vida do proletariado são negativamente impactadas. Após à desvalorização cambial, a exportação de alimentos à Europa aumenta, o que faz com que os preços internos também aumentem e deprima o nível real de renda dos proletários. Contudo, durante os anos iniciais do conflito mundial a luta operária no RS se esfria, mas em 1916 o movimento operário sulino entra em efervescência (MAESTRI, 2010).

No ano de 1916 já haviam sido registradas várias greves parciais no Rio Grande do Sul, mas foi em 1917 que se abriu afetivamente uma nova conjuntura no movimento operário, com um fôlego de mobilização que duraria muito tempo. As causas desta movimentação podem ser encontradas em vários fatores. Um dos principais foi o agravamento das condições de vida dos trabalhadores durante a Guerra, o que pode ser percebido nas próprias palavras de ordem dos participantes das mobilizações de 1917, que tinham como principal objetivo a luta contra a carestia de vida. A exportação de produtos básicos como trigo, arroz, feijão, café, banha e carne congelada para os países beligerantes, tornava os alimentos mais raros no mercado interno, provocando uma alta de preços. A crise econômica e a dificuldade de importar produtos da Europa também ajudavam a elevar os preços dos alimentos, e a inflação corroía os salários, que não eram repostos, já que o movimento operário se via paralisado (BARTZ, 2017, p. 69).

A greve geral de 1917 espalha-se também para a cidade de Pelotas. Formou-se nesta cidade a Comissão de Defesa Popular, que contava com representantes das principais categorias proletárias, “tendo sido entregue aos patrões e posteriormente ao Intendente um memorando que pedia um aumento de 25% dos salários dos operários e a regulamentação da jornada de 8 horas” (BARTZ, 2017, p. 73). Em resposta a sua rápida proliferação, o governo agiu através de uma repressão policial extremamente agressiva ao movimento, que resultou na morte de um trabalhador membro da Comissão de Defesa.

Nos motivos da greve eclodida entre os operários do Frigorífico Swift, em novembro de 1917, figuravam o desejo da elevação salarial, o repúdio à extorsão no desconto dos vales que a empresa concedia aos empregados,

chegando a 20%, e o fato dos operários não se sujeitarem a trabalhar fora de hora sem remuneração (PESAVENTO, 1988, p. 168).

Destaca Pesavento (1988) que a atuação do governo do PRR nas greves de 1917, tanto na greve geral de Porto Alegre como na greve de Santa Maria, não devem ser confundidas com políticas que visavam o beneficiamento da classe operária. Demonstra, “uma extrema habilidade política no trato da questão operária, mascarando o conflito, controlando o movimento para dar continuidade ao processo de acumulação industrial ou mesmo usando-o para ultimar determinados projetos” (PESAVENTO, 1988, p. 170).

De acordo com Bartz (2017), no ano de 1918, na cidade de Porto Alegre, a União Geral dos Trabalhadores, a FORGS e a União Metalúrgica convocam uma reunião para tratar da carestia dos trabalhadores, que resulta em nova greve e também na decisão coletiva dos trabalhadores, pelos diretores. Como resposta, o governo de Borges de Medeiros reprimiu duramente a parede grevista: fechou a FORGS, prendeu as principais lideranças do movimento e decretou a ocupação dos locais de trabalho pelos militares. Enquanto isso, os membros da FORGS uniram-se a União Geral dos Trabalhadores tornando mais radical suas estratégias de reivindicação.

A União Geral dos Trabalhadores foi fechada e dois líderes grevistas foram presos. Diante das críticas que incidiram sobre a ação da Intendência, esta apresentou a desculpa de que o discurso de um representante da Liga de Pelotas durante uma reunião da sede da UGT era francamente subversivo (BARTZ, 2017, p. 77).

Também no ano de 1918 há a dissidência de uma importante liderança da União Operária Internacional, Abílio de Nequete. Sua decisão deu-se devido a influência determinante do proletariado na Revolução Russa e também de suas convicções religiosas, (BARTZ, 2008). O seu entusiasmo pessoal com a Revolução Russa o levou a fundar em 1º de agosto de 1918 a União Maximalista.

Esta atitude pode ser justificada porque a revolução já não era mais considerada somente russa. Nequete, na edição de outubro do *A Luta*, propõe que não se chame mais de Revolução Russa, “mas sim de revolução maximalista para que se compreenda como revolução da humanidade e não de nacionalidade russa ou de raça eslava”. Ou seja, a revolução era também deles, dos operários do Rio Grande do Sul, porque era dos operários do mundo (BARTZ, 2017, p. 86).

Em Sant’Ana do Livramento, em 1919, os trabalhadores do Frigorífico Armour, sob orientação da FORGS entram em greve após a recusa de suas reivindicações pelos

diretores da empresa, e contam com a solidariedade dos trabalhadores do Frigorífico Wilson (SILVA, 2014).

Os operários do Armour pediam a redução de 10 horas para 8 horas de trabalho diários; aumento de 20% nos salários dos trabalhadores manuais e braçais e 25% nos das mulheres operárias; pagamento dobrado pelos trabalhos executados domingos ou fora das 8 horas de serviço; com diminuição de 20% no preço das mercadorias no armazém do frigorífico. [...] sendo acompanhados pelos seus colegas do Frigorífico Wilson, que se proclamaram solidários (PESAVENTO, 1988, p. 168).

No dia primeiro de maio de 1919, realizou-se uma grande passeata no centro desta cidade. Como resposta ao movimento, a diretoria resolveu aumentar em 10% os salários dos trabalhadores e diminuir para nove horas suas jornadas de trabalho. Contudo, o empresariado local acionou a Brigada Militar que reprimiu violentamente o ato grevista, alegando a manutenção da ordem (SILVA, 2014).

Durante o período de 1911 a 1917, a ação política da FORGS ao mesmo tempo que promoveu o enriquecimento cultural do trabalhador, apoiou também as movimentações proletárias do período. No biênio, 1917-1919, diante das greves gerais, a atuação da FORGS chegara ao seu ápice. Contudo, o ano de 1919 determina a decadência desta Federação e do movimento proletário no RS, “sem que em seu lugar surgisse uma entidade da mesma importância” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 196).

As providências, aliás, já se encontravam em andamento, pois o início do conflito era forte o policiamento que a Brigada Militar realizara nos bairros operários e fabris. Atentados a bomba, tiros e enfrentamentos entre policiais e trabalhadores e outros atos de violência geraram clima de pânico na cidade, levando o governo a fechar as associações operárias, baseando-se no artigo 21, nº 3, Código Civil, que facultava ao poder público dissolver tais agremiações quando praticassem atos atentatórios à ordem. Sindicatos operários e a própria FORGS foram fechados e ocupados pela Brigada Militar, determinando o fim do movimento (PESAVENTO, 1988, p. 173-4).

Como exposto, o movimento de lutas de classes do proletariado foi de extrema importância para o combate dos níveis de exploração da sua força de trabalho, tendo obtido importantes ganhos ao longo do percurso. Contudo, para podermos analisar seus ganhos de modo dialético materialista é necessário também identificar o estado da consciência de classe do proletariado.

5.2 A consciência de classe proletária

A lutas de classes no Rio Grande do Sul possui características idiossincráticas que só se tornam possíveis de compreensão a partir de seu estudo histórico. Segundo Herrlein Jr., (2000), a formação do mercado de trabalho assalariado no RS apresenta características particulares devido às possibilidades, ainda que limitadas, de acesso à terra para a proletariado oriundo da região das colônias de imigrantes. Sendo assim, o processo de formação do mercado de trabalho é “caracterizado como um **processo lento e progressivo essencialmente dependente de elementos endógenos à estrutura social em transformação**” (HERRLEIN Jr., 2000, p.98, grifos do autor).

Soma-se a isso que, durante a Primeira República o RS estava sob o governo político do PRR, partido este que detinha “particular entendimento da máxima de Comte sobre ‘a incorporação do proletariado na sociedade moderna’ expressa já na Constituição Estadual de 1891” (PETERSEN; SCHIMIDT, 2004, p.213).

Assim, tanto a formação do mercado de trabalho, quanto a atuação do governo Republicano no RS, demonstram características idiossincráticas que conduziram à dominação do capital sobre o trabalho e, também, condicionam os limites de contestação das formas de exploração da força de trabalho pelo proletariado. Contudo, para compreendermos de maneira dialética materialista os resultados econômico-políticos das lutas de classes necessitamos analisar o movimento proletário, diante dos diferentes quadros de composição da luta dos trabalhadores no RS, para avaliar suas conquistas.

Conforme Petersen e Lucas (1992), a primeira forma de organização sindical, tem como característica fundamental socorrer o proletariado que estiver associado contra os abusos causados no seu ambiente de trabalho, as fábricas. No entanto, este modelo de organização do proletariado, não representa o sentido ontológico-histórico atribuído ao proletariado, visto que seu objetivo central era prestar socorros, (LUKÁCS, 2003).

Levando em conta que “a organização do trabalho visa formar quadros de operários dóceis, “ajustados” às condições do espaço fabril. O claro resultado de tais procedimentos é anular as condições de contestação da massa operária e assim reduzir o seu potencial político” (PESAVENTO, 1988, p. 40). No período mutualista temos a gênese do movimento operário sul-rio-grandense, assim, iniciam-se na luta política exploração capitalista. Contudo, devido a acumulação de capitais pelo detentor dos meios de produção, há a reorientação do processo produtivo, de modo a configurar uma nova hierarquia nas funções a partir da introdução dos agentes do capital

São introduzidos nesta reorientação da produção industrial os elementos intermediários, antes do capital, aos quais ficam reservadas as tarefas de assegurar a disciplina e supervisionar a produção, sendo neste último caso detentores de um saber técnico especializado. Forma-se, portanto, uma hierarquia dentro da empresa, composta por diretores técnicos, subdiretores, mestres e contramestres e chefes de seção, distintos da massa trabalhadora que opera com as máquinas (PESAVENTO, 1988, p. 35).

Logo, “a ‘lógica técnica’ que preside o trabalho fabril faz com que ocorra uma divisão entre o trabalho manual e o intelectual” (PESAVENTO, 1988, p. 34). Como resposta a isto, no RS, acirram-se as reações dos trabalhadores ao avanço das relações sociais capitalistas que levam a total subordinação do trabalho ao capital a partir da racionalização e tecnificação do processo produtivo.

Assim, a partir de 1890, foi fundado o Partido Operário Socialista, que tinha como objetivo unificar as ações operárias e criar um partido político capaz de representar os reais interesses proletário. O modelo da social democracia alemã, quando implantado no RS, lançou mão de instrumentos políticos que se configuram em três categorias: “arregimentação associativa, luta política através da criação de um partido operário e o desenvolvimento cultural do trabalhador” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 61).

A categoria de arregimentação associativa refere-se à necessidade de organização política dos proletários, destaca-se a Liga Operária Internacional. A segunda categoria, que pretendia a organização como partido político para representar os interesses da classe operária está intrinsecamente ligada às aspirações democratas presente neste modelo proletário associativo. A terceira categoria, que versa sobre a politização da classe através de mecanismos eficientes de difusão do saber formal tem como objetivo final o enriquecimento cultural do proletariado, ou seja, possibilitar ao proletariado o acesso ao conteúdo cultural que era produzido também por membros desta classe trabalhadora (PETERSEN; LUCAS, 1992).

Com isso, o movimento proletário no RS toma nova forma, sua organização passa a ser politicamente pensada. Desse modo o período social-democrata “é aquele embebido ideologicamente na social-democracia alemã e com a qual estavam identificadas as principais lideranças que aqui atuavam. É o período da afirmação do proletariado gaúcho como classe social” (MARÇAL, 1985, p. 14). Este ponto é fundamental para Lukács (2004), pois este autor aponta que o proletariado deve combater a essência dos problemas gerados no capitalismo e não as manifestações aparentes de seu problema, para assim romper com o modo capitalista de produção.

No período Social-Democrata, no RS, que surgem as mais combativas entidades operárias, em que as diretrizes são extremamente politizadas e as posições se radicalizam, tornando-se mais intensas diante a classe laboral. Contudo, neste período a ideologia social-democrata não prevaleceu exclusivamente, sendo que coexistiu com a ideologia anarquista no interior do movimento proletário. A partir disto, cria-se o Partido Socialista Rio-Grande, em 1897; o 1º Congresso Operário, em 1898; o Partido Operário Riograndense, em 1905; a Greve dos 21 dias, em 1906. A grande greve de 1906 foi um reflexo destas organizações que foi “puxada na marra” pela vanguarda anarquista, (MARÇAL, 1985).

Em 1906 após a primeira greve geral criou-se a FORGS, que tinha como princípio não se organizar como um partido político. E como objetivo dar maior organicidade ao movimento operário, inclusive em nível estadual.

Podemos resumir a orientação da Federação Operária da seguinte forma: *Ideal*: Implantação de uma sociedade baseada na solidariedade dos indivíduos, e onde haja lugar para todos os que são úteis à coletividade. *Fins a alcançar transitoriamente*: melhoramento progressivo das condições de trabalho, diminuição de horas de jornada, como bases do aperfeiçoamento moral dos indivíduos. *Meios de ação*: organização de classes, ação direta, constante de relações aos patrões, greve nas suas variadas formas conforme as circunstâncias, etc. *Elementos de luta*: solidariedade de classes de uma para a outra: - quando uma luta as que descansam auxiliam-na; quando a greve é geral não é preciso auxílio porque a vitória é certa. *Meio de propaganda*: o jornal, a tribuna, a escola, o livro e a praça pública (MARÇAL, 1985, p.30, *grifos* do autor).

Esta forma de formação educacional política, de fomentação de discussão e de consciência de classe, foi responsável por eclodir uma vanguarda que agitou e comandou a classe proletária nos momentos e conquistas mais importantes. Contudo, após a criação da FORGS as divergências ideológicas entre os socialistas e os anarquistas se acentuam, além do envolvimento político dos socialistas, as divergências internas davam-se também quanto ao entendimento teórico do que era o capital (MARÇAL, 1985).

Devido à falta de rigor teórico, os socialistas democratas, compreendiam que o capital representava todos os problemas da sociedade moderna e deveria ser abolido, mas que sua supressão deveria se dar pela via democrática. De modo contrário, para os anarquistas o capital representava o modo como as relações sociais se davam, assim, como capital privado a classe proletária seria sempre expropriada de seu mais-valor. Mas se o capital fosse do Estado, este poderia ser utilizado em favor da classe proletária e com isso o capital não seria um problema em si. Para Marx (2017) e Lukács (2003), esta

compreensão é correta visto que o capital representa as relações sociais em uma sociedade, logo, em seu ciclo de produção privada o capital produz e reproduz as relações entre proprietários e não proprietários.

De acordo com Maestri (2010), os anarquistas no RS identificavam-se com o anarco-sindicalismo, de modo que defendiam a organização proletária em sindicatos revolucionários e, assim, as greves tinham como objetivo suprimir o Estado burguês e a propriedade privada. “A ordem nova- a anarquia- se apoiaria na colaboração dos sindicatos confederados. Os anarcosindicalistas eram materialistas, deterministas e ateus e desenvolviam ativa propaganda contra o militarismo, contra a religião e pela educação e organização operário” (MAESTRI, 2010, p. 284).

Como demonstra Petersen (1979), a maioria das reivindicações por parte dos movimentos operários, neste período, era em função de salários maiores que conferissem aos trabalhadores condições de manter os proventos de suas famílias. Segundo Herrlein Jr. (2000), devido à escassez de mão de obra qualificada para as indústrias gaúchas, os proletários conseguiam algumas vantagens, pois a disputa entre capitalistas industriais por proletários dava uma maior margem aos ganhos destes últimos, fazendo com que os primeiros acabassem por adotar práticas assistencialistas. Soma-se a isto, também, que os salários diários eram relativamente maiores do que nas indústrias paulistas.

Assim sendo, Herrlein Jr. (2000), aponta a existência de um patronato industrial, em que a disputa entre capitalistas industriais por proletários dava uma maior margem aos ganhos destes últimos, fazendo com que os primeiros acabassem por adotar práticas assistencialistas. Soma-se a isto, também, que, os salários diários no RS eram relativamente maiores do que nas indústrias paulistas.

Os maiores salários diários não prejudicaram, contudo, o desempenho da indústria regional, pois, ou não se materializavam enquanto maiores custos para a produção, em nível de cada gênero industrial (...), ou eram compensados pela maior produtividade econômica relativa do trabalho industrial (HERRLEIN JR., 2004, 202).

Pesavento (1985) confronta o argumento de que os salários eram relativamente maiores no RS através da análise da inflação dos gêneros de subsistência dos trabalhadores, pois, “a alta dos preços dos gêneros de primeira necessidade no período da guerra, agravaram-se as condições de vida dos trabalhadores urbanos, e o período foi todo ele pontilhado de greves operárias” (PESAVENTO, 1985, p. 61).

Em defesa desta posição - de que os salários no Rio Grande do Sul seriam mais altos - deve-se levar em consideração, de que no conjunto geral da indústria gaúcha, dominava o nível técnico manufatureiro, sendo por tanto ainda valorizado o "saber" artesanal do operário. O rebaixamento da força-trabalho na grande unidade de produção tecnificada, que permite a incorporação de contingentes mais significativos daquela mão-de-obra de mais baixa remuneração, ficava por conta de um número reduzido de empresas. Em suma, o eixo Rio-São Paulo, com nível de tecnificação mas alta, podia pagar mais baixos salários (PESAVENTO, 1988, p. 49).

De acordo com Marx (2017), diante do incremento tecnológico no processo produtivo aumenta-se a produção mesmo com a manutenção da jornada de trabalho. Este aumento produtivo resulta em aumento da extração do mais-valor do trabalho, pelo capitalista. Este processo configura a extração do mais valor relativo do trabalho. Procede disto que as novas mercadorias produzidas terão seus custos diminuídos, resultando em maiores lucros para o capitalista.

Sendo o salário o preço da força de trabalho, após a diminuição do custo de manutenção da força de trabalho os salários tornar-se-ão menores. Assim, a explicação dos maiores salários no RS dá-se pelo atraso tecnológico relativo da indústria deste estado em comparação a indústria do eixo Rio-São Paulo, fazendo com que se elevem os preços dos bens de subsistência dos trabalhadores. Logo, inexistente a condição de patronato industrial, pois trata-se do atraso relativo referente à diferentes estágios do desenvolvimento capitalista.

Pesavento (1988) destaca em especial a atuação do governo Republicano sul-riograndense para a prevenção do conflito de lutas de classes, por meio da constituição de um sistema de educação técnica que atendia a massa dos trabalhadores e tinha como interesse último a racionalização da produção e a disciplinarização do trabalho.

Sem querer ignorar a lutas de classes e o poder de contestação do proletariado urbano gaúcho ao domínio progressivo do capital, este tipo de atuação operária vem demonstrar de que modo a ideologia, ao se difundir pelo corpo social, tende a assumir a forma de "senso comum". Ou seja, a posição central que a educação ocupava no universo ideológico Republicano, e que se vinculava a um projeto de desenvolvimento capitalista e de dominação burguesa, introjetava-se também no meio operário. Parte do proletariado engajava-se na busca de uma melhor habilitação profissional, legitimando com isso a proposta do governo e indo ao encontro dos interesses do empresariado (PESAVENTO, 1988, p. 183).

Diante da efetivação da estratégia de políticas públicas adotada pelo PRR garantiu-se a incorporação da classe do proletariado à moderna sociedade capitalista, que se pretendia atingir. Resulta disso a evidência da inconsciência por parte da classe proletária de seu ser social.

Sobre os aspectos da cultura operária, destacam Petersen e Schmidt (2004), as dificuldades em difundir os verdadeiros ideais proletários entre os operários. Visto que a maioria se contentava em lutar por causas mais concretas. Mesmo que houvesse por parte dos socialistas e dos anarquistas, projetos de desenvolvimento cultural dos trabalhadores, desde a formação de escola aos filhos dos operários, pensando em prepara-los para o futuro, como também a criação de escolas destinadas aos próprios operários. Para os autores, ainda assim, é difícil saber o grau de penetração das ideias junto ao operariado gaúcho.

O ano de 1919, conforme Petersen e Lucas (1992) e Bartz (2017), marca o início de uma nova fase da luta proletária no RS. Data desse ano, “os primeiros impactos da Revolução Russa de 1917, que a curto prazo influirão na fundação do Partido Comunista Brasileiro” (PETERSEN; LUCAS, 1992, p. 196). Maestri (2010), denomina 1919 como o Ano Vermelho no Brasil.

A revolução tanto era uma inspiração para os militantes, que tinham uma postura cada vez mais agressiva contra a burguesia e o estado, como fornecia um bom argumento para seu combate contra a influência de operários moderados, aliados do governo, em que era interessante enxergar o socialismo desacreditado da II Internacional (BARTZ, 2017, p. 92).

A identificação dos militantes anarquistas com a Revolução Russa foi quase imediata, no entanto ao passar do tempo aqueles que compreendiam o afastamento dos ideais libertários passaram a desviarem-se dos ideais comunistas. Desse modo, os representantes do comunismo no RS tornaram-se, exclusivamente, os maximalistas, liderados por Abílio de Nequete (BARTZ, 2017).

Em suma, é essencial na teoria revolucionária marxista que a classe proletária compreenda a sua própria consciência de classe, determinada de modo ontológico. Pois a luta de classes é o fio condutor histórico para a libertação de seu ser social, visto que pretende a superação do modo capitalista de produção. Para que, a partir disso, a classe proletária passe a compreender a falsidade presente no fetichismo das relações sociais capitalistas que constituem a expressão mental da estrutura econômica burguesa, e assim, o proletariado não veja seu valor mais de maneira reificada, ou seja, apenas como uma mercadoria para o insumo produtivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral do estudo consistiu em compreender como a luta de classes proletária no RS, entre 1880-1919, influenciou na formação da sociedade capitalista do RS de modo a estabelecer relações de produção próprias para essa região. Para analisar tal objetivo, a exposição que se seguiu teve o sentido de apresentar as transformações dialéticas ocorridas na base econômica sul-rio-grandense, por meio do exame das transformações nas forças produtivas materiais e nas relações de produção. Para que assim apreendêssemos da história econômica-política a síntese da formação proletária e o sentido das lutas de classes no RS. Visando responder satisfatoriamente o objetivo geral, identificamos quatro objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico tratamos de expor a teoria econômica-política das lutas de classes. Por meio de um estudo aprofundado de Marx, apontamos que a luta de classes se dá pela emancipação do ser social e progride dialeticamente com o desenvolvimento histórico da humanidade. A sociedade capitalista abrange, numa relação contraditória, a classe dos proprietários dos meios de produção e a classe dos trabalhadores. Esta relação se dá através da exploração do mais-valor do produto do trabalho dos proletários visando a acumulação de capital privado dos proprietários.

Para que seja possível a classe libertar-se socialmente é preciso primeiramente que objetive a consciência de seu ser social. Assim, a luta pela consciência objetiva revela o resultado final deste conflito social. Desse modo, a teoria econômica-política das lutas de classes mostra que o desenvolvimento da estrutura econômica está condicionado à ação consciente do ser social revolucionário, em dado momento histórico.

O segundo objetivo específico versa, de maneira breve, sobre a história econômica do RS até o início do período analisado. Dando ênfase especial ao processo de estabelecimento das relações de produção capitalistas, revelando o segredo da acumulação primitiva do capital. No caso do RS, a pesquisa histórica dialética revelou a gênese da classe dos proprietários diante da expropriação dos trabalhadores do campo de seus meios de subsistência e, conseqüentemente, da expulsão destes de sua terra natal em direção às cidades. Bem como, da exploração comercial através da deterioração dos termos de troca entre os colonos e a burguesia comercial que se beneficiou.

O terceiro objetivo específico trata de descrever a sociedade capitalista gaúcha no período de 1880 a 1919. Com isso, expor a primeira fase da indústria sul-rio-grandense, de modo a apontar o fortalecimento econômico-político da classe burguesa no RS. Diante

da aceleração do processo de acumulação de capital pela burguesia comercial e da efetivação do PRR no governo político do Estado, houve importantes conflitos sociais. Ao cabo destes, a classe burguesa colocou em prática o plano econômico-político de proletarização das massas através da capitalização das relações de produção e do incremento tecnológico no processo produtivo, por meio do desenvolvimento da grande indústria. Dito isto, expomos a evolução do capital privado no RS perante a industrialização, fenômeno este que mistifica as transformações dialéticas materiais revolucionárias e conscientes colocadas em movimento pela burguesia sul-rio-grandense.

O quarto objetivo específico foi analisar a formação histórica do movimento de lutas de classes proletária, buscando interpretar o estado da consciência de classe proletária para que, por fim, possamos explicar os ganhos e as perdas econômicas da classe proletária durante o período pesquisado, à luz da teoria econômica-política das lutas de classes. A lutas de classes na sociedade da primeira fase da indústria do RS deu-se fundamentalmente entre duas classes de interesses contraditórios. A primeira classe, a burguesia, detém consciência de si e para si, de modo que conseguira transformar as forças produtivas, as relações de produção e pôr fim a superestrutura política. Enquanto, o proletariado, ainda que seja explorado na estrutura econômica capitalista, carrega consigo o germe histórico revolucionário essencial à transformação desta estrutura econômica-política.

O exame radical das lutas de classes a partir do ideário do proletariado revelou a intensidade do fenômeno de mistificação do sentido das relações econômicas burguesas presentes por meio do problema do fetichismo da mercadoria. Dessa maneira, identificamos que a consciência proletária evoluiu de modo a formar importantes células da luta revolucionária no RS, como exemplo máximo temos a atuação política da FORGS. Mas, não foi capaz de objetivar-se a nível social, ou seja, em grande parte dos casos a luta proletária deu-se sem que se pretendesse a supressão das relações capitalistas de produção devido a incompreensão da consciência de classe de ser social dentre o proletariado.

Delimitamos como problema de estudo interpretar o impacto econômico-político das lutas de classes proletária para a formação da sociedade capitalista no RS, entre os anos de 1880 e 1919. É possível considerarmos que a lutas de classes no RS tem um importante impacto para a formação da estrutura econômica política sul-rio-grandense, pois de acordo com Marx (2017), a tendência do capital é comprimir ao máximo os salários sendo que somente o movimento proletário, diante da tomada de sua consciência de classe em si, pode interromper este processo. No entanto, se o proletariado não atingir

a consciência de classe em si e para si, ou seja, objetive na sociedade a consciência de seu ser social, fatalmente o movimento de lutas de classes sucumbirá frente aos mecanismos de dominação social do capital. Logo, o impacto não é decisivo pois o movimento proletário não efetivou a transformação dialética desta estrutura econômico-política.

Dito isto, aceitamos parcialmente a hipótese deste trabalho. Pois, o movimento proletário de lutas de classes no RS mostrou-se um importante elemento para a conquista de melhores condições sociais de existência para esta classe. Contudo, não conseguiu suprimir as relações capitalistas de exploração.

Com isso, é possível afirmar que o movimento proletário que se estende até 1919 é fruto de um processo dialético de amadurecimento da consciência de classe da massa trabalhadora. Na contramão desse processo endógeno de amadurecimento da classe, a dominação econômica política da classe detentora dos meios de produção faz com que o seu fortalecimento engendre formas mais complexas de dominação sociais. Assim, enquanto o proletariado não identificar e conseqüentemente não enfrentar os condicionantes materiais e ideais, reforçar-se-ão os mecanismos de produção econômicos na sociedade capitalista e, com isso, se reproduzirá as condições de exploração econômicas e sociais de sua época. Isso porque, um movimento proletário de lutas de classes que não compreende sua condição de ser social, de acordo com a lógica dialética materialista, inevitavelmente irá manter as condições de exploração capitalistas!

Dito isto, torna-se evidente que o proletariado do RS necessita enquanto classe, dar um passo além na sua forma de organização política para que objetive na sociedade a consciência de ser social. Desse modo, é importante que se conduza novas pesquisas nesse sentido para que se analise a história das lutas de classes dos trabalhadores no RS a partir de 1920. A fim de que possamos apreender dos desafios históricos o conhecimento necessário ao enfrentamento econômico-político das relações de dominação capitalistas presentes em nossa realidade atual.

Por fim, contribuimos para a construção do conhecimento dialético materialista e para a análise da sociedade capitalista no RS. Esperamos que o resultado teórico obtido venha a contribuir com futuras pesquisas, e de mesmo modo, confiamos que novos estudos se proponham a analisar os resultados aqui obtidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, P. F. C. **A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930**. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 13, n. 2, 1992. Disponível em: <https://revistas.fee.tcche.br/index.php/ensaios/article/download/1507/1899>>. Acesso em: 20 jun. 2018
- BARTZ, Frederico Duarte. Abílio de Nequete (1888-1960):: os múltiplos caminhos de uma militância operária. **História Social**, Campinas, n. 14, p.157-174, 2008. Semestral. Disponível em: <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/129>>. Acesso em: 20 jun. 2018
- _____. **Horizonte Vermelho: O impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920**. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- CARDOSO, Fernando Henrique. **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul**. 5ª ed. revisada. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.
- CHAGAS, Eduardo F. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. **Síntese: Revista de Filosofia**, Belo Horizonte, v. 38, n°. 120, p.55-70, 12 abr. 2011.
- CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista: categorias e leis da dialética**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982. Disponível em: <https://docgo.net/philosophyofmoney.html?utm_source=a-dialetica-materialista-cheptulin-alexandre-pdf&utm_campaign=download> . Acesso em: 11 jul. 2018.
- COMTE, Auguste. **Os pensadores**. São Paulo: Nova Cultural, 1978. Disponível em: <<http://www.ldaceliaoliveira.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/18/1380/184/arquivos/Fi le/materiais/2014/sociologia/Colecao Os Pensadores Auguste Comte.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2018.
- CORAZZA, Gentil. Ciência e Método na História do Pensamento Econômico. **Revista de Economia**, Paraná, v. 35, n°. 2, p.107-135, maio 2009.
- _____. O todo e as partes: Uma introdução ao método da economia política. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 26, n°. especial, p.35-50. 1996.
- COSTA, Ana Monteiro. **A gênese do empresário gaúcho: Uma interpretação a partir dos modelos de matriz institucional e de construção mental de Douglass North**. 2010. 187 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2010. Disponível em: < <http://hdl.handle.net/10183/30628>>. Acesso em: 20 jun. 2018.
- EUZÉBIOS FILHO, Antônio. **Sujeito e consciência: entre a alienação e a emancipação**. 2010. 382 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Centro de Ciências da Vida, PUC-Campinas, Campinas, 2010.

FERNANDES, Florestan. **Integração do negro na sociedade de classes**: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Editora Globo S.a., 2008. 439 p.

FLORES, Moacyr. **Modelo político dos farrapos**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996. 208 p

FONSECA, Pedro C Dutra. A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na primeira república. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 2, n. 15, p.263-289, ago. 1985. Disponível em:

<http://professor.ufrgs.br/pedrofonseca/files/separata_da_revista_estudos_economicos.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Edição. São Paulo: Ed. Atlas S.A., 2008. Disponível em:

<<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital - crítica economia política**: livro primeiro – o processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996. p. 5-66.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HAUPT, Georges. Por que a história do movimento operário? **História e Perspectiva**, Uberlândia, v. 43, p.41-70, dez. 2010.

HEGEL, G. W. F. Princípios da Filosofia do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Disponível em:

<http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Hegel,Friedrich/Princípios_da_Filosofia_do_Direito.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2018.

HERRLEIN JR, Ronaldo. **Rio Grande do Sul, 1889-1930**: um outro capitalismo no Brasil meridional. 2000. 176 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências Econômicas, História Econômica, Unicamp, Campinas, 2000. Cap. 3. Disponível em: <<http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/285573>>. Acesso em: 26 set. 2017.

_____. A transição capitalista no Rio Grande do Sul, 1889-1930: uma nova interpretação. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 13, n.1 (22), p.175-207, jun. 2004. Disponível em:

<<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643060/10612>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

IANNI, Otavio. **Teorias da Globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. Disponível em: <<http://noosfero.ucsal.br/articles/0010/5206/ianni-octavio-teorias-da-globalizac-o.pdf>>. Acesso em: 11 jul. 2018.

KOJÈVE, Alexandre. Curso do ano letivo, 1933-1934. In: _____. **Introdução à leitura de Hegel**. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2002. Cap. 1. p. 35-55.

KOSIK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: ___. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. Cap. 1. p. 13-41.

LAGEMANN, Eugenio. Imigração e industrialização. In: LANDO, Aldair Marli et al (Org.). **Imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 115-134

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: Estudos sobre a dialética marxista. 1ª Edição. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 2003.

MAESTRI, Mário. **Breve História do Rio Grande do Sul**: da Pré-História aos dias atuais. Passo Fundo: UPF Editora, 2010.

MARÇAL, João Batista. **Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Livraria do Globo S.A., 1985. 147 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política**: livro primeiro – o processo de produção do capital. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

_____. **Salário, Preço e Lucro**. 5ª ed. São Paulo: Ed. Centauro, 2008.

_____. **Guerra Civil na França**. São Paulo: Boitempo, 2011a. 268p.

_____. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011b. 787 p.

_____. **O capital – crítica da economia política**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007a.

_____. Manifesto do Partido Comunista. In:

COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **Manifesto Comunista**. 1ª ed. 5ª reimpressão. São Paulo: Ed. Boitempo, 2007b.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. **Revista em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 20, p.33-55, jan. 2007.

MÜLLER, Marcos Lutz. Exposição e método dialético em "O Capital". **Seaf: Associação de Estudos e Atividades Filosóficas**, Belo Horizonte, v. 2, 1982.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1981.

PALUDO, Conceição; VITÓRIA, Fernando Bilhalva. Escolas no campo no estado do Rio Grande do Sul e a necessidade de democratização do índice de desenvolvimento da educação básica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p.68-93, dez. 2014. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>>. Acesso em: 16 jul. 2018.

PAULANI, Leda Maria. A atualidade da crítica da economia política. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 10, p.111-121, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: Riocell, 1985. 132 p.

_____. **A Burguesia Gaúcha: Dominação do capital e disciplina do trabalho - RS 1889 - 1930.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. 280 p.

_____. **Emergência dos subalternos.** Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1989a.

_____. Trabalho livre e ordem burguesa: (Rio Grande do Sul - 1870-1900). **Revista de História**, [s.l.], n. 120, p.135-151, 30 jul. 1989b. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18598>> . Acesso em: 20 jun. 2018.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. As greves no Rio Grande do Sul (1890-1919). In: CESAR, Guilhermino et al (Org.). **Economia e política.** Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1979. p.277-327.

_____. Repensar a história do trabalho. **Espaço Plural**, Marechal Cândido Rondon, n. 34, p.13-36, jan. 2016. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/14945/10131>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

PETERSEN, Silva Regina Ferraz; LUCAS, Maria E. **Antologia do movimento operário gaúcho: 1870 - 1937.** Porto Alegre: Editora da Universidade UFRGS, 1992. 488 p.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto et al (Org.). **Capítulos da história do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da Universidade UFRGS, 2004. p. 209-246.

PRADO JÚNIOR, Caio. Apogeu da colônia: Incorporação do Rio Grande do Sul - Estabelecimento da pecuária. In: _____. **História econômica do Brasil. 1 ed. 43ª reimpressão.** São Paulo: Brasiliense, 2004. Cap. 4. p. 94-101.

RIBEIRO, Darcy. Classe, cor e preconceito. In: _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 3. ed. São Paulo: Global, 2015. Cap. III, sub cap 3. p. 157-165.

_____. Brasis sulinos: gaúchos, matutos e gringos. In: _____. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil.** 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Global, 2015. Cap. IV, sub cap. 6. p. 299-325.

SANTOS, José Vicente Tavares dos. Cantineiros e colonos: a indústria do vinho no Rio Grande do Sul. In: DACAL, José H; GONZAGA, Sergius (Org.). **RS: Imigração & Colonização.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980. p. 135-155.

SILVA, Michele Nunes da. **Frigorífero Armour: Poder e influência em Sant'ana do Livramento.** 2014. 66 f. TCC (Graduação) - Curso de História, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Santana do Livramento, 2014. Disponível em:

<<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2728/Frigor%C3%ADfico%20Armour.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 20 jun. 2018

SWEEZY, Paul Malor. Primeira Parte. In:_____. **Teoria do desenvolvimento capitalista: Princípios de economia política marxista.** São Paulo: Ed. Abril, 1983. p. 21-67.

TARGA, Luis Roberto, 2003, Montevideo. **A fundação do Estado burguês no Rio Grande do Sul (1891-1913)**. Montevideo: Anais das Terceiras Jornadas de Historia Econômica, 2003. 16 p. Disponível:

<http://www.abphe.org.br/arquivos/2003_luiz_roberto_targa_a-fundacao-do-estado-burgues-no-rio-grande-do-sul-1891_1913.pdf>. Acesso: 20 jun. 2018

TEJO, Aurélio de Limeira. Contribuição à crítica da economia rio-grandense. **Ensaio FEE**, v.º. 3, n. 1, p. 79-108, 1982. Disponível em:

<<https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/view/142/455>>. Acesso em: 20 jun. 2018

THOMPSON, Edward P. Prefácio. In: __. **A Formação da classe operário inglesa: A árvore da liberdade (V.1)**. 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004. P.9-15.

TORRONTEGUY, Teófilo O. V. **As origens da pobreza no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.